

DEZ ANOS DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitora

Suely Vilela

Vice-reitor

Franco Maria Lajolo

Pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária

Sedi Hirano



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP

Presidente

Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio

Membros

Prof. Dr. Enrique Ricardo Lewandowski (Faculdade de Direito)

Prof. Dr. Fernando Josepetti Fonseca (Escola Politécnica)

Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa (Escola de Comunicações e Artes)

Profa. Dra. Márcia Faria Westphal (Faculdade de Saúde Pública)

Profa. Dra. Neli Marisa Azevedo Silva (Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos)

Cauan Arantes Barcellos Silva (representante discente)

Abraham Goldstein (representante da comunidade externa)

Equipe de Assessoramento

Sandra Lara (secretária executiva)

Fábio Bezerra de Brito (Faculdade de Educação)

Alfredo Roberto de Oliveira Jr. (estagiário)

Mariana Rodrigues de Lima (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

Marcos Daniel Camolezi (estagiário)

Equipe de Apoio da Publicação

Andrea Limberto

Jacqueline Pithan

Luiz Fernando Cardoso

Renata Cruz

Infotécnica

Luis Moreira (Diretor do Departamento de Informática da Reitoria)

Pedro B. de Meneses Bolle (Departamento de Informática da Reitoria)

DEZ ANOS DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

organização

Maria Luiza Marcílio

coordenação

Maria Cristina Castilho Costa



Esta edição está disponível no portal de livros abertos da Edusp (www.livrosabertos.edusp.usp.br). É uma versão eletrônica da obra impressa. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citadas a fonte e a autoria. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Visite também www.edusp.com.br.

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento
Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Dez Anos da Comissão de Direitos Humanos na Universidade de São Paulo / organização Maria Luiza Marcílio; coordenação Maria Cristina Castilho Costa. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
216 p.; 20 x 25 cm.

ISBN 978-85-314-1058-1

1. Direitos Humanos (Direito Público). 2. Educação em Direitos Humanos. I. Marcílio, Maria Luiza. II. Costa, Maria Cristina Castilho.

CDD-323.4

PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Rua da Reitoria, 109 – Térreo
05508-900 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3091-3240
prceu@usp.br
www.usp.br/prc

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Rua Maria Antonia, 294 – 1º andar – sala 102
01222-010 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3255-7182/5538 – ramal 48
direitoshumanos@usp.br
www.direitoshumanos.usp.br

Direitos reservados à

EDUSP – EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP
Divisão Comercial – Tel.: (11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151
edusp@usp.br
www.edusp.com.br

Printed in Brazil 2007
Foi feito o depósito legal

Sumário

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	9
Declaração Universal dos Direitos Humanos	11
Apresentação – Reitora Suely Vilela	19
Introdução: A Universidade de São Paulo e os Direitos Humanos – Dra. Maria Luiza Marcílio	23
Os Direitos Humanos e a Missão Acadêmica – Reitor Jacques Marcovitch	33
Dez Anos em Favor dos Direitos Humanos – Reitor Adolpho José Melfi	39
PRÊMIOS INDIVIDUAIS	
Zilda Arns Neumann (2000)	43
Ana Rita de Paula (2001)	49
Margarida Genevois (2002)	55
Ricardo Rezende Figueira (2003)	61
Bruno Sechi (2004)	67
Jaime Crowe (2005)	73
Maria da Conceição Andrade Paganele Santos (2006)	79
PRÊMIOS INSTITUCIONAIS	
Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (2000)	87
Serviço Pastoral dos Migrantes (2001)	93

DHnet – Rede de Direitos Humanos (2002)	99
Grupo Tortura Nunca Mais (2003)	105
Fundação Gol de Letra (2004)	111
Organização Viva Rio (2005)	117
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (2006)	123

MENÇÃO HONROSA

Ari Antonio Heck (2005)	131
Siro Darlan (2005)	135
Doutores da Alegria (2005)	139
Pólo Unama de Liberdade Assistida (2005)	143
Júlio Renato Lancellotti (2006)	147
Instituto Ayrton Senna (2006)	151

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo	157
A Biblioteca Virtual de Direitos Humanos – Fábio Bezerra de Brito e Mariana Rodrigues de Lima	161
Mestrado em Direitos Humanos da USP: Uma Experiência Pioneira – Ignácio Maria Poveda Velasco	171
Linha do Tempo	177
Produção Bibliográfica de Docentes da USP em Direitos Humanos nos Últimos Dez Anos	183

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão Revolução Francesa – 1789



Declaração Universal dos Direitos Humanos ONU – 1948

- Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;
- Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultam em atos bárbaros que ultrajam a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum;
- Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;
- Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;
- Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;
- Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades;
- Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso;

A ASSEMBLÉIA GERAL PROCLAMA:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO 1º

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

ARTIGO 2º

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

ARTIGO 3º

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

ARTIGO 4º

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

ARTIGO 5º

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

ARTIGO 6º

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

ARTIGO 7º

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO 8º

Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

ARTIGO 9º

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10º

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

ARTIGO 11

§1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

§2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

ARTIGO 12

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

ARTIGO 13

§1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

§2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

ARTIGO 14

§1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

§2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 15

§1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

§2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO 16

Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

§1. O casamento não será válido senão como o livre e pleno consentimento dos nubentes.

§2. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

ARTIGO 17

§1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

§2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

ARTIGO 18

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

ARTIGO 19

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

ARTIGO 20

§1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

§2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21

§1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

§2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

§3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

ARTIGO 22

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

ARTIGO 23

§1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

§2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

§3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

§4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

ARTIGO 24

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

ARTIGO 25

§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

§2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

ARTIGO 26

§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

§2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

§3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

ARTIGO 27

§1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

§2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

ARTIGO 28

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

ARTIGO 29

§1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

§2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

§3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecido.

Suely Vilela



Reitora da Universidade de São Paulo. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Apresentação

Suely Vilela

Há exatos dez anos, a Universidade de São Paulo (USP) era convidada, pelo secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, a participar, por meio de um representante, dos estudos de revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos, junto a representações das duas Universidades Estaduais Públicas paulistas e de outras instituições e órgãos públicos.

Era lançado, em seguida, o Programa Direitos Humanos no Limiar do Século XXI. Desenvolvido no período de sete meses, entre abril e novembro de 1997, e envolvendo mais de duas centenas de eventos, o ciclo compreendido pelo Programa teve a virtude de mostrar que a cidadania também é uma forma de relacionamento com a sociedade. A escolha do Centro Universitário Maria Antonia da USP como palco das discussões sobre o tema dos direitos humanos foi emblemática.

O programa foi o catalisador da criação da Comissão Acadêmica, à qual competia planejar e implementar as comemorações do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1998.

Essa foi a célula-mater da Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, criada em 1997, sob a presidência da Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio e com a participação de docentes e discentes da USP, além da representação da comunidade externa.

Com atribuições que visam, em linhas gerais, à promoção e à difusão de ações no campo dos direitos individuais e coletivos, integrando sistematicamente a pesquisa

e a reflexão, a Comissão promove diversos eventos. Ademais, mantém e atualiza a Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP, fonte de referências fundamentais sobre o tema, e o Prêmio USP de Direitos Humanos, no momento em sua oitava edição. Este prêmio é concedido a personalidades e instituições que se destacaram, por suas pesquisas e ações, na área de direitos humanos no Brasil. Trata-se do reconhecimento da sociedade que se vale da excelência da Universidade de São Paulo para expressá-lo.

A Comissão, na realidade, consubstancia os dez anos de discussão e valorização dos princípios humanistas, entre eles os direitos humanos, que regem o respeito à dignidade humana.

É importante ressaltar que, ao oferecer espaço adicional de discussões acerca dos direitos universais do ser humano, por meio da Comissão de Direitos Humanos, a Universidade de São Paulo reconhece o relevante papel que desempenha na promoção da cidadania e no aprimoramento de uma sociedade que se pretende justa.

Cumpre-me, nesta breve apresentação, saudar a iniciativa da organizadora desta obra, Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, e em seu nome, cumprimentar os demais membros da Comissão, pelo empenho em manter viva a chama de pleno respeito aos direitos humanos.

Maria Luiza Marcílio



Presidente da Comissão de Direitos Humanos da USP. (Foto: arquivo pessoal)

Introdução

A Universidade de São Paulo e os Direitos Humanos

Dra. Maria Luiza Marcílio

Começaria com a pergunta que está na mente de muitos, mesmo sem expressá-la verbalmente. Para que uma Comissão de Direitos Humanos numa Universidade?

Se considerarmos os objetivos da USP, expressos em seu regimento e em seus estatutos, nada há que manifeste a necessidade legal de uma comissão desse caráter. Os *objetivos* da Universidade são: pesquisa, ensino, prestação de serviços à comunidade e a formação de educadores.

A *ação* da Universidade está voltada para desenvolver o melhor saber, em formar as novas gerações, em treinar o melhor educador, em realizar a pesquisa de ponta para melhorar a sorte da espécie humana e do planeta onde vive o ser humano, em compreender e explicar a identidade e as relações individuais, comunitárias, universais de cada povo, de cada estado, de toda a humanidade intensificando as buscas pela história, pela tradição, pelas religiões, pelas relações sociais, econômicas, políticas, em melhorar sempre os conhecimentos sobre a natureza, sobre todo o cosmos. A Universidade se estruturou, organizou-se historicamente e administrativa, científica, política e economicamente para enfrentar esse complexo conjunto humano e científico que a compõe e que explica a razão de sua existência. Ela busca ainda, pela intensificação e aprimoramento da pesquisa e do ensino, a busca incessante do Homem em direção ao Belo e à Felicidade da humanidade.

Para responder a essa complexidade de sua missão, a Universidade é chamada constantemente a apresentar *resultados concretos* que se traduzem no avanço da

ciência, no aprimoramento da técnica, na busca de formas eficientes de transmissão do melhor Saber que produziu em seu âmbito interno ou na ciência em geral, na expressão do artístico e do cultural. A apresentação dos resultados integra a razão mesma da existência da Universidade. Os resultados da produção acadêmica se traduzem em publicações e são apresentados em reuniões científicas de todo gênero ou divulgados pelos meios científicos e pelos midiáticos. Traduzem-se ainda em produtos e em tecnologias que avançam os conhecimentos científicos ou o conforto do homem.

A Universidade deve ainda submeter-se a periódicas *avaliações* de seu desempenho. Sendo pública e gratuita, precisa prestar contas à sociedade que a mantém.

Até aqui não houve resposta para a questão inicial: nesse complexo que é o meio acadêmico, qual a razão de ser de uma Comissão de Direitos Humanos? Os direitos humanos, reitero, não estão em nenhum texto legal da Universidade (estatutos ou regimentos). Os direitos humanos na Universidade não têm uma ação claramente definida. Os direitos humanos não produzem nenhuma forma de resultado concreto.

Talvez pudéssemos tentar uma resposta dizendo inicialmente pela negativa. A Comissão de Direitos Humanos na Universidade não se ocupa da defesa concreta de violações de direitos individuais ou coletivos perpetradas dentro ou fora de seus muros. Essa tarefa compete a órgãos governamentais dos Poderes Judiciário, Legislativo e da Polícia. Uma Comissão de Direitos Humanos acadêmica não produz diretamente pesquisas e não faz parte integrante de nenhum departamento, de nenhum centro ou laboratório de pesquisa; ela está diretamente subordinada à reitoria, a fim de abranger o conjunto da Universidade.

Procuremos agora uma resposta na afirmativa procurando mostrar a necessidade de sua existência.

Como historiadora, busco inicialmente a invocação de alguns testemunhos do passado para o encaminhamento da questão¹. Começo pelo século XVI e pelo teólogo dominicano da Universidade de Salamanca, Frei Francisco Vitória. O teólogo foi chamado pelo rei Carlos V, o grande soberano do maior império de então, “onde o sol

1. Nesta tarefa tive a ajuda parcial do Prof. Dr. Guido Soares (*in memoriam*), titular da Faculdade de Direito, com seu discurso de encerramento do Congresso Nacional de Direitos Humanos, organizado pela Comissão de Direitos Humanos da USP, em dezembro de 1998, celebrando os cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ver: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/10anos/Disursos/Outrosdiscursos/Celebracao50Anos.htm>

não se punha”, para ajudá-lo a dirimir a dúvida se deveria ou não impor pela força a religião cristã dos civilizados aos índios selvagens encontrados nas Américas. Vitória proclama que acima da autoridade temporal máxima de uma sociedade havia a lei do Criador, imanente à natureza humana. Mais do que um pressuposto ético, para o teólogo espanhol havia um pressuposto jurídico. Acima das leis humanas, há leis imanes, imutáveis, próprias à natureza humana, como condição ínsita ou inata aos seres racionais. Não foi por outra razão que é ele considerado hoje o criador do Direito Internacional Público que, à época, passou a ser denominado o Direito das Gentes. Vitória o definiu como “aquele que a razão natural constituiu entre todos os povos”.

Nos séculos seguintes e desde Hugo Grotius, passando por Locke, Kant e Rousseau, o Direito Internacional foi se desvencilhando de sua primitiva dimensão transcendental para firmar-se como um direito elaborado pelos Estados. Só na segunda metade do século XX, e por influência de valores reconhecidos agora pela comunidade dos homens, depois de sofrerem os horrores das duas Grandes Guerras, voltou-se a cogitar em valores imanes ao homem e que ultrapassam a vontade dos Estados. Ganhou uma dimensão internacional: os princípios da dignidade da pessoa humana estão acima dos sistemas jurídicos internos dos Estados. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) (1945) foram proclamados os princípios básicos que norteiam a ação humana e os valores éticos fundamentais – traduzidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

“Somos à força livres” diz Ortega y Gasset, não somos “coisas”, somos “pessoas”. Esse é o sentido atual da ética nos vários setores da vida social. A exigência do respeito à dignidade da pessoa humana em todas as suas dimensões e em todos os lugares está traduzida na luta universal pelos direitos humanos. A Declaração Universal de 1948 define essa exigência ética e marca a esperança de um mundo mais humano. Todos nós estamos engajados nessa luta por um mundo mais ético e, portanto, mais humano.

Quando o reitor Jacques Marcovitch criou uma Comissão de Direitos Humanos na Universidade de São Paulo, no âmbito da Reitoria, composta por professores de variadas especialidades, por alunos e representantes da sociedade, tinha ele em mente que, junto com a realização e o aprimoramento dos objetivos, da ação e dos resultados que explicam a existência da Universidade, uma Comissão dessa qualidade deveria ser uma presença que lembrasse os valores do homem e que perpassavam toda sua existência.

Que valores seriam esses a serem constantemente lembrados e que deveriam estar de modo permanente em toda a ação, em toda a produção, em toda a formação e nos serviços que a Universidade realiza?

São justamente os valores imanentes, difusos na própria essência de uma universidade e da sociedade. Eles estão acima de toda lei, de todo regulamento. Começaria por lembrar que a noção de direitos humanos liga-se ao reconhecimento da necessidade de proteção, de afirmação e de respeito da existência do *Outro*, em sua dignidade integral. Prende-se, assim, ao princípio da *Solidariedade Humana*, no plano individual e no plano comunitário, nacional e internacional. Esse princípio implica o valor da *igualdade*. Não importa a origem do outro: seu nascimento, sua idade, sua cor, sua fortuna, sua religião. Princípio que se integra ainda com o da *tolerância*, do respeito e da promoção da dignidade da pessoa humana, de cada pessoa em sua totalidade e de todas as pessoas. Implica ainda o princípio do respeito e da *proteção à Natureza*, palco limitado onde se insere, se movimenta e sobrevive o ser humano. Ao conjunto dessas forças valorativas impõe-se o princípio da *Paz* e o da *Justiça Social*.

Assim, pois, os valores da solidariedade, da igualdade, da tolerância, da paz e da justiça social compõem o conjunto dos direitos humanos imanentes e difusos na humanidade e não podem estar alheios da Universidade.

Na sociedade de consumo em que estamos inseridos, com suas conexões mediáticas e tecnológicas, o ser humano é jogado, muitas vezes, num vazio de pessimismo e de desesperança. Nem tudo depende da transformação social, política ou tecnológica do mundo. Daí a necessidade de se buscar um casamento entre a ética e a Universidade.

A Universidade de São Paulo celebra os dez anos da criação da Comissão de Direitos Humanos. Para responder ao desiderato de sua criação, à expectativa de sua presença, explicitar afirmativamente aqueles valores na Universidade e fora dela, a Comissão realizou atividades, representações, serviços acadêmicos, debates na esperança de estar a serviço da promoção dos valores embutidos nos direitos humanos. Seu escopo determinante em cada uma dessas ações foi sempre o da *educação para os direitos humanos*.

Dentre as ações criadas e mantidas permanentemente pela Comissão desde seu início estão especialmente duas: O Prêmio USP de Direitos Humanos (lançado pelo reitor Jacques Marcovitch por ocasião do Congresso Nacional de Celebração dos Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1998,

realizado na Faculdade de Direito, e com a primeira premiação outorgada em dezembro de 2000) e a Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (criada em junho de 1998), hoje com média diária de mil e quinhentos visitantes. Apenas quero enfatizar aqui que os serviços que ambas prestam ao país são imensuráveis, em sua magnitude na promoção que concretizam dos valores integrantes dos direitos humanos. Os depoimentos e artigos que compõem esta edição comemorativa podem dar uma idéia da amplitude dessa sua ação.

Pontuamos a seguir apenas algumas das atividades mais emblemáticas da Comissão de Direitos Humanos da USP ao longo desses dez anos. Durante todo o ano de 1998, organizaram-se atividades variadas para celebrar condignamente os cinqüenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o maior documento redigido pelo homem. Uma delas foi o curso de extensão intitulado “Como Amar uma Criança: Paulo Freire e Janusz Korczak”. A coordenação e a parceria foram feitas com o Instituto Paulo Freire e com a Associação Janusz Korczak. Contou com 130 alunos participantes e uma carga horária de 30 horas.

Nesse mesmo ano, foi lançada a publicação da obra coletiva, sob a direção da Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio e de Lafaiete Pussoli, *Cultura dos Direitos Humanos*², durante o Congresso Nacional de Direitos Humanos que promoveu. Compõem esta obra artigos assinados por André Franco Montoro, Dom Cândido Padin, Fábio Konder Comparato, Flávia Piovesan, José Gregori, Belisário dos Santos Júnior, Maria Luiza Marcílio, dentre outros, com prefácio do reitor Jacques Marcovitch e apresentação de Alceu de Amoroso Lima, presidente do Instituto Jacques Maritain do Brasil.

Foram impressos dez mil *folders* com o texto integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, outros cinco mil, com o texto integral da Declaração dos Direitos da Criança para distribuição não apenas aos participantes do Congresso Nacional de Direitos Humanos, como a alunos, professores e à sociedade, em várias oportunidades.

Para fechar o ano da celebração do importante documento da ONU, a Comissão organizou, entre 2 e 4 de dezembro de 1998, o *Congresso Nacional: Cinqüenta Anos da Declaração dos Direitos Humanos*, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Foram convidados pela Comissão, para compor suas mesas redondas ou proferir conferências, vários nomes de reconhecida atuação na promo-

2. Maria Luiza Marcílio & Lafaiete Pussoli (coord.). *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, Editora LTR, 1998.

ção dos direitos humanos, dentre os quais mencionamos os professores da USP: Renato Janine Ribeiro, Fábio Konder Comparato, José Carlos Moreira, então presidente do Supremo Tribunal Federal, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Victória Benevides, Guido Soares, Kabengele Munanga, sendo o congresso encerrado com a fala do reitor Jacques Marcovitch. Foram ainda convidados o secretário da Justiça do Estado, Belisário dos Santos Junior, Flávia Piovesan, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Procuradora do Estado, o deputado Renato Simões, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Oded Grajew, fundador da Associação Abrinc, Gilberto Dupas, coordenador de pesquisas internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), Antônio Augusto Cançado Trindade, vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Jorge Wertheim, representante da Unesco no Brasil, José Gregori, Secretário Nacional de Direitos Humanos. O Congresso foi aberto pela professora Maria Luiza Marcílio e foi abrihantado pela Orquestra Sinfônica da USP, sob regência de Ronaldo Bologna e pelo Coral da USP, sob a regência de Benito Juarez.

A presença de uma Comissão de Direitos Humanos provocou o convite de inúmeras associações, organizações governamentais e não-governamentais, para participar de suas atividades. A Reitoria da USP designou a presidente da Comissão, em períodos variados, a integrar a diretoria da Cátedra Unesco da USP, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), da Fundação de Apoio ao Presidiário (Fundap). Foi a professora Maria Luiza Marcílio convidada a participar do Programa Estadual de Direitos Humanos, criado pelo governo Mário Covas, e indicada pelo governador para integrar a Comissão Especial de Acompanhamento da Execução desse programa; da diretoria do Instituto Jacques Maritain do Brasil; como membro da Associação Janusz Korczak do Brasil; da Subcomissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo; da Comissão de Ética em Pesquisas Humanas do Instituto de Biologia.

Em 2003, com a intenção de levar o acervo da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (BVDH) às crianças e jovens que não têm acesso à internet, a Comissão, em parceria com a Academia Paulista dos Magistrados, lançou o *CD-Rom "Direitos Humanos Textos Internacionais e Nacionais"*, com tiragem de cinco mil cópias, que foram distribuídas a cada escola pública (municipal e estadual) da cidade de São Paulo e para as 600 faculdades de direito do país. Sessões solenes marcaram a entrega do CD à Secretaria de Educação do Estado e a professores representantes de cada escola fundamental municipal da cidade de São Paulo.

A Faculdade de Saúde Pública e a Comissão de Direitos Humanos, associadas a outras organizações internas e externas à USP, organizaram já três Seminários Nacionais “Violência e Criança”. Os dois primeiros foram editados em livros e o terceiro está em vias de publicação.

Em 2004, a Fundação Ford do Brasil, tendo em vista a pouca preparação formal existente no país sobre direitos humanos decide adotar um programa para estimular a criação do primeiro mestrado interdisciplinar em direitos humanos do Brasil. Para isso, contratou a Fundação Carlos Chagas com objetivo de dirigir um Concurso Nacional endereçado às faculdades de direito credenciadas pela CAPES para programas de pós-graduação. Três seriam os escolhidos que apresentassem o melhor programa. A Fundação Carlos Chagas nomeou uma Comissão Internacional de peritos na área da qual fez parte a presidente da Comissão de Direitos Humanos da USP. Para que a Faculdade de Direito da USP participasse do concurso, a Comissão de Direitos Humanos (com ação direta do professor Enrique Lewandowski, membro da Comissão e da professora Maria Luiza Marcílio), associada ao professor Guido Soares (então diretor em exercício da Faculdade de Direito), trabalharam intensamente para compor a documentação necessária para o projeto interdisciplinar a ser apresentado àquele certame. A Faculdade de Direito da USP venceu em primeiro lugar, recebeu a dotação e procedeu à seleção e matrícula dos primeiros alunos. O mestrado interdisciplinar em direitos humanos iniciou suas aulas em 2006. A formação desses alunos enche de esperanças a renovação dos quadros competentes na ação afirmativa dos direitos humanos no país.

A Comissão, consultada pela Reitoria, indicou em dois anos sucessivos, o nome da Dra. Zilda Arns para o Prêmio Nobel da Paz.

Enfim, e para não alongar por demais esta lista, gostaria de dizer que, constantemente chamada a dirimir problemas graves de violência aos direitos individuais de cidadãos, e não sendo esta sua competência, a Comissão de Direitos Humanos da USP não deixa de dar uma palavra de orientação aos injustiçados ou de indicar-lhes vias certas para encaminhar suas reivindicações ou denúncias.

Espero que este breve relatório de algumas das ações da Comissão de Direitos Humanos possa, mesmo que de forma parcial, responder a indagação sobre sua presença na Universidade.

Jacques Marcovitch



Reitor da USP entre 1997-2001. (Foto: Coordenadoria de Comunicação Social)

Os Direitos Humanos e a Missão Acadêmica

Jacques Marcovitch

Ao convidar gentilmente este ex-reitor para associar-se às comemorações pelo décimo aniversário da Comissão de Direitos Humanos da USP, a professora Maria Luiza Marcílio recordou comovida, em sua mensagem, a instalação de trinta *banners* ao redor da Praça do Relógio, na Cidade Universitária, cada qual com um item da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na passagem do cinquentenário daquele grande marco escrito da história humana.

A evocação feita pela estimada colega emocionou-me por igual e reconstituiu toda a memória de um intenso convívio acadêmico em torno desse tema crucial na trajetória da civilização. Liderando a Comissão criada para a sua difusão no âmbito da Universidade de São Paulo, Maria Luiza soube reunir competências e viabilizar iniciativas memoráveis, como o Prêmio USP de Direitos Humanos, já em oitava edição, o qual expressa o reconhecimento da academia, todos os anos, à contribuição de pessoas e instituições que promovem trabalhos ou políticas públicas bem-sucedidas na área do desenvolvimento social.

Outra iniciativa que deve aqui ser lembrada é a Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos, dentro da qual se encontra o Portal Sérgio Vieira de Mello¹, que tenho a honra de coordenar. Aquele espaço digital, além de disponibilizar o conteúdo, na íntegra, do livro *Sérgio Vieira de Mello – Pensamento e Memória*, proporciona aos

1. www.usp.br/svm.

visitantes de hoje e do futuro a leitura de outros textos do grande brasileiro morto em Bagdá, no pleno exercício da luta pela paz universal que norteou toda a sua existência.

Ali estão reflexões do próprio Sérgio e de oito compatriotas seus a respeito do trabalho que ele desenvolveu para difundir a cultura dos direitos humanos, especialmente quando ocupou o cargo de alto comissário das Nações Unidas. No primeiro informe apresentado, este saudoso militante do humanismo reafirmou que, se fosse possível atribuir alguma ideologia à ONU, teria esta que ser a ideologia dos direitos humanos.

O mesmo se pode dizer da universidade, uma instituição permanentemente voltada para o saber – algo que figura entre os mais relevantes direitos da cidadania, em quaisquer épocas ou circunstâncias. Todos os demais valores constantes na Declaração Universal têm, nesta casa de ensino e pesquisa, uma sólida base de estudo e reflexão. Nos dez anos de atividades da Comissão de Direitos Humanos foram tantas as jornadas internas voltadas para o tema que não cabem no restrito espaço deste artigo ou mesmo desta publicação. Lembro, apenas como referência, que sediamos, para discussão de documentos de Estado, o Congresso Nacional de Direitos Humanos, em 1998, na Faculdade de Direito, e o seminário “Desenvolvimento Humano e Desigualdades Socioeconômicas”, para análise do Relatório Nacional sobre Direitos Humanos, em 2005, no Instituto de Matemática e Estatística.

É ainda justo, mesmo correndo riscos de omissões involuntárias, mencionar a atuação relevante de órgãos como o Núcleo de Estudos da Violência; Laboratório de Estudos da Criança; o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero; e o Núcleo de Pesquisas e Estudos Disciplinares do Negro Brasileiro, além de centenas de programas sociais em nossas atividades de extensão, dentre as quais o Programa Avizinhar, idealizado para servir às comunidades carentes no entorno da Cidade Universitária.

Sendo a Universidade de São Paulo uma organização dedicada em regime integral às demandas do interesse público, é lícito dizer que todos os seus professores atuam como agentes solidários da sociedade. Além do já citado trabalho meritório da professora Maria Luiza Marcílio, cabe também aplaudir, novamente com a ressalva prévia de possíveis lapsos não intencionais, os nomes de outros colegas diretamente envolvidos em projetos relacionados com os direitos humanos: Maria Amélia Azevedo, Roseli Fischman, Alfredo Bosi, Paulo Sérgio Pinheiro, Nancy Cardia, Sérgio Adorno,

Fábio Konder Comparato, Lilia Moritz Schwarcz, Kabengele Munanga, João Baptista Borges Pereira e Renato Janine Ribeiro.

De Renato Janine guardo a observação que fez durante um ciclo sobre o tema, realizado no Centro Universitário Maria Antonia. Falando sobre os deveres que temos de ir além do *campus* na defesa dos direitos humanos, disse ele que se permanecermos distantes da comunidade maior, corremos o risco de somente convencer os já convencidos e de somente persuadir os já persuadidos.

Acrescentemos que a Comissão de Direitos Humanos da USP, escolhendo anualmente os seus premiados fora do meio acadêmico, após uma rigorosa verificação de méritos, oferece bom exemplo dessa busca de interação. A sociedade brasileira em nosso tempo não tem apenas, como no passado, o poder político, as confissões religiosas e os sindicatos como representações do coletivo. Novas forças, abertas ao diálogo e sem interesses partidários ou corporativos, emergem como canais para uma construtiva interlocução com a academia. Aí estão as organizações não-governamentais sérias, fundações e institutos reconhecidamente dedicados à responsabilidade social, com as quais poderemos compartilhar propostas e ampliar mais ainda os seus horizontes de viabilidade.

É necessário estabelecer uma conexão entre o que fazemos aqui e o que se faz lá fora em benefício dos segmentos discriminados. A missão acadêmica, em matéria de valores, não se exaure no cotidiano das nossas atividades peculiares. Há que buscar parceiros na sociedade civil interessados em tornar efetivos, e não mais utópicos, aqueles princípios apontados na Carta Geral das Nações Unidas, em 1948. Façamos, como cidadãos, o máximo para que todos os direitos humanos atravessem a fronteira do imaginário e se realizem como conquistas irreversíveis neste século que está apenas alvorecendo.

Adolpho José Melfi



Reitor da USP entre 2001-2005. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Dez Anos em Favor dos Direitos Humanos

Adolpho José Melfi

É com grande prazer e satisfação que faço este pronunciamento sobre a Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, que completa, neste ano de 2007, seu 10º aniversário.

Em 1997, no decorrer do ano em que se celebrava o Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (pela ONU) e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Universidade de São Paulo, instituição fortemente comprometida com o desenvolvimento científico-cultural e social de nosso país, sentiu que não poderia deixar de trazer sua contribuição para um tema tão candente, como o dos direitos humanos.

O mecanismo encontrado para sua ativa participação nas discussões e reflexões sobre o tema foi o de criar uma comissão, cujos objetivos eram os de: 1. promover um sistema integrado de pesquisa, reflexão, informação, documentação e difusão no campo dos direitos individuais e coletivos; 2. colocar a competência universitária, notadamente nas áreas de educação, saúde, habitação, humanidades, assistência jurídica e social, a serviço da inclusão social e da democracia; 3. estimular o desabrochar do homem todo e de todos os homens dentro dos princípios basilares da defesa dos direitos humanos, rejeitando valores prevaletentes do egoísmo, da corrupção, da violência e da competição.

No ano de 1999, para mostrar ainda mais seu envolvimento com os direitos humanos, a Comissão criou o Prêmio USP de Direitos Humanos nas categorias Indivi-

dual e Institucional. O prêmio individual é concedido a pessoas físicas que se destacam por pesquisas ou ações concretas desenvolvidas na defesa e divulgação dos direitos humanos, da paz, da tolerância e da justiça social. O prêmio institucional é concedido a instituições ou grupo de pessoas que tenham realizado ou que estejam desenvolvendo pesquisas ou atividades para a difusão e promoção dos direitos humanos.

Nestes dez anos, sob a eficiente e devotada presidência da Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, a Comissão tem desenvolvido um trabalho exemplar, jamais se afastando dos objetivos para os quais ela foi criada, tornando-se um orgulho para toda a USP.

Seu trabalho tem sido árduo e meritório, pois sabemos que apesar das importantes conquistas que o nosso país vem obtendo no campo social e econômico é possível afirmar que a situação dos direitos humanos no Brasil está ainda longe de poder ser considerada um modelo.

Convivemos diariamente com a violência, não só nos grandes centros urbanos, mas também no campo, que ceifam vidas preciosas. A droga, cada vez mais, alicia jovens e crianças, e cada vez mais nos deparamos com adolescentes vendendo balas e fazendo malabarismos nos cruzamentos das nossas principais avenidas da cidade para poder sobreviver.

A questão da intolerância racial e sócio-econômica é ainda um forte entrave em nosso país, que possui milhões de pessoas em um regime de exclusão que nos assusta e ao qual repudiamos.

Se no nosso País a situação dos direitos humanos é ainda preocupante e está longe de ser resolvida, quando voltamos os olhos para fora, as coisas não são menos inquietantes. Temos, por exemplo, a ocupação do Iraque, o secular conflito entre palestinos e israelenses – em que a vida dos seres humanos é ceifada num piscar de olhos –, para não falarmos da situação angustiante de países como o Haiti ou do continente africano, que sofrem com problemas de toda natureza, seja da luta armada, seja a guerra contra doenças infectocontagiosas ou mesmo contra uma situação de miséria – miséria que infelizmente continua assolando várias regiões de nosso Brasil.

Parabéns a toda a equipe liderada pela Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio pelo trabalho realizado e espero que a Comissão de Direitos Humanos da USP, nos próximos dez anos, continue trilhando seu caminho da mesma forma como o fez até agora e merecendo o elogio que até hoje tem sido dispensado por toda a comunidade uspiana e por toda a nossa sociedade.



PRÊMIOS
INDIVIDUAIS

Zilda Arns Neumann – 2000



Zilda Arns Neumann. (Foto: arquivo pessoal)

Luta pela criança e pela pessoa idosa

A médica pediatra Zilda Arns é coordenadora da Pastoral da Criança, da Pastoral da Pessoa Idosa e participa de outros organismos de ação social ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com o sucesso do trabalho na diminuição dos níveis de mortalidade infantil, foi convidada a representar a CNBB no Conselho Nacional de Saúde, em que preside a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena. É também conselheira titular do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Nascida em Curitiba, trabalha com as questões de saúde pública, principalmente a mortalidade infantil, a desnutrição e a violência. Recebeu títulos de cidadã honorária em diversos estados do Brasil e teve seu trabalho reconhecido com prêmios nacionais e internacionais. Em 1988, recebeu menção especial pelo Unicef do Brasil pelo trabalho com a saúde da criança; em 1994, foi premiada pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). A partir de então foi homenageada por diversas entidades nos setores dos direitos humanos e da saúde, tendo ainda recebido a Ordem Nacional do Mérito Educativo pelas mãos do então presidente Itamar Franco (1994) e menção honrosa de Direitos Humanos (1997) e Comenda da Ordem do Rio Branco (2001) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como trabalho expoente, podemos citar a condução da Pastoral da Criança e a Pastoral da Pessoa Idosa. A Pastoral da criança surgiu em 1983, durante uma reunião da ONU em que James Grant, então diretor executivo do Unicef, sugeriu ao Cardeal

Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, a criação de um projeto de Igreja para combater as altas taxas de mortalidade no Brasil.

Assim, nesse ano, a pedido da CNBB, criou a Pastoral da Criança juntamente com o Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, arcebispo primaz de Salvador da Bahia e presidente da CNBB, com apoio do Unicef. O projeto piloto foi realizado em Florestópolis, Paraná. O trabalho consistia em três ações: a visita domiciliar às famílias; o Dia do Peso, conhecido também como Dia da Celebração da Vida; e a Reunião Mensal para Avaliação e Reflexão. Entre os projetos da pastoral, estão ainda o de geração de renda e de alfabetização de jovens e adultos.

Toda a ação da pastoral conta com a atuação de voluntários treinados. No Brasil, conta com recursos do Ministério da Saúde e da campanha Criança Esperança da Rede Globo de Televisão, em conjunto com o Unicef.

Dez anos depois da criação da Pastoral da Criança, idealizou-se a Pastoral da Pessoa Idosa em encontro com João Batista Lima Filho, médico geriatra e, na época, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), seção Paraná. Nos mesmos moldes da primeira, os trabalhos começaram em 2004.

Em 2006, Zilda Arns foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, pelo Projeto 1000 Mulheres, da associação suíça 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz.

Atualmente, a Pastoral da Criança tem atuação em todos os estados do Brasil, em diversos países da América do Sul – como Paraguai, Bolívia, Chile, Venezuela, Equador, Argentina e Colômbia – e em países da África – como Timor Leste, Angola (o mais antigo, desde 1996), Moçambique e Guiné Bissau.

Direitos humanos devem garantir que todos tenham vida em abundância

Zilda Arns*

Todos os seres humanos precisam ter asseguradas, desde a concepção, as condições necessárias para viver plenamente e se desenvolver em todos aspectos: físico, mental, emocional, social e espiritual. Promovemos e respeitamos este direito à vida ao garantir a liberdade e o acesso à alimentação, saúde, moradia, educação, ao lazer e ao trabalho.

Somos todos iguais em relação aos nossos direitos, mas também temos de valorizar as nossas diferenças, unindo esforços nas famílias e nas comunidades para que cada pessoa, na sua individualidade, com seu modo próprio de ver e de sentir, possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, na qual prevaleça a paz e o amor. Afinal, todos sofrem quando os direitos humanos são violados, ainda mais quando a vítima é uma criança ou adolescente. Espancamentos, abandono, abuso sexual ou mesmo a negligência, que podem provocar acidentes graves, são as formas mais comuns de violência doméstica e deixam marcas para toda a vida.

Uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) intitulada “Salud mental y desarrollo psicossocial de la niñez: lineamentos básicos y propuesta de un plan de

* Dra. Zilda Arns Neumann, 72 anos, fundadora e coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, representante titular da CNBB no Conselho Nacional de Saúde, membro do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) e membro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social).

acción interagencial a nivel regional”, cujos resultados foram discutidos em dezembro de 1994, em Montevideu, Uruguai, sinaliza, entre outras coisas, que crianças maltratadas antes de completarem o seu primeiro ano de vida têm significativa tendência à violência e muitas delas se tornam criminosas no futuro.

Temos plena convicção que é na família e na comunidade que a pessoa começa a ser educada para a paz. Quando a Pastoral da Criança lançou uma campanha com esse tema, em 1999, e incorporou a educação para a paz em suas ações, reforçou que a família deve atuar como exemplo, que cativa e dissemina a cultura do amor no lar e na comunidade.

A Pastoral da Criança, Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), há 24 anos tem como missão promover o pleno desenvolvimento infantil e garantir os direitos humanos fundamentais da criança. A passagem bíblica “Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância”, praticada pelos nossos voluntários, é uma expressão clara desse movimento em defesa dos direitos humanos, especialmente das famílias e das crianças mais pobres do Brasil. As ações de educação, saúde e cidadania são desenvolvidas mensalmente por 266 954 voluntários, em 27 estados, 4 063 municípios e 43 mil comunidades organizadas do Brasil. Nelas são visitadas e acompanhadas a cada mês, em média, 1 457 473 famílias, 96 896 gestantes e 1 901 433 crianças pobres com menos de seis anos de idade.

Além da ação nas famílias e nas comunidades, entendemos que é necessário mobilizar os governos, a sociedade civil, o setor acadêmico e as empresas para discutir, implementar e avaliar políticas públicas que garantam os direitos humanos para todos.

O Prêmio USP de Direitos Humanos, assim como o trabalho da Comissão de Direitos Humanos da USP, contribuem para essa transformação. É uma grande honra para mim e para todos os mais de 260 mil voluntários, que dedicam seu tempo em defesa dos direitos das crianças pelas ações da Pastoral da Criança, ter o reconhecimento da Universidade de São Paulo. Juntos vamos transformar o nosso presente e assim o futuro será muito melhor.

Ana Rita de Paula – 2001



Ana Rita de Paula. (Foto: arquivo pessoal)

A inclusão dos deficientes físicos

O trabalho de Ana Rita de Paula voltou-se para uma atuação política em defesa dos direitos dos deficientes físicos e ao mesmo tempo a uma formação acadêmica que ofereceu-lhe subsídio. Graduada, mestra e doutora em psicologia pela USP, tendo desde então lutado pelo direito à acessibilidade na universidade, participou mais fortemente na defesa de direitos a partir dos anos de 1980, trabalhando com comunidades de base, associações comunitárias, associações religiosas e diversos partidos políticos. Tratou de temas delicados, como a sexualidade de mulheres com deficiência e a condição daqueles internados em instituições totais.

Destacamos sua contribuição para que o texto da constituição de 1988 incorporasse direitos dos deficientes e a partir de 1984, seu trabalho na Secretaria de Saúde do Estado, onde implantou atendimento multidisciplinar para deficientes nos centros de saúde da capital e do interior. Além do Prêmio USP de Direitos Humanos, recebeu o Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República e, em 2006, o Prêmio da *Revista Cláudia* como mulher de maior destaque no país na categoria “políticas públicas”.

Teve sua educação escolar feita em escola pública, conhecendo as necessidades de acessibilidade, pois ela própria parou de andar aos oito anos de idade.

Na década de 1980, participou das primeiras discussões sobre a questão dos direitos dos deficientes no Brasil, contribuindo com o nascimento e estruturação de diversas instituições. Em 1980, participou do o 1º Encontro Nacional de Entidades e

Pessoas Deficientes em Brasília, dando origem à Coalizão Nacional de Pessoas Deficientes que culminou na fundação da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), da Federação Nacional de Entidades e Instituições de Surdos (Feneis) e da Federação Nacional de Cegos, existentes até hoje. Em 1981, ano instituído pela ONU como Ano Internacional das Pessoas Deficientes, organizou um encontro com as entidades de São Paulo, o Encontro Adolfo Perez Esquivel.

Ainda nessa década, liderou um movimento que aglutinou deficientes e não-deficientes para a criação do Núcleo de Integração de Deficientes (NID). O Núcleo realizou, em 1981, pesquisa sobre as condições de acesso para deficientes físicos a locais de lazer na cidade de São Paulo, publicada no *Guia Quatro Rodas* (Editora Abril), de 1982 a 1988 e sobre acesso aos locais de votação por eleitores com deficiência física, realizada pelo NID, em 1982. Em 1984, participou da criação do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente (1984) e do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (1986).

Em conjunto com Araci Nallin, Ana Rita organizou, em 1984, o Seminário sobre Reabilitação e Integração Social da Pessoa Deficiente, promovido pelo NID e realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O evento é considerado um marco na discussão sobre a reabilitação das pessoas com deficiência, pois contou com a participação do então secretário estadual da Saúde, João Yunes, e deu origem ao primeiro programa de atenção à saúde da pessoa deficiente na rede pública do estado de São Paulo. Ana Rita coordenou esse programa de 1984 a 1991.

Na década de 1990, reforçou sua atuação junto às entidades governamentais e sua posição como especialista. Entre 1992 a 1994, atuou como assessora no Programa Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência, que envolvia todas as secretarias do Estado, sob a coordenação do Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado de São Paulo.

Atualmente, participa de diversas ONGs e atua como consultora do Ministério da Saúde e como professora convidada da Universidade de São Paulo.

Militância em favor das pessoas com deficiência

Ana Rita de Paula*

Ao escolher-me para ser agraciada com o Prêmio USP de Direitos Humanos 2001, a Universidade de São Paulo (USP), pela primeira vez, deu visibilidade e reconhecimento para o movimento das pessoas com deficiência em defesa de seus direitos civis e humanos, até então completamente desconhecido da sociedade e do universo acadêmico brasileiro.

No entanto, ao me escolher, a USP não apenas levou ao conhecimento público parte da história desse movimento, mas, de certa forma, tomou consciência de que, sem o saber, também teve um papel importante no início desse movimento.

Desde o primeiro momento e até hoje, nos 26 anos de minha ininterrupta militância no movimento das pessoas com deficiência, a USP teve um papel fundamental. Embora com uma deficiência física desde a infância, foi somente por ocasião do vestibular na USP, no final de 1979, que tive meu primeiro contato com outras pessoas deficientes que comungavam do mesmo sonho que eu: lutar para que as pessoas com deficiência no Brasil – essa parcela da população desconhecida, marginalizada, excluída e invisível – fossem reconhecidas como seres humanos e cidadãos plenos de direitos.

Por causa daquele inesquecível exame vestibular, conheci pessoas combativas e corajosas, como Araci Nallin, Maria Cristina Corrêa, Marisa Paro, Romeu Sasaki e Lia Crespo. Criamos o Núcleo de Integração de Deficientes (NID), uma organização cujo

* Psicóloga, pós-doutorada em psicologia social.

objetivo era conscientizar a sociedade sobre os direitos civis e humanos das pessoas com deficiência e trabalhar para que esses direitos fossem respeitados. Quando a história do movimento das pessoas com deficiência for contada, certamente o NID, esse pequeno mas aguerrido grupo de jovens universitários com deficiência, receberá o reconhecimento que merece, pois esteve presente nos momentos mais importantes e decisivos da primeira década do movimento, tais como o 1º Encontro Nacional de Entidades e Pessoas com Deficiência (Brasília, 1980), o 2º Encontro Nacional de Pessoas Deficientes (Recife, 1981), a criação do pioneiro Conselho Estadual para Assuntos das Pessoas Portadoras de Deficiência (São Paulo, 1984), do Conselho Municipal das Pessoas Deficientes (São Paulo, 1985), da elaboração da Constituição Federal (1988) etc.

Ao ingressar no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 1980, participei do primeiro grupo de estudantes com deficiência da USP, cujo objetivo era conquistar melhores condições de acessibilidade na universidade. Ainda que haja muito por fazer, a USP hoje oferece condições que não passavam de um sonho quase inatingível no início do movimento.

Foi na USP que fiz a graduação, o mestrado, o doutorado e, agora, o pós-doutorado, sempre desenvolvendo temas ligados à deficiência, para lançar luz sobre questões marcadas pelo tabu, como a sexualidade de mulheres com deficiência (tema do mestrado), ou pelo descaso, como a aflitiva condição das pessoas deficientes internadas em instituições totais (tema do doutorado e pós-doutorado).

A grande repercussão social do Prêmio USP de Direitos Humanos pode ser comprovada pelo fato deste ter aberto as portas para outros dois prêmios na área (Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República, em 2004, e Prêmio Mulher do Ano na área de políticas públicas pela *Revista Cláudia*, em 2005), a mim agraciados, ampliando assim o reconhecimento público para um movimento social que já caminha por suas próprias pernas e conquista um lugar na história de luta pela liberdade, justiça e igualdade social no nosso país.

Assim, além de uma honra e um privilégio, ter sido escolhida para receber o Prêmio USP de Direitos Humanos 2001, para mim, é um sinal de que a Universidade de São Paulo, minha querida casa acadêmica, retomou sua participação na história do movimento das pessoas com deficiência e aceitou o desafio de assumir seu papel histórico e insubstituível de ser o paradigma em termos de universidade acessível e inclusiva também para essas pessoas.

Margarida Genevois – 2002



Margarida Genevois em cerimônia de entrega do III Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

A educação em direitos humanos

Durante a ditadura militar, Margarida Genevois, nascida em 1923, foi responsável por esconder presos políticos e encaminhar muitos ao exílio. Desde 1972, atuou nesse sentido não só no Brasil, mas nas ditaduras da Argentina, Chile e Uruguai. Tratou também de formalizar denúncias aos organismos internacionais.

Com o fim dos regimes ditatoriais, trabalhou na Comissão Justiça e Paz da Diocese de São Paulo durante 25 anos. Liderou a campanha contra a lei de Segurança Nacional, pela Anistia. Ainda, coordenou o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

É membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Comissão Teotônio Vilela, do Conselho da Escola de Governo, do Conselho da Comunidade Solidária. Participou de missões de visitas para monitorar direitos humanos no Brasil e em países da América do Sul e América Central. Por seu trabalho, recebeu a medalha *Ordre National du Mérite* (Governo da França), IV Prêmio Nacional dos Direitos Humanos (Governo Brasileiro) e Ordem do Rio Branco (Governo Brasileiro).

Formou-se em ciências sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e seu primeiro trabalho no sentido dos direitos humanos foi com programas de atendimento a crianças desnutridas e de orientação a mães na Fazenda São Francisco, da Companhia Rhodia Brasileira.

Participou da elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e, fundou, em 1995, a Rede Brasileira de Educação em direitos humanos, entidade sem fins lucrativos com o objetivo de reunir conhecimento sobre experiências na área

de Direitos Humanos e na formação da cidadania. A Rede é suprapartidária e supra-religiosa, sendo composta por entidades de diversos estados do Brasil (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco), além de ONGs e colaboradores.

Organizado pela Rede, em 1997 realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos.

Direitos humanos não são só uma teoria, são vida

Margarida Genevois*

Há mais de 50 anos militando na área de direitos humanos, tive a honra de receber, em 2001, o Prêmio USP de Direitos Humanos. Foi um grande incentivo para meu trabalho. Durante a ditadura, na Comissão Justiça e Paz, lutamos em defesa dos presos políticos e torturados e participamos de várias campanhas pela redemocratização do Brasil. Com a volta do estado de direito, nossas atividades mudaram e chegamos à conclusão de que o trabalho mais útil que poderíamos fazer seria na área de educação em direitos humanos.

Com esta preocupação, fundamos, em 1995, a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, entidade suprapartidária e supra-religiosa; a Rede não quer só ministrar conhecimentos sobre leis, quer muito mais: quer modificar mentes e corações, mudar atitudes, refletir e conscientizar de que, sendo todos iguais, temos de respeitar os direitos dos outros e defendê-los como defendemos os nossos.

Partimos da dignidade da pessoa humana – cada um é um ser único e diferente dos demais e, ao mesmo tempo, é igual a todos e tem os mesmos direitos. Procuramos demonstrar que os direitos de cada um são direitos de *todos*. Essa noção essencial valoriza o homem e impõe uma consequência: somos responsáveis pela sociedade em que vivemos.

* Cientista social, fundadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.

Nos cursos organizados pela Rede, incentivamos a reflexão, o diálogo e a tolerância, sempre com objetivo de tornarmos a sociedade mais justa e equitativa. A Rede quer evidenciar que a ética dos direitos humanos é uma bandeira que pode unir os cidadãos face à crise global e particularmente frente à condição de miséria, violência, marginalidade e injustiças em que vivem as maiorias populares. Direitos humanos são uma ética de responsabilidades.

Fazendo parte do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, organizamos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Baseado em dois anos de reuniões e consultas a movimentos de educação em todo o Brasil, o Comitê analisou e propôs ações para a educação em direitos humanos nos três níveis de ensino formal (básico, médio e superior) e não-formal.

O importante é que as pessoas estejam imbuídas de tal forma da relevância do respeito aos direitos humanos, que estes se tornem vivência de todas as ações diárias.

Ricardo Rezende Figueira – 2003



Ricardo Rezende Figueira em cerimônia de entrega do IV Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

A violência no campo e a erradicação do trabalho escravo

O padre Ricardo Rezende Figueira trabalhou na Diocese de Conceição do Araguaia durante vinte anos (1977-1996), quando foi membro da Comissão Pastoral da Terra. Em março de 1991, foi convocado a depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Pará, instaurada para investigar a violência no campo, identificando fazendas que utilizavam trabalho escravo naquele estado.

É doutor em ciências humanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde é líder do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC). É professor adjunto da mesma universidade e participa da coordenação do Movimento Humanos Direitos (Mhud), além de presidir o Conselho Deliberativo da ONG Rede Social Justiça e Direitos Humanos.

Entre os prêmios em reconhecimento a seu trabalho estão a medalha Chico Mendes Resistência, *Anti-slavery International* e *Human Rights Watch*. Publicou diversos livros sobre a questão da terra e do trabalho escravo, entre eles *A Justiça do Lobo: Posseiros e Padres no Araguaia e Rio Maria – Canto da Terra*. Recebeu o prêmio Jabuti e também o prêmio *Casa de las Américas* de melhor literatura brasileira por *Pisando Fora da Própria Sombra – A Escravidão por Dívida no Brasil Contemporâneo*. Para esta obra, entrevistou 105 pessoas e colheu 67 depoimentos no Piauí, Mato Grosso e Pará entre julho de 2000 e agosto de 2002. Publicou também *Rio Maria, o Canto da Terra*, lançado em 1992. A obra é um diário sobre a violência no Pará e narra o assassinato do líder sindical Expedito Ribeiro de Sousa, em 1991.

Ação afirmativa em prol dos direitos humanos

Ricardo Rezende Figueira*

Após desenvolver, por vinte anos, ações pelos direitos humanos na região do Araguaia paraense, como agente na Comissão Pastoral da Terra, passei a morar no Rio de Janeiro. No Rio, tornei-me membro fundador de grupos informais de solidariedade aos trabalhadores rurais em situação de risco (Grupos Expedito, Rio Maria e Juiz de Fora/Rio); de organizações formais de direitos humanos com ênfases diferentes na metodologia empregada e na prioridade da ação, o Movimento Humanos Direitos (MhuD), o Centro de Justiça Global (sede no Rio de Janeiro) e o Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (sede em São Paulo); e membro da coordenação do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPTEC/NEPP-DH/UFRJ).

Através de tais grupos, tem sido possível articular formas de solidariedade política, econômica e jurídica pela paz no campo; pela erradicação do trabalho escravo; em favor do meio ambiente, da demarcação de terras indígenas e de quilombolas; contra a guerra no Iraque; contra a violência sexual contra crianças e adolescentes etc., por meio de cartas às autoridades; publicações de relatórios anuais; formatação e alimentação de *sites*; campanhas por rede nacional de televisão; seminários; entrega do

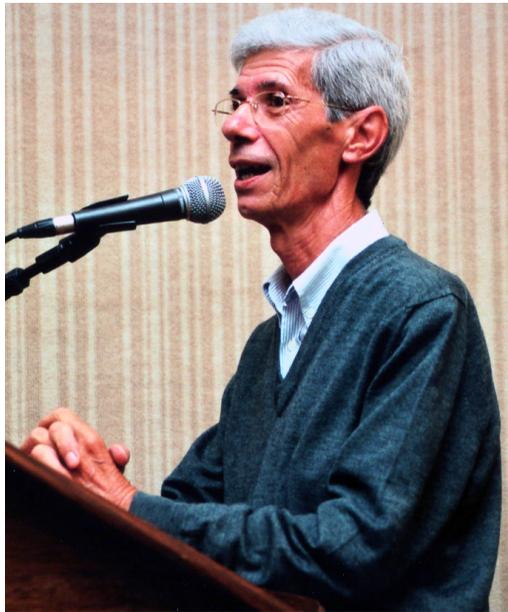
* Padre, professor na Escola de Serviço Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Prêmio João Canuto e, com objetivo de dar maior visibilidade ao movimento social em momentos mais agudos, deslocamento de personalidades públicas como artistas para: áreas de conflitos; regiões onde há grupos de pessoas ameaçadas de morte e vítimas de violência; participação de sessões de tribunal de júri, eventos em praças públicas, encontros e congressos; audiências com autoridades estaduais e federais em prol de julgamentos imparciais dos crimes no campo e de ações eficazes pela erradicação do trabalho escravo por dívida; entrevistas em jornais e programas de rádio e televisão.

E, por meio do GPTEC, estudos, publicações, seminários, participações de reuniões e promoções de cursos que possam ser úteis às discussões acadêmicas e às políticas públicas pelos direitos humanos.

O Prêmio USP de Direitos Humanos é um alento às ações desenvolvidas e recebê-lo teve como característica especial, em relação a outras premiações, o fato de ser outorgado por uma universidade. Sendo professor, fiquei honrado, e vi como um estímulo não só para mim, mas para outros do mesmo meio. Por isso, quero manifestar não apenas meus agradecimentos, mas também minha alegria e meus parabéns à Comissão de Direitos Humanos da USP pelos dez anos de existência.

Bruno Sechi – 2004



Bruno Sechi em cerimônia de entrega do V Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Movimento contra o trabalho infantil

Padre Bruno Secchi, nascido em 1939 na ilha da Sardenha, Itália, e naturalizado brasileiro, fundou, em 1970, o Movimento República dos Emaús – Centro de Defesa do Menor tendo em vista a assistência a crianças e adolescentes carentes de Belém do Pará. É titular da Paróquia de São Domingos de Gusmão, assessor arquidiocesano e integrou a secretaria executiva da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

Com mais de trinta anos de existência, o Movimento oferece ensino profissionalizante e assistência na área jurídica, atuando principalmente no Pará, mas também em outros estados da região Norte do Brasil. Um dos objetivos do trabalho é erradicar o trabalho infantil doméstico, articulando assim organizações da sociedade civil e do governo.

O início do projeto ocorreu no mercado do Ver-o-Peso, feira livre de Belém. Bruno Secchi reuniu crianças e adolescentes que trabalhavam como vendedores ou engraxates. Em seguida, criou-se um restaurante, o Restaurante do Pequeno Vendedor, base para a origem da República do Pequeno Vendedor e, posteriormente, do Movimento dos Emaús.

Uma das iniciativas é conhecida como A Grande Coleta, realizada na região da Grande Belém todo último final de semana de agosto. Objetos usados são recolhidos, tratados e depois vendidos à população. A renda é revertida para crianças carentes. Em 1989, Bruno Secchi foi homenageado pelo Unicef.

Lutando pela sobrevivência de crianças e adolescentes

Bruno Sechi*

Receber o Prêmio USP de Direitos Humanos, mais do que uma honra para a minha pessoa, significou o reconhecimento da importância do compromisso social na luta pelos direitos das crianças e adolescentes do nosso país e – por que não dizer – do mundo inteiro.

O resgate das condições de vida das crianças e adolescentes que mais cruamente sofrem as consequências da exclusão social tem sido um dos maiores desafios, mesmo depois do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar dos esforços de programas e entidades, governamentais e não-governamentais, que têm se dedicado, não raro, de forma exemplar a esse contingente da população, o número de meninos e meninas que lutam pela sobrevivência continua sendo cada vez mais expressivo.

O processo de empobrecimento acentuado das camadas populares, agravado pela falta de políticas sociais abrangentes e integradas, tanto no meio rural como urbano, provoca a presença acentuada das crianças e adolescentes assumindo responsabilidades dos adultos, expostas ao trabalho precoce e outras formas de exploração.

O combate ao trabalho infantil não pode estar desvinculado de políticas de geração de trabalho e renda para os adultos da família e, mesmo emergencialmente, a políticas de renda mínima, aliadas a políticas de educação, lazer, cultura e esporte.

* Padre, fundador da República dos Emaús.

O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes exige ações firmes no combate aos agentes exploradores, esclarecimento e mobilização popular, apoio às famílias e principalmente valorização das vítimas num processo de construção de um projeto de vida pautado na auto-estima, respeito e realização pessoal.

É preciso que os adolescentes e jovens do nosso país não percam a capacidade de sonhar um futuro digno.

Após décadas de luta pelos direitos infanto-juvenis, constatar o quanto ainda estamos distantes de uma sociedade que cuida com “prioridade absoluta” de seus filhos, por um lado deixa um gosto amargo na alma, por outro lado, pela Fé que tenho no Deus da Vida, reconheço e assumo que, para mudar esta realidade, não podemos deixar prevalecer o sentimento de pessimismo.

É preciso insistir, persistir e perseverar sempre, acreditando que um outro mundo só será possível se continuarmos amando e semeando vida, apesar dos sinais de morte.

Sem dúvida, o Prêmio USP foi um estímulo importante para continuar oferecendo minha contribuição numa caminhada que hoje conta com muitas pessoas, grupos e organizações que colocam a causa da criança acima de todas as diferenças.

Jaime Crowe – 2005



Jaime Crowe no bairro do Jardim Ângela. (Foto: arquivo pessoal)

Paz no Jardim Ângela

O padre Jaime Crowe, de nacionalidade irlandesa, chegou ao Brasil em novembro de 1969, pertencendo à Sociedade de São Patrício. A partir de 1986, iniciou movimentos sociais no Jardim Ângela, onde atua como pároco há mais de 13 anos. O bairro se localiza na periferia da zona sul da cidade de São Paulo e, em 1995, constou no relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o mais violento do mundo.

Os trabalhos começaram com o Serviço Social Bom Jesus; contaram com profissionais e voluntários na área de lazer, cultura, esporte e cursos profissionalizantes. Criou-se, em seguida, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), dedicado a atender crianças e adolescentes e ainda buscar capacitá-los, e a Casa Sofia, para cuidar de mulheres vítimas de violência. Atualmente, conta com a parceria do Unicef/Unesco e do Instituto Sou da Paz.

Em 1996, foi criado o Fórum em Defesa da Vida, reunindo entidades que atuam na região, principalmente líderes religiosos, dos evangélicos aos umbandistas. O ato inaugural foi uma passeata, no Dia de Finados, até o cemitério. No ano seguinte, com a colaboração da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), inaugurou-se a Unidade Comunitária de Álcool e Drogas para tratamento de dependentes. A Unidade conta com os profissionais Uniad (Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas) do Departamento de Psiquiatria, que dão assistência médica e psicológica a dependentes e seus familiares.

No mesmo ano, teve início um dos projetos mais importantes da Paróquia Santos Mártires, o Redescobrimdo o Adolescente na Comunidade (RAC), investindo nas medidas socioeducativas em meio aberto, penas alternativas aplicadas a adolescentes que tenham cometido crimes leves ou àqueles que estão em fase de transição entre as unidades de internação e a liberdade, numa parceria entre a Secretaria de Assistência Social do município e a Febem. Com parcerias privadas, foi possível ao RAC oferecer oficinas. O projeto foi narrado no livro *Redescobrimdo o Adolescente na Comunidade – Uma Outra Visão da Periferia*, organizado por Joel Costa Rodrigues e Sérgio Martinho de Souza Bosco.

Outras ações relacionadas à paróquia são ainda a Casa Abrigo Raio de Sol e o Centro Utilitário de Intervenção e apoio aos filhos de dependentes químicos, parceria com o Uniad, a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria de Saúde Regional Sul.

Um trabalho de muita gente

Jaime Crowe*

Reconheço que todos esses trabalhos fizeram de mim uma referência, mas o importante também é reconhecer que é um trabalho de muita gente. Como eu costumava dizer “eu levo o nome, mas tem muita gente que carrega o piano”. Então há pessoas nos fóruns, nas comunidades, num grande espírito de co-responsabilidade. Não vejo apenas como um trabalho social, mas espiritual e de evangelização, como dizia o papa Paulo VI, no seu documento de Evangelho Nuntrandi: “Evangelizar é animar, organizar e dar esperança à vida do povo, em nome de Jesus Cristo, da Igreja e do povo de Deus”.

Como dizia Pe. Eduardo e eu, muitas vezes em vez de só encomendar os corpos, rezar missas de 7^a dia e consolar as famílias, o grande desafio pastoral e espiritual é parar a ida dos corpos, especialmente os dos jovens, grandes vítimas à mercê de toda violência. Mas, para que isso aconteça, é importante unir forças com todas as pessoas que buscam a paz e assumam os princípios da Cultura de Paz: Respeitar a Vida; Rejeitar a Violência; Ser Generoso; Ouvir para Compreender; Preservar o Planeta Terra; Redescobrir a Solidariedade.

Somos todos chamados a evangelizar. Anunciar a Boa-Nova de Jesus, animados pelo Evangelho, que nos diz: “Que todos tenham vida em abundância”; “Amai-vos uns aos outros”; “A paz esteja com vocês”; “Não tenhais medo!”.

* Padre, titular da paróquia Santos Mártires, localizada no bairro paulista do Jardim Ângela.

Maria da Conceição Andrade
Paganele Santos – 2006



Maria da Conceição Andrade Paganele Santos em cerimônia de entrega do VII Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Ressocialização de menores

Maria da Conceição Paganele entrou na luta pelos direitos humanos a partir de uma experiência pessoal e próxima, acompanhando o drama de seu filho, envolvido com as drogas e que foi internado na Fundação do Bem-Estar do Menor – Febem/SP. Ao constatar maus-tratos, articulou-se para fundar, em 1998, a Associação das Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco, a Amar, com sede em São Paulo.

As primeiras ações da entidade voltaram-se para as Unidades de Acolhimento Provisório – UAPs. Os recursos vinham de bazares, jantares e contribuições voluntárias. No ano de 2002, firmou-se convênio com o Unicef, permitindo o serviço de atendimento psicoterapêutico de famílias e jovens. Atualmente, na lista de parceiros da Amar estão a PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), a Conectas, a Fundação Abrinq, a Cohab-São Paulo, o Comitê Betinho de Funcionários do Banco Santander Banespa, a GE (General Eletrics), o CRP (Conselho Regional de Psicologia) e a Ashoka, além do próprio Unicef.

O objetivo principal do trabalho é ampliar e garantir a participação de familiares e da comunidade no processo socioeducativo e na ressocialização dos internos e jovens liberados das unidades da Febem, observando o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988. Entre os programas da entidade estão a orientação e auxílio às famílias e aos próprios adolescentes, que cumprem medidas sócio-educativas ou que, de alguma forma, necessitem deste apoio para deixarem a “situação de risco” em que se encontram. O quadro de recursos humanos remunera-

dos conta com dois psicólogos, uma socióloga, um administrador e sete educadoras, estas últimas, mães de adolescentes em situação de risco.

Em 2003, a Amar atuou na mediação dos conflitos nas unidades de Franco da Rocha. Garantiu os direitos fundamentais daqueles jovens que lá se encontravam, como visitas de familiares que haviam sido proibidas pela presidência, uso de itens mínimos de higiene (como escova e pasta de dentes, sabonetes e xampus) e a realização de atividades pedagógicas e socioeducativas, que há tempos não estavam sendo ministradas. A entidade atuou também na Unidade de Internação de Vila Maria I da Febem/SP.

Entre as principais atividades da Amar estão a realização de oficinas de reflexão com familiares de adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, o cumprimento de visitas nas unidades da Febem e a contribuição com o trabalho realizado pelo Ministério Público nos casos em que houve violações dos direitos humanos dos adolescentes.

O trabalho recebeu prêmios: em 2001, Conceição recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Ainda, o *Prêmio Nacional de Direitos Humanos*, concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o *Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos*, da Assembléia Legislativa de São Paulo. No ano passado, por sua luta, a própria Conceição foi escolhida como personalidade do ano pelo mesmo órgão.

Atualmente, além da capital, a entidade tem unidades em Ribeirão Preto, Franca, Bauru, Diadema e na região do Grande ABC. Também está presente nos estados do Rio de Janeiro e Piauí, além de Brasília (DF). A próxima unidade será em Porto Alegre.

Amar – mães que lutam

A Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco (Amar) foi constituída em 1998 por um grupo de mães dispostas a denunciar e combater as sistemáticas violações de direitos e maus-tratos a que seus filhos eram submetidos durante o cumprimento de medida socioeducativa na Fundação do Bem-Estar do Menor¹ (Febem). A idéia de Maria da Conceição Paganele, sua fundadora, foi transformar a realidade desta instituição através do fortalecimento social e político das mães dos internos ao protagonizar um papel não só fiscalizador, mas igualmente mediador na relação entre a Fundação, os adolescentes e suas famílias.

Maria da Conceição Paganele se envolveu com a causa ao ter um filho internado na instituição e perceber-se leiga em relação ao funcionamento da justiça e ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante das condições de tortura e maus-tratos, omissão de agentes públicos, instalações precárias de salubridade, segurança, observando a superlotação que compõem o cenário de várias unidades da Febem, Conceição Paganele percebeu que a orientação e capacitação das mães dos internos faria delas protagonistas no acompanhamento da medida socioeducativa, na fiscaliza-

1. Atualmente nomeada Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), é a instituição responsável, segundo legislação vigente, por cumprir as normas e diretrizes dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que diz respeito a adolescentes autores de ato infracional.

ção do sistema nacional de assistência ao adolescente e na denúncia de atos de violação de direitos humanos. Atualmente, a Amar conta com sedes em outros estados, além de São Paulo: Rio de Janeiro, Piauí, Brasília, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ainda em fase de expansão.

No entanto, por conta de sua intensa mobilização nessa luta, Conceição Paganele passou a sofrer, em 2005, perseguições e intimidação constante, além de ameaças de morte. Por fim, passou a ser alvo de criminalização, ao ser acusada injustamente pelo Estado dos crimes de danos, incitação ao crime, formação de quadrilha/bando e facilitação de fuga. Entidades de direitos humanos, que compartilham dos ideais da Amar, passaram a se unir em processo de mobilização e auxílio a Conceição Paganele. Nesse sentido, o Prêmio USP de Direitos Humanos, no ano de 2006, foi de especial importância por ratificar a relevância de ações e atitudes como a de Conceição e de instituições como a Amar, para além de acusações infundadas, na luta pela garantia dos Direitos Humanos.



PRÊMIOS
INSTITUCIONAIS

Themis – Assessoria Jurídica e
Estudos de Gênero – 2000



Grupo atuante em defesa dos direitos das mulheres. (Foto: divulgação da entidade)

Conhecimento jurídico para a defesa das mulheres

A proposta da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero iniciou-se na década de 1990, em 8 de março de 1993, pela iniciativa de três advogadas, Denise Dora, Elenara Iabel e Márcia Soares, que trabalhavam por uma militância feminista. A organização originou-se inspirada nas experiências latino-americanas de formação de paralegais, buscando repensar as referências no direito associadas às mulheres e discutindo, assim, as noções de gênero, raça e classe social. A entidade visa, ainda, ampliar o acesso das mulheres à justiça.

Como primeiro programa criado surgiu a Capacitação Legal, voltado para a formação das chamadas Promotoras Legais Populares (PLPs). Após a formação da primeira turma do curso, a entidade recebeu verba do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), auxiliando no desenvolvimento do projeto. A partir de 2003, começaram a ser formadas também as chamadas Jovens Multiplicadoras de Cidadania, as JMCs. A preocupação com a formação se estende também para outras organizações não-governamentais, trabalho que se realiza desde 1998.

Outras ações importantes da Themis são a Advocacia Feminista, que trata de assessoria jurídica ao trabalho das promotoras através de exemplaridade e jurisprudência favorável, bem como ações de advocacia; e o Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas, para a embasamento teórico das ações e promoção de eventos de debate.

A atuação da entidade, iniciada no estado do Rio Grande do Sul, estendeu-se para outros seis estados. Conta com o apoio financeiro de diversas agências internacionais e instituições governamentais, além de outras entidades de direitos humanos.

Como resultados de estudos e do trabalho, publicaram a *Metodologia Themis de Acesso à Justiça* e a revista *Themis – Gênero e Direito*. Houve atuação, a partir de 1999, junto à Comissão de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). Destaca-se ainda a participação da entidade na aprovação da lei Maria da Penha, na campanha pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro.

A partir de 1996, a entidade ganhou diversos prêmios em reconhecimento de seu trabalho, entre eles o Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, pelo PNUD e Governo Federal, na categoria Organização Não-Governamental (2005), Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social (2005); Prêmio *ONG Inovación* do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conjunto com duas outras ONGs (2004) e ainda o Prêmio Nacional de Direitos Humanos (1996).

Mulheres como sujeitos de direito

Rubia Abs da Cruz*

O Prêmio USP de Direitos Humanos, concedido à Themis em 2000, contribuiu para a continuidade do processo de democratização na garantia dos direitos humanos das mulheres e na promoção do acesso à justiça, legitimando o trabalho da organização. Neste sentido, conseguimos avançar e articular cada vez mais com as comunidades e instâncias de poder como o Judiciário, Legislativo e Executivo, com organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, conselhos, fóruns, entre outros espaços de controle social, fomentando o reconhecimento da organização na sua atuação em direitos humanos e educação jurídica popular.

A Themis tem a luta feminista e a educação em direitos como princípios fundamentais de sua atuação. Sua missão é a promoção do acesso à justiça e o empoderamento de mulheres, entendendo estes como pressupostos básicos para construção da equidade entre gêneros, para o fim das violências contra as mulheres, a garantia dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos e a constituição de uma sociedade pautada pelo respeito às diversidades e organizada por relações democráticas e solidárias¹. Norteadas por uma concepção de que as opressões de gênero não se encerram nelas

* Coordenadora Geral da Themis, advogada e especialista em Direitos Humanos das Mulheres – Universidade do Chile.

1. “O pressuposto do acesso à justiça vinculado à justiça social, ou seja, da implementação dos direitos humanos de todos (as) os (as) cidadãos (ãs), é uma utopia e uma direção para o trabalho da Themis” (Feix, 2001, p. 24).

mesmas, compreende que estas devem ser articuladas às de classe e raça/etnia (fundantes de nossas sociedades), quanto às diversas especificidades culturais, geracionais, políticas, econômicas, sexuais, religiosas e locais em que vivem as mulheres.

Um dos elementos centrais de estratégia da Themis é a capacitação legal ou educação jurídica popular de mulheres. A experiência das Promotoras Legais Populares (PLPs) e suas conquistas fazem hoje da Themis uma importante referência, sendo reconhecida e premiada por diversas instituições no Brasil e em outros países. Este reconhecimento possibilitou que a Themis desenvolvesse a capacitação para jovens mulheres, formando as Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMCs) além da capacitação de inúmeras organizações de direitos humanos.

Numa perspectiva de democratizar e organizar a experiência de capacitação legal de mulheres, a Themis sistematizou sua metodologia numa publicação intitulada “Metodologia Themis de Acesso à Justiça”. A entidade assim multiplica sua metodologia contribuindo para a formação e qualificação de agentes de direitos em todo o Brasil, tendo se consolidado a partir da capacitação de mais de 280 mulheres em Porto Alegre e de agentes de organizações em dezessete municípios do estado do Rio Grande do Sul, além da realização de cursos para entidades de outros treze estados brasileiros, num total de cinquenta e cinco ONGs capacitadas na metodologia, sendo que muitas delas já realizaram capacitações legais em suas cidades.

O desafio principal é que as mulheres se compreendam como sujeitos de direitos e busquem ocupar espaços numa cultura ainda controlada por homens e por práticas masculinas, instituindo políticas públicas específicas às mulheres e promovendo o controle social em prol dos direitos humanos das mulheres. É preciso ressaltar que a atuação da Themis enfoca as mulheres, entretanto, numa perspectiva de gênero e exatamente por isso buscamos dialogar com a sociedade como um todo, visando a transformação social que valorize os direitos humanos.

Serviço Pastoral dos Migrantes – 2001



Mulher migrante do norte do Paraná em colheita de café no interior de São Paulo. (Foto: divulgação da entidade)

Acolhendo os migrantes

A Pastoral dos Migrantes (SPM) é um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criada em 1985 e tem como objetivo trabalhar pela acolhida dos migrantes e estudo de suas trajetórias em nível nacional, lutando contra a violação de seus direitos. Os braços de atuação regional da Pastoral foram criados em outubro de 1999, durante a IX Assembléia do Serviço Pastoral dos Migrantes, que criava as Secretarias Regionais.

Para seu trabalho, o SPM considera três setores de atuação principal: 1) os migrantes sazonais ou temporários, relacionados principalmente ao deslocamento pelos fluxos de trabalho em safras agrícolas e carvoárias. Nesse caso, a Pastoral preocupa-se também em estimular iniciativas de resistência nas comunidades de origem. 2) Os migrantes urbanos. 3) Imigrantes latino-americanos, com os quais há preocupação com a documentação e com as leis dos estrangeiros.

Entre as atividades realizadas pelo SPM estão dar acolhimento aos migrantes e imigrantes, dando-lhes inclusive assessoria jurídica; promover a cultura do migrante com romarias, festivais de música e poesia, celebrações, festas pátrias, seminários e simpósios sobre migração; grupos de estudo e encontros; formar lideranças para a conquista de direitos.

Desde sua criação, o SPM realiza a semana do migrante em todo o Brasil, como uma das ações de maior visibilidade. Na ocasião, são publicados diversos materiais como cartazes, círculos bíblicos, camisetas, entre outros. É definido um lema a partir

de sugestões dos serviços regionais da Pastoral e em consonância com o tema da Campanha da Fraternidade da CNBB.

Os objetivos do trabalho do Serviço Pastoral do Migrante vão no sentido de preservar os direitos dos migrantes, preservando sua cultura e dando-lhes formação. Propõe-se promover um resgate cultural e de identidade, lutar pela defesa de direitos, como os de ir e vir, direito a educação, moradia, alimentação e saúde, direito ao trabalho e direitos políticos, de expressão e participação. O SPM busca influir nas políticas migratórias para que não sejam restritivas e não priorizem apenas o aspecto econômico.

SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes

Luiz Bassegio*

Constituído em 1985, o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) é uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e tem como objetivos promover a defesa dos migrantes, denunciar o preconceito e abrir espaços para o efetivo engajamento nas lutas que visam à transformação social e a conquista da cidadania.

Trabalhamos com retirantes da seca, camponeses que têm suas terras griladas; pequenos agricultores expulsos de suas terras ou sem apoio para de viver nelas; bóias-frias que se deslocam por meses a fio para trabalhar nas colheitas; imigrantes vindos de outros países e emigrantes que saem do Brasil para tentar a vida em outros países.

FORMAS DE ATUAÇÃO:

1. *Inserção junto aos migrantes e suas comunidades.* Equipes de trabalho inseridas no ambiente dos migrantes e atividades diversificadas: campanhas e denúncia contra o preconceito; lutas pelo reconhecimento de direitos trabalhistas e pelo acesso à escola e à moradia; abertura de espaço para as diferentes manifestações culturais e religiosas; criação de associações de geração de renda; cooperativas de pequenos produtores, comissões de fiscalização das condições de vida e trabalho em carvoarias e alojamentos de trabalhadores temporários; projetos de alfabetização.

* Secretário do Serviço Pastoral dos Migrantes.

2. *Articulação origem-destino.* Atividades que envolvem particularmente migrantes temporários. As equipes de trabalho atuam nos dois pólos, refazendo os elos entre a origem e o destino sobretudo no cultivo da cana-de-açúcar.
3. *Atuação junto aos imigrantes.* Campanha por uma Nova Lei dos Estrangeiros; direito de votar para os estrangeiros com visto permanente; pela flexibilização dos processos de aquisição de vistos; pela suspensão dos processos de expulsão sumária e pela livre circulação na região.
4. *Casas de Acolhimento.* Atendimento diário a migrantes recém-chegados, promovendo a humanização das práticas institucionais de acolhimento.
5. *Luta contra o preconceito.* Participação ativa nas Comissões de Direitos Humanos nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. Denúncia e assistência jurídica às vítimas de preconceito. Trabalho de reflexão permanente junto aos migrantes, visando a recuperação da auto-estima e formação da consciência cidadã.
6. *Luta contra a exclusão, em defesa da soberania.* Participação ativa em iniciativas que visam à construção de uma sociedade soberana, plural e diversa. O SPM está atuando em articulação com as seguintes atividades: Fórum Social Mundial das Migrações, Grito dos Excluídos (nacional e continental), Fórum Social Mundial, Campanha Jubileu Sul/Brasil – pelo cancelamento da dívida externa.

O momento forte da Pastoral dos Migrantes é a Semana do Migrante, que ocorre na terceira semana de junho. É uma verdadeira campanha, que mobiliza comunidades e grupos de migrantes, igrejas, centros de estudos, associações e militantes.

No momento, um dos nossos grandes eixos de trabalho é a luta por outra integração, que seja social, política, cultural em vista de construirmos sociedades solidárias e sustentáveis.

Para o SPM, receber o Prêmio USP de Direitos Humanos significou, além do reconhecimento do trabalho coletivo, uma maior promoção e difusão dos direitos dos migrantes. É uma ação da Universidade que, sem dúvida, colabora para a afirmação de valores humanos que promovam a solidariedade, a convivência entre os diferentes, a dignidade e justiça entre homens e mulheres que sonham e lutam e por uma sociedade de cidadãos plenos.

DHNET
Rede de Direitos Humanos – 2002



Roberto Monte, responsável pela DHnet, na entrega do III Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Internet para difusão das informações sobre direitos humanos

A DHnet – Rede de Direitos Humanos e Cultura é um portal na rede mundial de computadores que congrega informações e recursos de informática para o trabalho de educação em direitos humanos. É composta por um banco de dados que reúne informações sobre o tema, além de espaços para interatividades, como fóruns de discussão e área para bate-papo. A Rede é filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), à Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e à Rede Vozes do Silêncio.

Os trabalhos se iniciaram com a chegada oficial da internet ao Brasil através do interesse de um grupo de ativistas de direitos humanos, entre eles Roberto Monte. Assim, no dia 1º de maio de 1995, inaugurou-se a BBS (*Bulletin Board System*) Direitos Humanos e Cultura, que, dois anos depois, se tornaria a Rede DHnet. Antes da internet, o grupo passou por diversos suportes, começando com o rádio (Rádio Rural), passando por *slides* e então para vídeo e depois para a internet. A preocupação temática, desde o início, foi com as áreas de desejos humanos, cibercidadania, memória histórica, educação, arte e cultura em suas relações com os direitos humanos.

A sede dos trabalhos da DHnet é uma parceria do Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural (Cenarte) com o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), localizados na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. A coordenação é de Roberto Monte em conjunto com Aluizio Mathias, tendo como principal objetivo oferecer acesso a informações importantes para a construção da cidadania.

Entre as ações, além do próprio site disponível *on-line*, está a organização de uma enciclopédia digital voltada preferencialmente para o público jovem. Há também a organização em diversos *CD-Roms* com as informações acumuladas. A DHnet também promove cursos relacionados à educação em direitos humanos, além de apresentar conexões com uma rede lusófona de direitos humanos, congregando países como Angola e Moçambique.

Direitos humanos em rede

Roberto Monte

A DHnet – Rede Direitos Humanos e Cultura (www.dhnet.org.br) é um provedor digital de informações que possui o maior e mais completo acervo de dados e informações sobre direitos humanos em língua portuguesa. É produzido pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural (Cenarte), entidade-membro da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (REDH-RN), na região Nordeste do Brasil. A DHnet tem como eixo central a promoção e a difusão de informações sobre direitos humanos e cidadania, distribuídos nos macrotemas Direitos Humanos; Desejos Humanos; Arte e Cultura; Educação para os Direitos Humanos; Cibercidadania; Memória Histórica e Central de Denúncias.

Nascida com a implantação da Internet no Brasil, no dia 1º de maio de 1995, na forma de BBS (*Bulletin Board System*), a DHnet tornou-se, três anos mais tarde, uma grande central multimídia sobre direitos humanos e cidadania dona de um acervo que contém centenas de *megabytes* de vídeos, material em áudio, textos, fotos, desenhos e animações.

Em 2002, a DHnet foi agraciada com o Prêmio USP de Direitos Humanos. Em 2004, devido ao acúmulo de experiências, foi convidada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) para produzir o portal sobre segurança do Brasil, acessível no endereço www.segurancacidade.org.br. Em 2005, lhe foi conferido o reconhecimento do Prêmio Cidadania Mundial da Fé Bah'ái.

Com um fluxo de milhares de visitas diárias, a DHnet tem sido formatada numa lógica enciclopédica para se tornar a plataforma digital de Redes *Glocals* de Direitos Humanos, ou seja, espaços de articulação e troca de experiências, informações e *know-how* e de realização de ações conjuntas ao redor dos eixos norteadores de educação, comunicação, arte, cultura e resgate da memória popular entre forças vivas da sociedade infoconectadas que pensam globalmente – isto é, estão plenamente inseridas nos sistemas e mecanismos internacionais de promoção e proteção dos direitos, participam ativamente das discussões globais e enfrentam as mesmas problemáticas – e agem localmente, levando e adaptando estas discussões, mecanismos e sistemas às microrrealidades de cada município e cada comunidade.

As Redes *Glocals* de Direitos Humanos atualmente suportadas pela DHnet são a Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (Redh-RN), a Rede Lusófona de Direitos Humanos, a Rede Cabo Verde de Direitos Humanos On-line, a Rede Moçambique de Direitos Humanos On-line, a *Rete Potiguara di Solidarietà Internazionale*/Rede Potiguara de Solidariedade Internacional (Itália), a Rede Inter-estadual Ceará-Rio Grande do Norte-Paraíba-Pernambuco, a Rede de Operador@s de Direitos Humanos da América Latina e o Caribe (R@DHALC) e o Observatório do Turismo Sexual Infanto-Juvenil Italiano no Brasil (Ceará-Rio Grande do Norte-Pernambuco-Itália).

O Prêmio USP de Direitos Humanos foi extremamente importante para a promoção e divulgação da DHnet, uma vez que a USP e o Estado de São Paulo planejam transformar-se num grande centro nacional e internacional de direitos humanos. Experiências como a nossa, premiada por essa renomada instituição, podem muito ajudar na capilarização e na disseminação de que direitos humanos, além de comporem um valor universal, têm que ser trabalhados para que componham também um valor nacional, estadual, municipal e localizadamente comunitário.

Micreiros e micreiras de todo mundo, *on-line*, tem sido a nossa palavra de ordem, dentro de uma lógica de difundir/socializar conhecimentos, contribuindo com a disseminação de uma cultura de humanismo e direitos humanos.

Grupo Tortura Nunca Mais – 2003



Manifestação contra tortura. (Foto: divulgação da entidade)

Violências de ontem e hoje

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) foi fundado em 1985 por ex-presos políticos que haviam sido torturados durante a ditadura militar brasileira e também por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Os objetivos principais, desde sua fundação, foram: defender os direitos humanos, buscando esclarecer as circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos; trabalhar pelo resgate da memória histórica e pelo afastamento das pessoas envolvidas com a tortura que estivessem em cargos públicos. A entidade também denuncia o que enquadra como novos casos de tortura através de notas na mídia, entrevistas, atos públicos, seminários e outras atividades.

O grupo começou a se reunir em abril de 1985, às segundas-feiras, no Sindicato dos Jornalistas. Como uma das primeiras ações, forçaram o Secretário Estadual de Justiça a recebê-los e registrar depoimentos à Comissão de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, contendo o nome das pessoas que reconheciam como torturadores.

A entidade foi lançada oficialmente no final de outubro de 1985, com a realização de um seminário na Faculdade Cândido Mendes, denominado I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

No âmbito do estado do Rio de Janeiro, o GTNM/RJ participa como membro permanente do Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro, encarregado de observar a manutenção dos direitos dos presos. Assim, realiza visitas a prisões,

além de participar de Audiências Públicas na Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa para apresentação de denúncias.

O Grupo é filiado ao *SOS Torture* (Genebra), à Fedefan (*Latin America Federation of Arrested and Disappeared People Relatives*, de Caracas, Venezuela), à Sociedade Internacional para Saúde e Direitos Humanos – *International Society for Health and Human Rights* e à *Red Latinoamericana y del Caribe de Instituciones de la Salud contra la Tortura, la Impunidad y otras Violaciones a los Derechos Humanos* do IRCT (Conselho Internacional de Reabilitação de Vítimas de Torturas, Dinamarca).

A entidade pretende opor-se às violações dos direitos humanos, auxiliar na reabilitação física e psicológica de pessoas atingidas pela violência organizada e recuperar a história brasileira do período de ditadura, esclarecendo as circunstâncias das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos.

Como ações, tem, ainda, homenageado pessoas mortas sob tortura e desaparecidos políticos através da inauguração de ruas e escolas públicas com seus nomes. Há doze anos, promove a cerimônia anual de entrega da medalha Chico Mendes de Resistência dedicada a pessoas que trabalham na defesa dos direitos humanos. Realiza também um projeto de apoio médico-pedagógico para torturados e familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura. A partir de 1991, essa iniciativa conta com o apoio do Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura (FVNUVT) e, entre 1996 e 1997, contou com o apoio da Comunidade Européia.

Na área de divulgação, o GTNM/RJ participa de encontros com estudantes, trabalhadores e profissionais de saúde e de educação. Edita o *Jornal do GTNM/RJ*, uma publicação trimestral.

A luta contra a ditadura e pela cidadania

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM) foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos que viveram direta e/ou indiretamente situações de tortura durante a ditadura militar. Tornou-se, através das lutas em defesa dos direitos humanos de que tem participado e desenvolvido, uma referência importante no cenário nacional e mesmo internacional. Considerando que o regime ditatorial brasileiro, inserido em um contexto capitalista, contribuiu decisivamente para o esgarçamento e deteriorização de valores éticos, o GTNM/RJ constituiu-se em torno do resgate da dignidade, da defesa e dos direitos da cidadania.

Dessa maneira, assumimos um claro compromisso na luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos ocorridos durante o período de ditadura militar, pelo resgate da memória histórica, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura, pela formação de uma postura ética, convictos de que estas são condições indispensáveis na luta hoje contra o esquecimento e pela justiça.

O direito à informação, que já figurava na Constituição de 1946, artigo 146, inciso 36, afirma que: “ a lei assegurará: I – O rápido andamento dos processos nas repartições públicas; II – A ciência dos interessados dos despachos e das informações a que eles se referem”, o que garante a construção de nossa história e de nossa memória. O direito de saber o que ocorreu em nosso país permite conhecer o que de fato aconteceu: graves fatos atentatórios aos direitos humanos. Tal resgate histórico

serve a um duplo propósito: assegurar o direito à memória de todos aqueles que, generosamente, deram suas vidas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária e confiar às gerações futuras a responsabilidade de impedir a ocorrência de tais práticas.

Entretanto, a Constituição de 1967 e a Emenda n. 1, de 1969, silenciaram sobre a matéria. Durante todo o período de ditadura militar, com a adoção da Doutrina de Segurança Nacional, desconhecia-se completamente qualquer solicitação de abertura de seus arquivos. Naquele momento a luta era, fundamentalmente, pelo direito à vida. Mobilizava-se a sociedade civil para lutar pela libertação imediata dos presos políticos, pelo fim das prisões arbitrárias e das gravíssimas violações de direitos humanos, além da luta contra a censura e da volta daqueles que se encontravam no exílio.

Somente com a queda da Ditadura Militar e com a Constituição de 1988 foi possível avançar nesta questão, com a incorporação ao rol dos direitos fundamentais do chamado Direito à Verdade. O artigo 5º, inciso XXXIII diz que, “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob a pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Fundação Gol de Letra – 2004



Representante da Fundação Gol de Letra na entrega do V Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Esporte e educação

A Fundação Gol de Letra iniciou suas atividades na década de 1990. Foi concebida em dezembro de 1998, presidida pelos jogadores de futebol Raí Souza Vieira de Oliveira e Leonardo Nascimento de Araújo, que atuaram juntos pelo time de futebol Paris Saint-Germain. O Projeto se volta a iniciativas de educação e cultura para crianças de baixa renda. Contempla também programa para jovens e adultos, formando-os para atuação na região de Vila Albertina, bairro carente da zona norte da cidade de São Paulo.

A primeira unidade foi sediada no mesmo bairro. O prédio foi cedido pelo governo do Estado e as obras tiveram apoio financeiro do BNDES e da Fundação Kellogs. Como forma de estruturar o trabalho, a fundação vinculou-se a diversas entidades do terceiro setor já existentes, como o Instituto Ayrton Senna, o Cenpec, a Casa do Teatro e a Fundação Abrinq.

Um ano mais tarde, em agosto de 1999, iniciavam-se as atividades. Seu principal projeto chamava-se *Virando o Jogo*, em que crianças entre sete e catorze anos, passavam por complementação escolar. Outro projeto da Fundação foi denominado Cara da Vila, voltado para adolescentes e com o objetivo de estimular o conhecimento sobre a própria comunidade por meio de oficinas de vídeo, *bip hop*, teatro e fotografia, produzindo arte. Mais tarde, esse projeto transformou-se no FAC (Formação de Agentes Comunitários), voltado para jovens e adultos da comunidade.

A partir de 2001, a fundação inaugurou uma unidade em Niterói, Rio de Janeiro, apresentando o programa Dois Toques, que trata da complementação escolar por

meio de atividades de dança, arte, esporte e música. Nessa unidade é realizada também o programa Aprendizes, direcionado para jovens entre catorze e quinze anos, treinando-os para serem monitores representantes da Fundação. Para esta função, eles freqüentam atividades de informática, biblioteca, educação física, cidadania e música, complementando a grade do Programa Dois Toques.

Atualmente, a Fundação investe em divulgação e captação de recursos na França e Itália. Foi escolhida, em 2001, como instituição modelo, em pesquisa realizada pelo Unesco e publicada no livro *Cultivando Vida, Desarmando Violências*. Os fundadores receberam também o Prêmio Fernando Azevedo – Educador do Ano 2001.

Formação, educação e cultura

Sóstenes B. S. Vieira de Oliveira

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 26, inciso II, estabelece que “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”. A Constituição Federal determina, no Art. 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A legislação indica uma direção clara em favor de uma educação voltada para a defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania. É com essa visão que a Fundação Gol de Letra foi criada há oito anos.

A Fundação Gol de Letra é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos instituída pelos ex-jogadores de futebol Raí de Oliveira e Leonardo Nascimento de Araújo, que, desde agosto de 1999, cumpre a sua missão de “contribuir para a formação educacional e cultural de crianças e jovens para que possam atuar com autonomia na transformação de suas realidades”.

Reconhecida pela Unesco como modelo mundial no apoio às crianças em situação de vulnerabilidade social, a Fundação Gol de Letra atua hoje em São Paulo, Niterói e Rio de Janeiro e atende crianças, adolescentes e jovens por meio de programas e projetos desenvolvidos pelas áreas pedagógicas e sociais, que visam o cumprimento e a promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O atendimento de crianças de sete a catorze anos em São Paulo e Niterói baseia-se no princípio da educação integral com atividades de expressão oral e escrita, corporal e cultural.

Em complemento à sua atuação com crianças e adolescentes, a Fundação Gol de Letra atende jovens com idade entre quinze e vinte e um anos em projetos próprios ou desenvolvidos em parceria com instituições públicas de ensino, que visam a prática, a formação e a multiplicação de aprendizagens em diferentes linhas: comunicação, esporte, cultura e meio ambiente.

Reforçando essa metodologia, o trabalho coordenado pela área social, com participação de mães, agrega valor ao atendimento às famílias e às comunidades com ações educativas, atendimento social, encaminhamentos de casos e fortalecimento do trabalho em rede.

O significado do Prêmio USP de Direitos Humanos conquistado pela Fundação Gol de Letra em 2004 vai, portanto, muito além da justificada euforia de sermos homenageados por uma instituição da representatividade da USP. Tê-lo recebido vale como uma confirmação do acerto da nossa ação e dos nossos propósitos, uma aprovação e reconhecimento do que mais nos sensibiliza, de fundamentalmente estarmos lutando para garantir a dignidade e os direitos garantidos na Declaração Universal para os indivíduos pertencentes às comunidades onde atuamos.

Organização Viva Rio – 2005



Manifestação pela paz. (Foto: divulgação da entidade)

Vida sem violência

Viva Rio surge em dezembro de 1993 em reação ao assassinato de oito meninos junto à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro e à chacina de vinte e uma pessoas em Vigário Geral e como uma manifestação contra a violência na cidade. Trata-se de uma organização não-governamental, formada por diversos setores da sociedade civil, voltada para a promoção de uma cultura de paz e para o desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido.

A entidade identificou a população juvenil dos bairros pobres como grupo de risco para a violência urbana, principalmente adolescentes, do sexo masculino, entre quinze e vinte e quatro anos que deixaram a escola antes do fim do primeiro ciclo educacional. As armas de fogo são entendidas como principal vetor para agravar conflitos, banalizando os crimes letais.

Entre seus objetivos está realizar um trabalho social de reabilitação com os jovens. A entidade está presente em favelas e comunidades de baixa renda da região metropolitana do Rio de Janeiro e trabalha em parcerias com entidades locais. É importante a participação de voluntários.

São três áreas de atuação em que o trabalho da Viva Rio está dividido: ações comunitárias, comunicação e segurança humana. Em cada um desses setores principais, a entidade desenvolve inúmeros projetos visando iniciativas para valorizar e levar conhecimento às comunidades, divulgar a questão dos direitos humanos e valorizar iniciativas para a redução da violência.

A instituição tem cerca de vinte programas diferentes divididos entre as três áreas de ação principal. Destacamos a preocupação com a inclusão digital, o atendimento jurídico gratuito (Balcão de Direitos), a organização do *site* Viva Favela (www.vivafavela.com.br), elaborado com colaboração da comunidade e, ainda, do *site* em campanha pelo desarmamento (www.desarme.org). A entidade conta ainda com um sistema de crédito para pequenos empreendimentos, o VivaCred.

A entidade já teve seu trabalho reconhecido, tendo recebido diversos prêmios e sendo convidada a dividir sua experiência no combate à violência. No final de 2004, o Viva Rio foi convidado para compor missões de pacificação no Haiti pelo PNUD/Minustah (Programa de Segurança Comunitária da Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração). Em 2001, recebeu o Prêmio Unesco na Categoria Juventude e Cidadania. Em 2004, o *Dubai International Award*, concedido pelo *Dubai Municipality, Dubai-United Arab Emirates & The United Nations Human Settlements Programme* (UN-HABITAT), em virtude do programa *Humans Security & the Urban Poor: A Holistic Approach to Social Exclusion & Violence*.

Uma cultura de paz e solidariedade

O Viva Rio é uma organização não-governamental, com sede no Rio de Janeiro, engajada no trabalho de campo, na pesquisa e na formulação de políticas públicas para promover a cultura de paz, segurança e desenvolvimento social.

Em dezembro de 1993, logo após as chacinas de Vigário Geral e Candelária, representantes de vários setores da sociedade civil reuniram-se e, em resposta à crescente violência no Rio de Janeiro, convocaram a população carioca para um protesto silencioso. No dia 17 de dezembro, a cidade parou por dois minutos.

Desde então, o movimento tornou-se ONG, desenvolveu e consolidou uma ampla gama de atividades e estratégias bem-sucedidas.

Por meio de pesquisas, elaboração e testes, as soluções propostas pelo Viva Rio são, inicialmente, realizadas em pequena escala. Atingindo resultados positivos, essas ações podem ganhar grandeza e se tornarem políticas públicas reproduzidas pelo Estado, pelo mercado e por outras ONGs.

Apesar de o trabalho do Viva Rio ter iniciado em resposta a problemas locais, com os quais permanece profundamente comprometido, a natureza multifacetada da segurança o conduziu ao envolvimento internacional. Assim, as soluções precisam ser simultaneamente globais e locais.

Dentre as ações realizadas pelo Viva Rio nos últimos catorze anos, a contribuição dada para a campanha de desarmamento, com entrega voluntária de armas (cerca de quinhentas armas recolhidas) em 2005 e a aprovação do Estatuto do

Desarmamento, são consideradas significativas, pois retratam bem a combinação entre ação local e global.

Para o Viva Rio, o recebimento do VI Prêmio USP de Direitos Humanos em 2005, significou que as ações realizadas, pautadas pela busca da justiça, do desejo de construir uma cultura de paz e solidariedade encontraram eco na vida da população brasileira. E representou, acima de tudo, grande estímulo para enfrentar as adversidades e os constantes desafios surgidos nas ações cotidianas.

O VI Prêmio USP de Direitos Humanos, entregue ao Viva Rio, foi e é, na verdade, o reconhecimento da dedicação de dezenas de colaboradores e voluntários que, de maneira sacerdotal, dedicam suas vidas às causas sociais e humanitárias, construindo, de fato, espaços onde as relações sociais sejam valorizadas, estimuladas e protegidas.

Sociedade Paraense de Defesa
dos Direitos Humanos – 2006



Representante da Sociedade Paraense na entrega do VII Prêmio USP de Direitos Humanos. (Foto: Assessoria de Imprensa da Reitoria da USP)

Conflitos na área rural

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) é uma organização não-governamental nascida com o objetivo de lutar pela garantia de liberdades democráticas, iniciando suas atividades ainda na ditadura militar. Ela é vinculada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos e foi fundada pelo desembargador Paulo Frota em 1977, sendo uma das mais antigas de seu gênero no país.

A partir de 1979 passou a editar o jornal *Resistência: Resistir É o Primeiro Passo*, com contribuições de voluntários e da ajuda humanitária internacional. O jornal ganhou prêmio Esso de jornalismo. A sociedade sofreu violências diretas, tendo dois presidentes assassinados, sua gráfica incendiada e explosões de bombas em bancas que vendessem seus jornais.

Como importante atividade, denuncia a violência na atuação policial e preocupa-se com os conflitos na área rural, lutando pela reforma agrária. A entidade oferece assessoria jurídica em seu núcleo de Marabá, ativo desde 1986 no estado do Pará. Acompanhou casos como o do massacre de Eldorado dos Carajás, dando assistência às famílias das vítimas e associando-se a entidades locais.

Com o aniversário de vinte e cinco anos de existência, a entidade publicou um livro que registra dados sobre a violência no Pará: *Homicídios no Pará de 1996-2000: da Visibilidade à Construção de uma Cultura sem Violência*, com organização de José Fernando Silva. Concomitantemente, inaugurou-se uma exposição fotográfica

intitulada Direitos Humanos no Brasil e na Europa, a partir de oitenta e quatro imagens cedidas por entidades de defesa dos direitos humanos pelo mundo.

Em 2003, foi criada a medalha Paulo Frota, outorgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará e destinada a profissionais ou organizações que se destaquem no trabalho pelos direitos humanos.

Permanência na luta por direitos

Fundada em 8 de agosto de 1977, a Sociedade Paraense da Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), organização não-governamental sem fins lucrativos e filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, conta hoje com vinte e quatro anos de existência, estando entre as associações civis mais antigas do Brasil na luta pelas liberdades democráticas, prevalência dos direitos humanos e justiça social. Iniciou suas atividades no período da ditadura militar, quando os direitos civis e políticos sofriam uma dura castração, e bens como a vida, a liberdade, a integridade física, pouco ou quase nada significavam.

De forma específica, atuou na área urbana denunciando a violência policial e apurando a responsabilidade em crimes de graves violações dos direitos humanos. Na área rural, dedicou-se à luta pela reforma agrária oferecendo assessoria jurídica-política na violenta região sudeste do Pará, onde mantém um núcleo em Marabá desde 1986.

Hoje, a atuação da SPDDH compreende o Núcleo de Jurídico de Marabá e os cinco departamentos na sede em Belém: Política Pública de Segurança, coordenando a atuação no Consep; Provita, executor do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas; Banco de Dados, pesquisando a atividade criminalizada no Estado; Departamento de Proteção e Defesa Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), que realiza formação de recursos humanos sobre a proteção internacional dos direitos humanos, e denúncias de violações junto aos organismos internacionais; e Departamento Jurídico, representando vítimas de casos exemplares.



MENÇÃO
HONROSA

Ari Antonio Heck – 2005

Direitos das pessoas portadoras de deficiência física

O advogado Ari Heck dedicou-se, a partir da década de 1980, à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência física (PPDs). Ajudou a organizar o Movimento Estadual e Nacional de Parlamentares e Executivos PPDs e articulou diversos encontros entre parlamentares PPDs na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Em 1987, muda-se para a cidade de Ijuí. Em 1989, participa do II Encontro Municipal e I Encontro Regional de Deficientes, que reúne as associações de Ijuí, Santa Rosa, Carazinho e Frederico Westphalen. Na ocasião, foi lançada a campanha de coleta de assinaturas para apresentar emendas à Assembléia Constituinte Estadual e Leis Orgânicas dos Municípios.

Ari Heck organizou a coleta de assinaturas de apoio à modificação dos critérios de renda para concessão dos benefícios conseguindo mais de duas mil assinaturas só em Ijuí e, assim, ingressou com processo administrativo no Ministério da Previdência em Brasília. O fruto do trabalho foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa que fez constar no “Relatório Azul” todo o trabalho realizado.

No mesmo ano, organizou o I Encontro Regional de Vereadores no município de Boa Vista do Buricá para discutir os direitos dos deficientes na Lei Orgânica. Nesse encontro participaram vereadores de trinta municípios.

Em 1990, ingressou no Conselho Rio-grandense de Entidades de Deficientes Físicos (Fredéf), quando foi escolhido delegado das entidades do interior e membro da Organização Nacional de Entidades de Deficientes (Onedef).

Dedicou-se à atuação pública. Em 1991, como presidente da Comissão de Fundação e Elaboração do Estatuto, auxiliou na fundação da Federação Rio-grandense de Entidades de Deficientes Físicos (Fredéf). Em 1992, elegeu-se vereador e, em novembro de 1993, assumiu o cargo de técnico judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em 1996, foi eleito vice-presidente do Legislativo e reeleito vereador. De 1996 até fevereiro de 2002, exerceu a função de secretário de audiência na Vara do Trabalho de Ijuí e, em seguida, exerceu a função de secretário especializado do juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Triunfo – RS. Em 1998, foi eleito como quinto suplente da bancada do PT e da Frente Popular. Nesse ano, auxiliou na fundação da Associação Ijuicense de Deficientes (Aidef), única da região na época. Foi por duas vezes presidente da Aidef, onde atuou também como vice e secretário. A Associação de Ijuí foi a primeira entidade do interior do estado a protocolar emenda popular na Constituição gaúcha, com mais de três mil assinaturas de toda região Noroeste do estado. As emendas elaboradas no encontro regional para a LOM, foram encaminhadas a todas as Câmaras do Rio Grande e muitos municípios passaram a fazer parte da Carta Municipal.

Auxiliou na criação das associações de Cruz Alta, Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul, Ajuricaba, Três de Maio, Três Passos, Santa Bárbara do Sul e Triunfo.

Juntamente com a direção da Apae-Ijuí, Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Ijuí (Apasi) e Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ijuí (Apadevi), elaborou um projeto de criação de oficinas de trabalho conjunto entre as entidades, inédito no estado.

Atualmente, ministra palestras em colégios, estabelecimentos comerciais e entidades sobre a inclusão social dos PPDs. Em 2006, lançou o livro *Poemas sem Preconceitos*. Está elaborando uma cartilha que contém toda a legislação sobre PPDs para o Sintrajufe.

Ari está lançando o livro *Ari Heck, a História de um Vencedor*. O livro resume os dois mandatos de vereador na cidade de Ijuí-RS, contém sessenta e dois projetos, anteprojetos e projetos de resoluções que, na sua grande maioria, tratam da inclusão das pessoas portadoras de deficiência. Além disso, o manual para parlamentares ensina como fazer um mandato popular e como criar uma associação de deficientes.

Pé na estrada

Ari Heck*

Já tinha três livros publicados (*O que É Ser Jovem?*, *Poemas sem Preconceitos* e *A Trajetória de um Lutador*), mas a partir do prêmio recebido em 2005, a minha luta em defesa dos direitos humanos dos deficientes criou uma forma mais consistente.

O primeiro passo foi colocar no ar a página pessoal que pudesse ser reconhecida como um ícone na luta dos deficientes. Assim, nasceu o site www.ariheck.com, que atingiu, em seu primeiro ano no ar, a marca de dez acessos diários e, no final do ano passado, recebeu pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Unesco e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul o certificado pela “Contribuição na Divulgação dos Direitos Humanos no Estado do Rio Grande do Sul”.

A partir da concessão do prêmio, passei a proferir dezenas de palestras por todo o Rio Grande do Sul. Na palestra motivacional, procuro motivar o público através de exemplos de superação de deficientes como Homero, Louis Braille, Toulouse-Lautrec, Beethoven, Helen Keller, Marcelo Rubens Paiva, Aleijadinho e tantos outros. Somente no ano de 2006 foram mais de trinta palestras em diferentes cidades do estado.

Num sucesso fantástico, lancei o meu primeiro livro infanto-juvenil *Pé na Estrada: Uma Aventura sem Limites*, uma história de amor, dedicação e muita força de

* Servidor público federal, pós-graduado em direito processual do trabalho pela Ulbra-RS, escritor e ativista dos direitos humanos.

vontade. Em *Pé na Estrada*¹ o personagem principal, um deficiente físico, move os demais integrantes da história a completar sua missão. A história infantil é uma verdadeira lição de vida, de amor e perseverança.

É uma história real de uma viagem de bicicleta, três garotos e um adulto deficiente físico, que, sozinhos, foram para uma outra cidade e viveram muitas aventuras. Indicado para toda a família, o livro mostra a realidade de um pai portador de deficiência diante dos desafios da vida com filhos não-deficientes.

O prêmio também me motivou a concluir o curso de pós-graduação em direito processual do trabalho pela Ulbra/Canoas-RS e o tema da pesquisa não poderia ser diferente: a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho.

Já há editoras interessadas em publicar a pesquisa, intitulada: “Há Eficiência na Lei de Cotas? – Para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo Contemporâneo”.

Também está em sua fase final meu quinto livro, segundo infanto-juvenil, que aborda a história comovente de um menino vítima da paralisia infantil, que vivia no interior de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul e sonhava em ser jogador de futebol. A história mostra as peripécias do menino deficiente para poder jogar bola com os outros meninos não-deficientes e da importância em incentivar o esporte para essas pessoas especiais.

Por fim, aumentaram os contatos para criar novas entidades de deficientes no Rio Grande do Sul. Em todas as cidades em que eu passo, procuro visitar os deficientes para os incentivar a organizarem-se em associações e, a partir daí, procurarem lutar em conjunto pelos seus direitos. O prêmio, além de ter sido um reconhecimento do meu trabalho em defesa desses indivíduos, inúmeras portas se abriram para divulgar essa minha luta, tornando-a um pouco mais fácil. Muito ainda há por ser percorrido, mas o sonho de ver a sociedade sem preconceitos está cada vez mais real.

1. Ari Heck, *Pé na Estrada: Uma Aventura sem Limites*. Imprensa Livre, 18 pp.

Siro Darlan – 2005

Defesa da criança e do adolescente

Siro Darlan ocupou durante catorze anos, desde 1991, a Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro. De 1991 a 1995, esteve como Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude e, a partir de então, passou à 1ª Vara da Infância e Juventude. A 1ª Vara trata do aspecto cível: adoções ou o encaminhamento de menores de rua às suas verdadeiras famílias, entre outras atribuições. Já a 2ª, cuida dos menores acusados de terem cometido atos infracionais. Nessas instâncias, defendeu as aplicações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e procurou criar experiências com a finalidade de auxiliar o jovem.

Realizou audiências semanais observando o cumprimento das medidas. Procurou garantir políticas de renda mínima, de habitação, de acesso a creches e escolas e auxílio a famílias carentes.

Trabalhou pelo acesso do jovem infrator à educação, à saúde, ao trabalho e às oportunidades de ressocialização. Já dentro da 1ª Vara, foram levados a cabo serviços de oferecimento de vagas em cursos e empregos para jovens, de busca e encontro de crianças e adolescentes desaparecidos, de auxílio a famílias, de tentativa de controle do vício em drogas e de atendimento a vítimas de violência.

No caso da formação de um banco de empregos, foram feitas parcerias com empresas privadas e públicas, permitindo que jovens a partir dos catorze anos fossem contratados como estagiários e, a partir dos dezesseis anos tivessem seus direitos trabalhistas garantidos, além da carteira assinada.

Outra ação foi, ao mesmo tempo, agilizar os processos de adoção, aproximando-se as relações com as entidades de abrigo. Ainda, uma vez por mês, a 1ª Vara da Infância e da Juventude instalou-se numa comunidade carente da cidade.

Em reconhecimento pelo seu trabalho, Siro Darlan recebeu a Comenda da Paz Chico Xavier no ano de 2005. Atualmente é desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. É pós-graduado em direito da comunicação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Foi conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/Rio de Janeiro (CEDCA) e diretor adjunto de Cidadania e Direitos Humanos na área da Infância e Juventude da Associação dos Magistrados Brasileiros. Publicou *Da Infância Perdida à Criança Cidadã*.

Comprometimento com a cidadania de crianças e adolescentes

Siro Darlan de Oliveira*

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, foi o marco inaugural de minha ação em prol da efetivação de suas regras regulamentadoras. Coincidiu sua vigência com minha nomeação para o cargo de juiz da Vara da Infância e da Juventude com competência para apreciar e aplicar as medidas pertinentes aos adolescentes envolvidos em práticas infracionais. O desafio foi regado pelo imenso entusiasmo de fazer o exercício desse cargo um instrumento de melhor distribuição de rendas e de direitos. Passei a presidir as audiências nas próprias instituições. Assim, poderia ver melhor o perfil de cada jovem e fiscalizar permanentemente as instituições e seus agentes. Promovi a Escola de Pais visando estimular o reencontro dos jovens com a família e dotar os familiares de informações necessárias para melhor exercerem o poder familiar. Busquei a parceria da sociedade convidando artistas, intelectuais, desportistas e promotores de cultura para proferir palestras para os jovens privados de liberdade. Busquei oportunidade de trabalho para os egressos criando um banco de empregos, o Beca (Banco de Empregos, Cursos e Acompanhamento).

Embora tenha obtido êxito em diversas iniciativas, infelizmente não obtive uma resposta positiva de meu próprio Tribunal, que apreciava os recursos do Ministério Público sem a sensibilidade que a efetivação da legislação exigia. Fui obrigado a interromper as visitas programadas às escolas de classe média em companhia dos

* Desembargador, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

jovens infratores com a finalidade de reduzir as distâncias sociais e torná-los conhecidos como cidadãos vítimas de exclusão social, que muitas vezes era a causa da criminalidade. Foram interrompidas as sessões de *tai chi chuan* que os jovens faziam antes das audiências como forma de tranquilizá-los na presença do magistrado. E até mesmo um jovem que fora condenado a matricular-se na escola porque fora detido fazendo uso de maconha foi obrigado, por decisão de uma desembargadora, a cumprir medida de internação porque “sua presença na escola seria maléfica para os demais alunos”.

Contudo, essas ações afirmativas serviram para manter na pauta das agendas noticiosas a necessidade de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente como um caminho de construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

Removido, em 1995, para a Primeira Vara da Infância e da Juventude de competência para aplicação das medidas protetivas e colocação em família substituta, procurei dar visibilidade ao abandono das crianças reduzindo o número de abrigadas que era de 12 800 em 1995, para 3 200 em 2004. Organizamos os procedimentos de adoção, guarda e tutela e promovemos o Projeto Justiça nas Comunidades, que consistia na transferência da sede do Juízo para uma comunidade carente onde eram promovidas as audiências de regularização do estado de direito das crianças da comunidade através de sua documentação, registro civil, carteira de identidade, deferimento de guarda e representação legal, matrícula nas escolas, fixação de alimentos e até mesmo decisões envolvendo a adoção de crianças sem qualquer burocracia ou custo.

Receber o Prêmio USP de Direitos Humanos significou para mim o reconhecimento de minha dedicação a essa causa que abracei e continuo com ela comprometido, a de fazer com que todas as crianças e adolescentes brasileiros tenham o reconhecimento de sua cidadania plena através da efetivação de seus direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.

Doutores da Alegria Arte, Formação e Desenvolvimento – 2005

Levando alegria às crianças hospitalizadas

Os Doutores da Alegria é um trabalho voltado para o entretenimento de crianças hospitalizadas. A intuição oferece a seus atores profissionais uma formação artística, contando com um centro de estudos. É parte do trabalho também a administração e captação de recursos.

O trabalho se iniciou com a volta de Wellington Nogueira ao Brasil, em 1991, após fazer parte da *Clown Care Unit* (projeto em curso desde 1986, sob o comando do *clown* Michael Christensenem, em Nova York, nos Estados Unidos). A idéia de levar teatro e especificamente a apresentação dos palhaços para as crianças nos hospitais foi realizada também na França, com o projeto *Le Rire Medecin* e na Alemanha, com *Die Klown Doktoren*.

No Brasil, o primeiro hospital a ser visitado pela entidade foi o paulista Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (hoje Hospital da Criança). Atualmente, os Doutores da Alegria trabalham em sete hospitais de São Paulo, dois do Rio de Janeiro e, a partir de 2003, dois de Recife. Os profissionais da entidade visitam os quartos das crianças, num trabalho que geralmente dura seis horas por dia e é remunerado. A instituição não conta com o trabalho voluntário. Os artistas andam em duplas, atendendo leito por leito. Entram também nas unidades de terapia intensiva e de procedimentos ambulatoriais. De seis em seis meses, realiza-se uma troca de hospitais entre as equipes.

Há uma preocupação com a caracterização dos palhaços, valorizando o figurino, que transforma o vestuário tradicional do médico. Ao entrar no quarto da criança, contando com sua permissão, realizam atuações ensaiadas e improvisações.

O centro de estudos pretende investigar as relações entre humor e saúde, trabalho de profissionais da área de psicologia e realiza oficinas com o Programa de Formação para Profissionais de Saúde.

A entidade lançou um filme que narra esse trabalho, *Doutores da Alegria – O Filme* foi apontado como o melhor filme do 3º Festival de Cinema Brasileiro de Nova York e o venceu o Festival de Gramado em 2005.

A Fundação Abrinq e a ONU incluíram os Doutores da Alegria entre as quarenta melhores “Práticas Globais”. A entidade publicou *O Livro dos Segundos Socorros*, obra que contém jogos, brincadeiras e dicas para a compreensão das doenças pelas crianças e de como terem uma vida saudável. Desde 2000, os Doutores da Alegria investem na comunicação e treinamento entre os artistas que realizam o mesmo tipo de trabalho em todo o país através do programa Palhaços em Rede, o que resultou no Primeiro Encontro de Palhaços de Hospitais do Brasil, realizado em 2003.

Tratamento pela alegria

Doutores da Alegria é uma organização sem fins lucrativos, que conta com o patrocínio e apoio de organizações privadas e doações e mensalidades de sócios contribuintes. Possibilitar às crianças e adolescentes hospitalizados, suas famílias e profissionais da área de saúde a experiência da alegria, pura e simples, em meio à tensão do ambiente hospitalar, é o objetivo dos Doutores da Alegria.

Usando o humor como recurso essencial, o trabalho joga com o lado saudável da criança internada e é oferecido gratuitamente ao público dos hospitais parceiros. Nossos artistas – atores profissionais altamente especializados na linguagem do palhaço e técnicas circenses – são remunerados e recebem treinamento contínuo para desempenhar, com todo cuidado e eficiência, seu trabalho com os jovens pacientes hospitalizados, auxiliando-os a superar os traumas inerentes aos processos de enfermidade e internação e restituindo a alegria como parte integrante de suas vidas.

Até 2006, os alegres “tratamentos” dos Doutores da Alegria foram vivenciados por mais de 460 mil crianças hospitalizadas em hospitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Em 2007, o programa chegou também a Belo Horizonte. A organização – e todas as suas frentes de atuação: visitas a hospitais, pesquisas, publicações, programas de formação, espetáculos e projetos especiais – já foi três vezes classificada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das quarenta melhores práticas globais que contribuem para o crescimento da qualidade de vida no mundo.

Para mais informações sobre os Doutores da Alegria e de como se tornar um sócio-mantenedor, visite o site: www.doutoresdaalegria.org.br ou escreva para doutores@doutoresdaalegria.org.br.

Pólo Unama de Liberdade Assistida – 2005

Ensino e assistência a adolescentes

O Pólo Unama de Liberdade Assistida é um projeto de Extensão da Universidade da Amazônia (Unama) e que tem sede em Belém, Pará. Funciona no *campus* Alcindo Cacela por meio de um convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado e o Juizado da Infância e da Adolescência (24ª Vara Cível). Atualmente, o projeto é coordenado pela profa. Zoraide Leitão, do curso de serviço social da Universidade e subordinado administrativamente à Superintendência de Extensão.

As atividades tiveram início em 1996, idealizadas pelo então juiz da Infância e da Adolescência, dr. Paulo Frota, no sentido de trabalhar a aplicação de medidas socioeducativas para jovens e adolescentes. São atendidos os adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude e o Pólo conta com auxílio financeiro da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa).

O projeto tem parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, dentre elas a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (Funcap), a Casa AD da Prefeitura de Belém e a Clínica de Psicologia da Unama.

Os adolescentes encaminhados são recebidos por um orientador, aluno da Unama dos cursos de graduação de serviço social, de pedagogia ou de psicologia e recebem acompanhamento socioeducativo e sociopedagógico. O trabalho do Pólo Unama conta com bolsistas, psicólogos, estagiários de serviço social, psicologia e pedagogia que realizam o acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias. No auxílio à apren-

dizagem conta-se com os alunos dos cursos de matemática, pedagogia, letras e ciências sociais da Unama.

O acompanhamento oferecido tem em vista a preocupação educativa formal e para o trabalho, estimulando a entrada na escola e o oferecimento de cursos profissionalizantes. As famílias dos adolescentes também são atendidas. Há, ainda, a realização de grupos temáticos, como exemplo do Grupo de Incentivo à Leitura. As iniciativas estão baseadas em três atividades: planejamento, formação e interlocução.

A partir de 1997, todos os adolescentes são inscritos no sistema de Telessala, resultado de um convênio com a Fundação Roberto Marinho e o Serviço Social da Indústria (Sesi). O curso é presencial, mas utiliza a metodologia e o material didático do Telecurso 2000 e oferece vagas em turmas de ensino fundamental e médio.

O planejamento das atividades do Pólo Unama é realizado no início do ano e semanalmente, adequando-se ao caso de cada adolescente e de suas famílias. A formação passa por dinâmicas de grupo, reuniões e debates. Por sua vez, a interlocução permite a avaliação dos trabalhos.

O Pólo Unama está integrado a uma rede de atendimento à criança e ao adolescente que existe em Belém e que dá suporte ao trabalho desenvolvido. Os adolescentes podem ser, assim, encaminhados a organizações comunitárias e à rede de serviços públicos. Como valorização de seu trabalho, em 2004, a entidade recebeu menção honrosa no Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério.

Educação para o desenvolvimento da Amazônia

Zoraide Leitão de Oliveira*

A Universidade da Amazônia, em sua missão “Educação para o Desenvolvimento da Amazônia”, apesar de sua centralidade ensino-pesquisa-extensão, não está alheia às questões sociais da região. Em 1996, firmou convênio com o Tribunal de Justiça do Estado/Juizado da Infância e Juventude – 24ª Vara Cível e implantou o Projeto de Extensão Pólo Unama de Liberdade Assistida. Esta é uma proposta arrojada e inovadora que se apresenta como um espaço para atender adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, conforme o preceituado nos artigos 118 e 119 da Lei Federal 8 069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ressalte-se que tal medida, é inspirada em conceitos filosóficos, jurídicos e sociais que fundamentaram o ECA, cujo preceito norteador é a Doutrina de Proteção Integral, a qual concebe a criança e o adolescente como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, necessitando de atendimento especial dentro do contexto de sua realidade e de sua condição de inimputável perante à legislação penal.

Diante dessa concepção, o Pólo Unama, além de atender os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida juntamente com suas famílias, também atende os adolescentes egressos que demonstrem interesse em permanecer no projeto. A metodologia de trabalho desenvolvida constitui-se de orientação

* Coordenadora do Pólo Unama de Liberdade Assistida.

social junto aos adolescentes no cumprimento da medida por compreendê-los como sujeitos de direitos, além de encaminhá-los à rede de serviços sociais prestados pelas organizações públicas e organizações da sociedade civil.

No processo de acompanhamento, os adolescentes são inseridos em cursos semi-profissionalizantes e profissionalizantes, com vistas à capacitação e inserção no mercado de trabalho. O acompanhamento dos adolescentes e suas famílias é feito semanalmente por orientadores sociais e estagiários, estudantes dos cursos de serviço social, de psicologia e de pedagogia. Os adolescentes e as famílias participam de atendimentos individuais, de reuniões mensais, de grupo de reflexão quinzenais e, trimestralmente, de oficina de relações familiares. Semanalmente os orientadores sociais e os estagiários participam de reuniões para estudo de caso e realizam atendimentos individuais e grupais aos adolescentes e seus familiares, assim como realizam abordagem e visitas domiciliares.

Ressalte-se que o baixo grau de instrução das famílias atendidas pelo Pólo Unama se constitui em um complicador para a orientação dos adolescentes com prática de ato infracional. Isso, somado à carência de atendimento qualificado aos adolescentes com prática de infração, confere grande relevância a este projeto.

Em 2005, a Universidade da Amazônia, em razão do Pólo Unama de Liberdade Assistida, foi agraciada com o VI Prêmio USP do Direitos Humanos – Menção Honrosa na Categoria Institucional, por suas atividades na promoção e na defesa dos direitos humanos. Este prêmio tem significância ímpar para o Pólo Unama por demonstrar a relevância social do projeto realizado com os adolescentes autores de ato infracional. A importância do prêmio concedido por uma universidade de renome internacional e de notável reconhecimento pela sociedade brasileira por seu compromisso na defesa dos direitos humanos, do ensino, da pesquisa e da extensão – berço da inteligência brasileira – é, para nós, fazedores do Pólo Unama de Liberdade Assistida, a comprovação de que estamos no caminho certo no sentido da construção de relações sociais mais justas e fraternas.

Vida de meninos com HIV

Júlio Lancellotti foi membro da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo. Como coordenador da Pastoral dos Menores, inaugurou um trabalho de educadores de rua, sendo o primeiro grupo em São Paulo a contar com uma equipe para o trabalho com as crianças e adolescentes. Trabalhou contra métodos violentos e militares aplicados aos internos da casa de correção para menores (Febem).

Foi pároco da Igreja de São Miguel Arcanjo, na Mooca, bairro tradicional dos italianos em São Paulo, sendo um dos coordenadores do movimento dos moradores de rua e da Pastoral do Menor na região da zona leste. Catorze anos depois de assumir a paróquia, inaugurou, em conjunto com voluntários, a Casa Vida, dedicada a receber crianças abandonadas portadoras do vírus HIV.

Os trabalhos iniciaram-se em 1991, na seqüência da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e basearam-se na proposta de abrigá-los em pequenas casas, aproximando-se de uma vida familiar. Foi criada a Casa Vida I, com sede no bairro de Água Rasa, contando com financiamento da entidade italiana Associação Internacional para o Desenvolvimento de Turim. A unidade acolheria meninos entre seis meses e seis anos.

Em seguida, inaugurou-se a Casa Vida II, no bairro da Mooca. O trabalho é realizado por educadores e agentes de saúde voluntários e são recebidas as crianças da Febem.

Atualmente, a Casa Vida tem apoio do Governo do Estado e um convênio com o Ministério da Saúde. Há apoio do Unicef, apoio indireto do Instituto Ayrton Senna e conta, principalmente, com a colaboração das pessoas da comunidade.

Eu acredito

Como passar da linguagem de violência para uma linguagem humana de paz? Uma linguagem de superação, uma linguagem que ajude a construir o vínculo, a confiança, o amor que cura. Eu acredito. Firmemente eu acredito. Eu acredito na possibilidade de formarmos educadores, de formarmos terapeutas, de formarmos declaradores, escritores de texto, dançadores, trovadores, na possibilidade de formarmos pagodeiros, cantores de *Rap*, de dançarinos de forró. De todo jeito, de criar gente de resistência.

A nossa esperança é uma resistência teimosa. De criar gente desobediente, que não torture e que não mate. A desobediência para romper a linguagem da violência. A desobediência da lógica da maldade, da lógica do cinismo, da lógica da crueldade. Trabalhando há mais de vinte anos com adolescentes em conflito com a lei, com crianças e adolescentes chamados em situação de rua ou em situação de risco, porque nós estamos mudando os nomes, nós acabamos inventando nomes que perpetuam a exclusão. Qual é a linguagem que supera a violência e que cria a inclusão? Como é possível trabalhar com um jovem que está indisponível depois de tanta negação, depois de tanta impossibilidade?

Trabalhando com esses jovens, seja na privação de liberdade, seja na liberdade assistida, como eu disse, há mais de vinte anos, é quase necessário muitas vezes colocá-los numa terapia intensiva para que, de novo, eles acreditem. Para que eles aceitem a proximidade, para que eles aceitem o contato, para que eles percebam

que estão sendo ouvidos, que alguém está falando com eles, para que se construam perspectivas que coloquem de novo nos seus olhos a possibilidade da utopia, que de novo eles possam falar em desejo, em sonho, em vontade; descobrir possibilidade, numa conjuntura extremamente adversa, numa conjuntura onde se precisa trabalhar, num mundo cheio de sedução, de sedução de facilidade, de sedução de facilidade travestida, de facilidade, mas que na verdade é dificuldade, é morte, é narcotráfico, é *gang*, é bando, é extermínio; é uma violência que vai tirando tudo, e contra a qual deve-se construir essa resistência. Porque nós não podemos deixar esses jovens simplesmente irem para a lata do lixo da nossa história. Nós não podemos ser uma geração calada, uma geração conformada, uma geração que não percebe, que não acorda, que não tem senso crítico, que não tem possibilidade de analisar com profundidade o que está acontecendo.

Investimento em educação

O Instituto Ayrton Senna dedica-se a ações sociais voltadas para a educação de jovens e adolescentes. Trata-se de uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1994 sob a presidência de Viviane Senna, irmã do piloto de fórmula I Ayrton Senna.

A entidade trabalha para a formação de educadores, melhorias em escolas, ONGs e universidades. Tem atuação em todo o país associando seu trabalho à cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs. Incentiva o desenvolvimento de políticas públicas a partir da responsabilidade mútua entre três setores: organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil.

Entre os programas voltados a garantir a formação para as crianças nos primeiros anos escolares, bem como o incentivo à arte e ao esporte e, ainda, o investimento em tecnologia a favor da educação, podemos destacar o Acelera Brasil, dedicado a auxiliar alunos repetentes; o Se Liga, para a alfabetização de crianças com defasagem de série; Circuito Campeão, aprendizagem voltada para as quatro primeiras séries do ensino fundamental; Gestão Nota 10, auxílio na gestão das escolas e secretarias para melhoria da qualidade do ensino; Brinquedoteca, criação de espaços lúdicos em hospitais; Educação pela Arte, desenvolvimento artístico; Educação pelo Esporte, desenvolvimento pelo esporte; Superação Jovem, incentivo de lideranças jovens nas comunidades; Comunidade Conectada, programa de inclusão digital nas comunidades e Sua Escola a 2000 por Hora, investimento de tecnologia em escolas.

Foram desenvolvidas as marcas Senna, Senninha e Senninha Baby. A Unesco concedeu, em 2003, o título de Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano ao Instituto Ayrton Senna. A entidade publicou o *Manual de Avaliação de Projetos Sociais*, autoria de Eduardo Marinho e *Pedagogia do Sucesso*, de João Batista Araújo e Oliveira.

Circuito campeão

No que diz respeito à garantia do desenvolvimento social e integral do ser humano, a educação é a principal via que viabiliza esse direito fundamental.

Sem educação de qualidade, a vida, como um todo, também perde qualidade. Um indivíduo desprovido de oportunidades educativas terá poucas chances de se tornar um cidadão capaz de conviver socialmente, com responsabilidade, compromisso e justiça. Estará condenado ao fracasso.

Uma nação que não ofereça essas oportunidades não poderá desenvolver-se plenamente, gerando altos índices de desigualdade social.

Diante disso, o Instituto Ayrton Senna, fundado em 1994, tem como missão ajudar o país a gerar educação de qualidade, especialmente às novas gerações, para dar bases mais sólidas e bem-sucedidas ao futuro do país.

As soluções educacionais do Instituto, que acontecem dentro e fora da escola, são pensadas em grande escala, multiplicadas e implementadas como políticas públicas de municípios e estados inteiros no combate à má qualidade do ensino.

Garantem a mais de um milhão de meninos e meninas por ano oportunidades educativas transformadoras, voltadas ao desenvolvimento humano, tornando-os aptos a viver e conviver com sucesso na sociedade do século XXI, uma vez que desenvolvem seus potenciais e os transformam em competências e habilidades para a vida.

Ter recebido o Prêmio USP de Direitos Humanos reforça a nossa certeza de que trabalhar pela educação para o desenvolvimento humano das novas gerações é contribuir efetivamente à promoção dos direitos humanos de um país que ainda caminha, a passos lentos, na garantia desses direitos à maior parte de sua população.



COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS

Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo



Centro Universitário Maria Antonia, Sede da Comissão de Direitos Humanos da USP. (Foto: Jacqueline Pithan)

O início dos trabalhos

Ligada à reitoria da Universidade de São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos da USP é uma iniciativa de seu reitor Jacques Marcovitch em 1997 que nomeou para sua presidência a Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio. A Comissão tem por objetivos principais: Promover um sistema integrado de pesquisa, reflexão, documentação e difusão no campo dos direitos individuais e coletivos; Colocar a competência universitária, notadamente nas áreas de educação, saúde, habitação, humanidades, assistência jurídica e social, em prol da inclusão social e da garantia da democracia; Promover eventos, fóruns e outras formas de atividades para discussão e busca de soluções de importantes questões relacionadas com a concretização dos Direitos Humanos no país e em todos os seus níveis; Manter, atualizar e organizar os seguintes meios permanentes de promoção dos Direitos Humanos da USP (www.direitoshumanos.usp.br), a Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo e o Prêmio USP de Direitos Humanos.

Nesse sentido, a Comissão de Direitos Humanos tem se dedicado a promover eventos que estimulem o debate para a promoção dos direitos humanos no Brasil. Entre suas principais iniciativas estão a organização de uma Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (www.direitoshumanos.usp.br) e a outorga anual do Prêmio USP de Direitos Humanos.

A Biblioteca Virtual de Direitos Humanos foi lançada em 18 de junho de 1998, logo no início das atividades da Comissão e no cinquentenário da Declaração Univer-

sal dos Direitos Humanos. Ela coloca à disposição, via internet, referências e textos integrais em português relacionados aos direitos humanos, entre eles os elaborados, aprovados e proclamados pelos organismos internacionais e ratificados pelo governo brasileiro, documentos e leis elaboradas pelo sistema Interamericano de Direitos Humanos e pelo governo brasileiro, além de pesquisas e material produzidos pela Universidade de São Paulo sobre direitos humanos.

No ano seguinte ao da criação da Biblioteca, em 22 de setembro de 1999, foi criado o Prêmio USP de Direitos Humanos, que seria concedido a partir do ano de 2000. O prêmio visa homenagear aqueles que tenham contribuído significativamente para a difusão, disseminação e divulgação dos direitos humanos no Brasil. Ele é outorgado em duas categorias – individual e institucional – e depende de uma indicação para o prêmio, que pode ser feita inclusive pelo próprio candidato.

A comissão atual é formada, a partir dos membros designados em 28 de abril de 2006, por um mandato de dois anos, Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio (FFLCH), Prof. Dr. Enrique Ricardo Lewandowski (FD), Prof. Dr. Fernando Josepetti Fonseca (EP), Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro (FFLCH), Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa (ECA), Profa. Dra. Márcia Faria Westphal (FSP), Profa. Dra. Neli Marisa Azevedo Silva (FZEA), Cauan Arantes Barcellos Silva (representante discente), Abraham Goldstein (representante da comunidade externa).

A Biblioteca Virtual de Direitos Humanos

Fábio Bezerra de Brito*
Mariana Rodrigues de Lima**

A ampliação do conhecimento entre a população de quais são os seus direitos e de como eles podem ser defendidos tem sido reconhecida como um elemento essencial na proteção dos direitos humanos.

Boutros Boutros-Ghali
Secretário-Geral da ONU, 1992-1996

A Biblioteca Virtual de Direitos Humanos – www.direitoshumanos.usp.br – constituiu-se uma das mais expressivas realizações da Comissão de Direitos Humanos da USP. Ela coloca os principais documentos internacionais e nacionais dos direitos humanos ao alcance de todos aqueles que têm acesso à Internet. São mais de 240 textos integrais e em português, utilizados por militantes e pesquisadores, por autoridades e pessoas comuns, gente de todas as idades, escolaridade e classe social, dentro e fora do Brasil.

A dimensão de sua utilidade pública não pode evidentemente ser medida apenas em termos numéricos, que não dão conta dos usos sociais e subjetivos de documentos, capazes de servir tanto para instruir uma ação judicial, quanto para embasar um artigo acadêmico. Mas a marca de mais de um milhão de visitantes que a Biblioteca possui atesta a repercussão e o alcance social dessa iniciativa da USP, que teve suas origens numa conjugação de esforços pessoais e institucionais devotados à causa dos direitos humanos e que remonta ao ano de 1997.

* Diretor da Escola de Aplicação da USP. Mestre em História Social – FFLCH-USP. Membro da Comissão de Direitos Humanos da USP (2002-2004).

** Bacharel em Ciências Sociais e mestre em História Social – FFLCH-USP. Estagiária da Comissão de Direitos Humanos da USP (2002-2003).

De abril a novembro de 1997, o Centro Universitário Maria Antonia da USP promoveu uma série de eventos a partir do tema gerador “Direitos Humanos no Limiar do Século XXI”, incluindo exposições, palestras, mesas-redondas e cursos. O prédio da USP na rua Maria Antonia, para onde convergiram pesquisadores e militantes na área dos direitos humanos, transformou-se em um espaço privilegiado de discussão e de mobilização para ações necessárias ao desenvolvimento de uma cultura alicerçada nos princípios da justiça social, da democracia, da tolerância e da paz. A proximidade do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos aumentou ainda mais o sentido da excepcionalidade de uma conjuntura favorável ao planejamento de iniciativas capazes de difundir e de valorizar os princípios humanistas afirmados em 1948.

Imbuído desse sentimento, o então reitor da Universidade de São Paulo, Jacques Marcovitch, convidou um grupo de pessoas, entre professores da USP e representantes da sociedade civil, com reconhecida atuação em prol dos direitos humanos, sobremaneira das minorias, para participarem de uma reunião no prédio da Universidade na rua Maria Antonia, em 10 de dezembro de 1997. Fez aí o anúncio oficial da criação de uma comissão acadêmica encarregada de planejar e implantar as comemorações dos Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na USP, convidando para dela fazerem parte os convidados desse encontro, tarefa aceita prontamente por todos.

O local e o dia da reunião foram escolhidos por seus significados simbólicos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 10 de dezembro de 1948 e, desde 1950, a ONU estabeleceu o dia 10 de dezembro para a comemoração do “Dia dos Direitos Humanos”.

Por sua vez, o prédio da USP na rua Maria Antonia era onde funcionava, nos anos de 1960, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O local servia de ponto de encontro para os estudantes, de outras universidades e colégios, que se manifestavam contra a ditadura e a repressão. Em outubro de 1968, o prédio foi completamente depredado durante o confronto entre esses estudantes e seus antagonistas, estudantes do Mackenzie, cujo edifício na mesma rua era protegido por guardas civis na ocasião dos embates.

O conflito na Maria Antonia se arrastou por dias, resultando na trágica morte de um jovem secundarista, que lutava ao lado dos estudantes da USP, no incêndio do

prédio da Filosofia e sua ocupação pelas forças de segurança. A Faculdade de Filosofia foi transferida compulsoriamente para a Cidade Universitária, uma região afastada e isolada à época, e o prédio da rua Maria Antonia acabou sendo destinado a outras atividades pelo governo estadual. Devolvido à USP só nos anos 1990, foi restaurado e reaberto como Centro Universitário Maria Antonia (Ceuma) em 1993.

Ao sediar os eventos sobre direitos humanos e a reunião de instalação da comissão acadêmica para a comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948-1998), o prédio da Maria Antonia, espaço-símbolo da resistência e luta pela democracia, reencontrou, quase trinta anos depois, seu passado e sua vocação. No ano seguinte, em 1998, a inauguração da sala provisória da Comissão de Direitos Humanos da USP marcou a reconquista simbólica da Maria Antonia para o campo dos direitos individuais e coletivos.

A Comissão de Direitos Humanos foi um dos desdobramentos da Comissão Acadêmica para as comemorações do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os objetivos dessa última iam além do caráter comemorativo, abrangendo outras metas, como a de “promover um sistema integrado de pesquisa, reflexão, informação, documentação e difusão” sobre os direitos humanos¹. Tendo em vista a consecução dessa meta mais ampla, a presidente da Comissão Acadêmica, professora Maria Luiza Marcílio, imaginou a fundação de um centro de referência em direitos humanos, que articulasse documentação e pesquisa sobre o tema.

Na busca de recursos e informações para esse fim, a Profa. Maria Luiza Marcílio descobriu, na Internet, a Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de Minnesota, Estados Unidos, que continha mais de vinte mil documentos sobre direitos humanos, além do Centro de Documentação da ONU, que disponibilizava, também via internet, os documentos oficiais da organização. As possibilidades abertas pelas novas tecnologias de informação e comunicação chamaram sua atenção, embora estivesse acostumada, como historiadora, aos arquivos e às bibliotecas reais.

A partir de motivadoras conversas com o Prof. Dr. Fredric M. Litto, coordenador científico da Escola do Futuro da USP, uma ousada e moderna idéia substituiu o projeto do centro de referência: criar a primeira biblioteca virtual de direitos humanos com textos em português, usando a internet para prestar um serviço de grande importância aos povos de língua portuguesa, uma vez que as bibliotecas e centros de docu-

1. Universidade de São Paulo. Portaria GR n. 3105, de 10 de março de 1998.

mentação do gênero, inclusive o *site* da ONU, traziam seus textos em inglês, francês, espanhol ou em outras línguas estrangeiras.

O sonho da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP teve no reitor Jacques Marcovitch um entusiasta e patrocinador. Foi ele quem garantiu os recursos humanos e físicos necessários para que ela começasse a se tornar realidade em junho de 1998 e proporcionou condições para a sua continuidade, abrindo um caminho que tem sido pavimentado de forma conseqüente pelos reitores que o sucederam, professores Adolpho José Melfi e Suely Vilela².

O Prof. Fredric M. Litto deu apoio inestimável em duas frentes. Ele ofereceu a estrutura de servidores da Escola do Futuro para acomodar o site da Biblioteca Virtual e indicou o analista de sistemas Roberto Kirschbaum para desenvolver sua concepção visual e montagem técnica. A Escola do Futuro continuou sediando o *site* da Biblioteca até dezembro de 2004. A partir dessa data, o Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP passou a ser o provedor da Biblioteca, enquanto o Departamento de Informática da Reitoria ficou responsável pelo suporte técnico.

O professor Adilson Avansi de Abreu foi outro valioso colaborador nos oito anos em que esteve na posição de Pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária, oferecendo freqüente respaldo para os trabalhos da Biblioteca³.

A pesquisa dos documentos para a composição inicial da Biblioteca foi realizada no decorrer de 1998 e 1999 pela Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio e uma equipe de estagiários, estudantes de cursos de graduação da USP. A investigação abrangeu inúmeras fontes. Foram esquadrihados *sites* da Internet, bibliotecas e arquivos públicos, bem como acervos particulares e de organizações não governamentais no campo dos direitos humanos. Os pesquisadores recorreram ainda a órgãos públicos, em busca de materiais, documentos e informações.

O Prof. Dr. Gerardo Bamonte, da Universidade La Sapienza, de Roma, prestou importante contribuição, doando livros e documentos referentes aos direitos huma-

2. A Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP foi inaugurada oficialmente em 18 de junho de 1998.

3. A cessão, por parte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, da secretária executiva Sandra Lara para os dias de trabalho regular e demandas extraordinárias da Comissão, viabilizou o funcionamento de vários serviços, inclusive a Biblioteca Virtual. Sandra Lara tem atuado na Comissão desde o início e tem feito isso de forma responsável e competente, zelando pelo bom funcionamento dos seus serviços.

nos. O deputado federal Franco Montoro generosamente intermediou contatos junto ao Itamaraty e ao Senado Federal. O professor da Faculdade de Direito Fábio Konder Comparato, com reconhecida atuação no campo dos direitos humanos, assessorou a escolha de textos prioritários para a Biblioteca. Nas questões tecnológicas, relevante colaboração veio da parte do professor Fernando Josepetti Fonseca, da Escola Politécnica da USP.

Nos primeiros anos de trabalho, mais de duzentos documentos foram levantados e disponibilizados em seus textos integrais e em português, incluindo os Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos proclamados pela ONU e por suas agências especializadas ou regionais (OIT, Unesco, OEA e outras) e em sua quase totalidade ratificados pelo Brasil. Sobre o Brasil, mais especificamente, foram incorporados, dentre outros, os textos integrais do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e o Programa Estadual de Direitos Humanos, de 1997. Também foram inseridos textos históricos dos direitos humanos elaborados em diferentes épocas, desde o *Código de Hamurabi* (c. 1780 a.C.) e a *Magna Carta*, da Idade Média Britânica, até documentos da Liga das Nações, organização internacional antecessora imediata da ONU. A pesquisa contemplou ainda documentos históricos brasileiros, como a *Lei Áurea* (1888) e a legislação sobre o direito ao voto.

A esse esforço inicial, seguiu-se o trabalho de pesquisa, revisão e tradução realizado nos anos subseqüentes, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, por sucessivas equipes de estagiários, estudantes de graduação e de pós-graduação, viabilizando-se assim a ampliação da Biblioteca, com a inclusão de documentos de grande valor histórico, como a pouco conhecida *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, elaborada em 1791, no contexto da Revolução Francesa, ou a muito citada e pouco lida *Convenção de Genebra*, de 1863⁴.

Os serviços prestados aos usuários da Biblioteca têm ido muito além do essencial acesso a textos e documentos. A seção Notícias do *site* da Biblioteca divulga eventos, informações e campanhas importantes no campo dos direitos humanos. Entre 1999 e

4. Formaram as equipes de estagiários da Comissão de Direitos Humanos os estudantes: Patrícia Garmendia Suarez, Camilla de Vilhena Bemeregui, João Manuel Casquinha Malaia Santos, Fabio Bezerra de Brito, Marcelo Silva Souza, Mariana Rodrigues de Lima, Nikolai Ojevan Presto, Felipe de Paula, Vinicius Spaggiari Silva, Pedro Mesquita Schaffa, Douglas Belome Thiago, Cauan Arantes Barcellos Silva e Alfredo Roberto de Oliveira Junior.

2000, a Comissão de Direitos Humanos engajou-se na divulgação do *Manifesto 2000 por uma Cultura da Paz e Não-Violência*, proposto pela ONU. O site da Biblioteca funcionou como verdadeiro canal de publicação do manifesto, disseminando sua proposta e facilitando a adesão dos signatários. Da mesma forma, a Biblioteca tem encampado atualmente a campanha Década das Nações Unidas para a Alfabetização 2003-2012, coordenada pela Unesco.

Na seção Notícias, o Prêmio USP de Direitos Humanos recebe cobertura especial, desde a abertura das inscrições até a divulgação dos vencedores a cada ano. O perfil dos contemplados, tanto na categoria institucional, quanto na individual, bem como as razões que justificam cada premiação ou menção, são apresentados em textos concisos, mas que propiciam uma amostra das qualidades e dos méritos daqueles que têm feito jus a essa distinção concedida pela USP.

Uma relação de obras recentemente publicadas sobre direitos humanos e versões integrais de textos sobre esse tema compõem a seção Bibliografia. Encontra-se completo o dossiê “Direitos Humanos no limiar do século XXI”, da *Revista da USP*, n. 37, março-maio/1998. O site da Biblioteca contém ainda as seções Livro de Visitas e Links⁵.

A Biblioteca cresceu e mudou muito desde 1998 até os dias de hoje. A pertinência do conteúdo e pressuposto de textos integrais e em português mantiveram-se como preocupações permanentes durante todo o tempo. A busca de documentos e a sua publicação foi o centro do trabalho das equipes de estagiários e dos colaboradores da Comissão de Direitos Humanos. Por anos, o acervo da Biblioteca foi sendo ampliado sem maiores alterações em sua estrutura técnica e recursos de comunicabilidade.

Eis que, diante de depoimentos dos visitantes e da crescente demanda por textos sobre direitos reprodutivos, bioética, biodiversidade e outros temas relacionados à chamada “quarta geração” de direitos humanos, duas necessidades de reformulação foram percebidas entre 2002 e 2003. A primeira, quanto ao conteúdo, impunha a necessidade da criação de novas seções de direitos, como as da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Tratava-se de ampliar as

5. Devido à comemoração dos dez anos da Comissão de Direitos Humanos da USP, foi criado no site uma seção especial que contém artigos e discursos feitos por docentes da Universidade acerca do tema dos direitos humanos. Disponível em www.direitoshumanos.com.br/counter/10anos/10anosindex.htm

categorias de direito abrangidas para tornar o conteúdo da Biblioteca cada vez mais completo e sintonizado com as necessidades derivadas da discussão de questões candentes da atualidade.

O outro imperativo de mudança era de ordem técnica. A concepção original do *site* era de 1998. Desde então, novas tecnologias e novos conceitos de *design* e navegabilidade foram desenvolvidos. Era necessário aplicar o mesmo dinamismo que vinha sendo aplicado ao conteúdo do *site* à sua estrutura técnica.

A equipe encarregada dessa tarefa se deparou com uma questão: a tecnologia que possibilitava a existência da Biblioteca Virtual, permitindo que servisse a tantas e diferentes pessoas, poderia causar problemas aos visitantes não familiarizados com sua linguagem e recursos.

Um dos grandes diferenciais da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP está em seus usuários. Segundo depoimentos presentes no Livro de Visitas, muitos deles não têm por hábito o uso dos mecanismos de pesquisa e de interatividade da Internet. A reformulação técnica do *site*, considerando esses elementos, procurou tornar seu *design* e sua navegabilidade mais dinâmicos e acessíveis para todos os visitantes, inclusive os ocasionais e menos habilidosos.

O papel da escola para o conhecimento e a valorização dos direitos humanos entre os mais jovens é da maior importância. Os sistemas educacionais das democracias mais avançadas têm dado ênfase à produção e à distribuição de materiais para pesquisas e atividades em sala de aula com os alunos nessa área. No Brasil, à medida que o desafio do acesso à escola pública vai sendo vencido, uma das questões que têm emergido com mais força é a da qualidade do ensino.

A formação completa do estudante certamente deve considerar os conteúdos factuais e conceituais, tradicionalmente legitimados na cultura escolar e lembrados nas discussões sobre a melhoria da educação pública. Deve, contudo, englobar igualmente os conteúdos procedimentais, relacionados a habilidades, e os conteúdos atitudinais, que dizem respeito a valores e a princípios, fazendo do aprendizado de tais conteúdos o foco de atividades e de trabalhos pedagógicos, incorporando-os ao currículo e ao planejamento escolar.

A aprendizagem de quais são os direitos humanos, de como eles foram conquistados, do que eles representam, são fundamentais para o desenvolvimento, entre os jovens, de atitudes de tolerância, de respeito às diferenças, de valorização da democracia, da liberdade e dos direitos humanos.

Nas escolas públicas, a aprendizagem dos direitos humanos defronta-se com dificuldades complexas, que vão desde as condições de trabalho e de formação dos professores, até as circunstâncias decorrentes da elevada desigualdade social brasileira, que aumentam a suscetibilidade a discursos ideológicos que resumem os direitos humanos a “direitos para os bandidos”. Acresce-se a esse quadro a exigüidade de materiais didáticos e paradidáticos sobre direitos humanos, de tal forma que mesmo os professores dispostos a desenvolverem atividades sobre esse tema teriam de despender seu tempo, quase sempre escasso devido ao acúmulo de cargos, para buscar e selecionar informações e textos nessa área.

Essas questões motivaram o projeto de elaboração de um *CD-Rom* para uso escolar com todos os textos e os documentos da Biblioteca Virtual. A meta era oferecer material didático na área dos direitos humanos para professores e alunos das escolas públicas da cidade de São Paulo. O meio proposto possibilitava a participação de escolas que ainda não tivessem acesso à Internet ou este fosse reduzido.

O *CD-Rom* “Direitos Humanos: Textos Internacionais e Nacionais” ficou pronto em 2003. O apoio financeiro da Academia Paulista de Magistrados tornou possível a confecção de cinco mil CDs⁶. A tarefa seguinte foi promover a entrega para as escolas, sensibilizando e preparando os professores para a sua utilização⁷.

A Comissão de Direitos Humanos estabeleceu parcerias com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação de São Paulo para a distribuição dos CDs e a co-organização de momentos de formação continuada para professores e coordenadores pedagógicos de ambas as redes públicas de ensino.

A entrega oficial para as redes públicas de ensino estadual e municipal ocorreu na cerimônia de concessão do 4º Prêmio USP de Direitos Humanos, no dia 9 de dezembro de 2003. Antes da cerimônia, a Comissão de Direitos Humanos promoveu uma capacitação para docentes do ensino fundamental e médio da Rede Pública Estadual de Ensino de São Paulo⁸.

6. A Academia Paulista de Magistrados distribuiu o CD para 600 faculdades de Direito.

7. Essa iniciativa exprime uma preocupação com a educação pública que sempre esteve presente na Comissão de Direitos Humanos. Em 17 de junho de 1999, para comemorar um ano da Biblioteca Virtual, a Comissão organizou a mesa-redonda “Violência nas Escolas: Propostas de Enfrentamento dessa Grave Questão Social”.

8. A Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, presidente da Comissão de Direitos Humanos da USP, proferiu palestra sobre os “Direitos da Criança e do Adolescente”. Houve, completando a

A capacitação para as escolas da Rede Municipal ocorreu na Faculdade de Direito da USP, no dia 30 de setembro de 2004. Estiveram presentes coordenadores pedagógicos e professores responsáveis pelas salas de leitura das escolas públicas municipais⁹.

As escolas estaduais com ensino médio foram o destino de dois mil CDs. Essa faixa etária, dos quinze aos dezessete anos, foi considerada estratégica para o trabalho de valorização e construção de atitudes sobre direitos humanos. No ensino médio, os estudantes costumam se interessar mais em entender e discutir o mundo em que vivem, podendo, se orientados por seus professores, mobilizar-se para refletir sobre os problemas sociais e para participar de ações de voluntariado juvenil.

A Comissão, sensível a essa especificidade, promoveu, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, um encontro de formação, voltado para o ensino médio, na Escola Estadual Jacomo Stavale, no dia 4 de novembro de 2004, tendo por objetivo promover e estimular o uso do CD¹⁰.

A distribuição do *CD-Rom* para escolas das redes públicas de ensino estadual e municipal de São Paulo alargou indubitavelmente o raio de divulgação do conteúdo da Biblioteca Virtual. Os textos e documentos da Biblioteca exprimem e documentam a longa luta dos povos para a obtenção e a proteção dos seus direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais. Ampliar cada vez mais a divulgação da Biblioteca Virtual permanece como uma das metas da Comissão de Direitos Humanos.

Em nossos dias, o *site* da Biblioteca Virtual é visitado com frequência motivadora e gratificante: uma média de oitocentos a mil acessos por dia. As pessoas que o consultam encontram um acervo que continua sendo expandido graças ao trabalho,

formação, as exposições dos membros da Comissão, Enrique Lewandowski, professor da Faculdade de Direito da USP, sobre a “História dos Direitos Humanos”, e Fábio Bezerra de Brito, professor da Escola de Aplicação da USP, sobre “O Conteúdo do *CD-Rom* da Biblioteca Virtual e as estratégias pedagógicas para o seu uso na sala de aula e em projetos envolvendo alunos e comunidade escolar”.

9. O evento contou com a participação da então secretária municipal da Educação, Maria Aparecida Perez. As palestras foram as mesmas oferecidas à rede estadual.

10. Além de membros da Comissão de Direitos Humanos, a coordenadora de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo e a coordenadora de Normas Pedagógicas da Rede Estadual estiveram presentes, assim como o então Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu.

sob a supervisão da Profa. Maria Luiza Marcílio, dos estagiários, dos membros e dos colaboradores da Comissão de Direitos Humanos. O ponto de partida para as atualizações são, muitas vezes, as sugestões e as solicitações de consulentes, de organizações não-governamentais e do movimento social.

A Biblioteca Virtual constitui-se uma obra em permanente e coletiva construção, assim como o desenvolvimento e a efetivação dos direitos humanos, cujos documentos e textos fundamentais ela têm guardado e divulgado, com responsabilidade e sensibilidade, colocando-os ao acesso imediato de homens e mulheres de diferentes grupos sociais, etnias e minorias, que queiram ou que precisem conhecê-los e que, conhecendo-os, queiram ou sintam-se compelidos a contribuir para a sua verdadeira realização, para a sua defesa, para a comunicação dos seus princípios e valores, buscando alcançar o ideal de uma “cultura dos direitos humanos”, em que haja igualdade, liberdade, justiça, tolerância e paz.

Mestrado em Direitos Humanos da USP

Uma Experiência Pioneira

Ignácio Maria Poveda Velasco*

Desde meados de 2005, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo conta, em seu programa de pós-graduação, com uma área de concentração em direitos humanos. Trata-se de iniciativa pioneira para a titulação de mestres e doutores, que tem por finalidade a formação de quadros que ajudem na reflexão e na difusão de uma cultura de respeito e afirmação dos direitos humanos no Brasil.

Aproveitando a experiência acumulada com a realização, no Largo de São Francisco, de uma especialização nessa temática¹, a Comissão de Pós-Graduação e a Diretoria da Faculdade apresentaram aos órgãos centrais da Universidade um projeto para a criação da nova área de concentração, que foi aprovado pelo Conselho de Pós-Graduação da USP, em sessão de 26 de junho de 2005.

Paralelamente, o referido projeto foi contemplado, junto com outros apresentados pelas Universidades Federais da Paraíba e do Pará, num concurso nacional promovido pela Fundação Carlos Chagas e intitulado “I Programa de Dotações para Mestrado

* Professor titular de História do Direito e presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP.

1. Trata-se do Curso de Especialização em Direitos Humanos, desenvolvido em parceria com o CDH (Centro de Direitos Humanos) e a ESMPU (Escola Superior do Ministério Público da União), que teve como primeiros coordenadores os professores titulares Fábio Konder Comparato e Enrique Ricardo Lewandowski, ambos da FDUSP (Faculdade de Direito da USP).

em Direitos Humanos no Brasil”, que previa o oferecimento de recursos, oriundos da Fundação Ford, para a implementação dessas iniciativas.

A nova área de concentração foi incluída no edital, publicado em fins de junho de 2005, que trazia as regras do processo seletivo de ingresso no programa de pós-graduação para o ano de 2006.

Tendo em vista a proposta de inclusão social que norteou a criação da área, ficou estabelecido, em regra complementar, que um terço das vagas que viessem a ser oferecidas, no momento oportuno, do processo seletivo, seriam direcionadas, mediante pré-seleção com base num sistema de pontuação, a candidatos, que a elas fizessem jus, pertencentes às etnias negra e indígena, a portadores de deficiência física grave e a pessoas em situação de hipossuficiência socioeconômica.

Sem prejuízo do mérito acadêmico daqueles que viessem a ser admitidos no programa de pós-graduação, de acordo com os reclamos de excelência que norteiam a Universidade de São Paulo, foram assim idealizadas ações afirmativas, visando a propiciar o ingresso no mestrado de candidatos pertencentes aos grupos vulneráveis antes mencionados.

No ato da inscrição, as pessoas interessadas em concorrer às vagas direcionadas deveriam preencher formulário próprio e apresentar documentação comprobatória da deficiência física grave ou da situação de hipossuficiência. Seguindo regras de organismos internacionais especializados no assunto, a pertença às etnias seria apurada, com base na autodeclaração, em entrevista marcada para esse fim.

Os candidatos inscritos para concorrer pelas vagas direcionadas fizeram, junto com todos os demais candidatos da área de direitos humanos e das outras áreas do programa, as provas de proficiência em língua estrangeira (1ª fase) e dissertativa de conhecimentos específicos na área de concentração pretendida (2ª fase), ambas eliminatórias.

A correção dessas provas foi feita sem identificação dos candidatos, garantindo assim a completa lisura do certame. Por outro lado, por não ter qualquer vantagem nessas duas primeiras avaliações, garantiu-se um nível mínimo de excelência e conhecimentos, possibilitando assim não só a qualidade dos futuros alunos ingressantes como, também, o afastamento da possibilidade de trazer para dentro do programa alunos que pudessem ser considerados “de segunda classe”.

As medidas de inclusão social foram aplicadas, na forma de uma pré-seleção, previamente à realização da terceira e última fase do processo seletivo, que é a da escolha pelo orientador pretendido. Para esse fim, realizaram-se entrevistas (com os

autodeclarados negros ou índios) e procedeu-se à análise da documentação (no caso dos que alegaram deficiência física grave ou hipossuficiência socioeconômica) dos candidatos que, tendo se inscrito para concorrer pelas vagas direcionadas, tivessem superado as duas primeiras fases da seleção.

A pré-seleção, respeitado aquele limite de um terço das vagas oferecidas pela área, definiu quais candidatos, dentre os que assim se manifestaram no ato da inscrição, faziam *jus* às vagas direcionadas. Na prática, essa pré-seleção representou uma precedência desses candidatos na última fase do processo, no sentido de que eles (seu projeto de pesquisa, seu *curriculum vitae* etc.) foram submetidos à escolha pelo orientador pretendido isoladamente, antes da triagem daqueles que não concorriam pelas vagas direcionadas. Caso o docente considerasse o projeto e o perfil desse candidato adequado, deveria fazer desde logo a sua escolha, sem esperar para confrontá-lo com os demais candidatos.

Por outro lado, se o orientador, de plano, não considerasse aquele projeto, analisado isoladamente, satisfatório o suficiente, nem por isso o candidato ficava excluído do processo seletivo, disputando num momento posterior com os outros que não estivessem concorrendo pelas vagas direcionadas.

Nos termos do edital, a última fase do processo seletivo oferece ao docente a possibilidade de fazer, com base na análise do projeto de pesquisa apresentado pelo candidato, de seu *curriculum vitae*, além de outras provas ou entrevistas que julgar oportunas, e dentro do âmbito de uma sábia e necessária discricionariedade, a escolha daqueles orientandos que entenda estarem mais preparados e aptos para realizar um bom curso.

Na seleção dos alunos ingressantes em 2006, primeiro ano de funcionamento do mestrado em direitos humanos, as medidas de inclusão social foram aplicadas com êxito.

Após as duas primeiras fases eliminatórias (provas de proficiência em língua estrangeira e dissertativa de conhecimentos específicos na área pretendida), a pré-seleção que antecedeu à fase final do processo seletivo considerou que seis dos candidatos inscritos para as vagas direcionadas faziam jus a concorrer por elas, obedecendo, assim, quanto a estas, à proporção de um terço do total das vagas oferecidas pela área, tal como definida na regra complementar antes mencionada².

2. A Comissão que analisou a documentação e realizou as entrevistas foi composta por

Os projetos dos candidatos pré-selecionados foram então encaminhados aos orientadores pretendidos, que os analisaram junto com seus *currricula* e, em alguns casos, realizaram entrevistas. Dos seis candidatos pré-selecionados para a terceira fase, cinco obtiveram aprovação por análise de mérito do projeto de pesquisa junto ao orientador indicado³. O sexto, porém, acabou não sendo aceito pelo orientador, o qual, dentro da discricionariedade acima mencionada, entendeu que o projeto por ele apresentado não preenchia os requisitos para o desenvolvimento, a contento, de um curso de mestrado.

Tal circunstância evidenciou, indiretamente, que as medidas de inclusão social aplicadas no processo seletivo não representaram efetivamente nem cotas nem vagas reservadas, mas, como dito, vagas direcionadas para candidatos pertencentes a grupos vulneráveis, para as quais teriam uma ajuda, na forma de uma precedência em relação aos demais candidatos, sem prejuízo da análise de mérito, necessária para se manter a excelência de ensino que uma instituição pública como a USP deve constantemente buscar.

Em consonância, também, com a proposta de inclusão social da nova área, foi oferecida isenção da taxa de inscrição aos candidatos que concorreram pelas vagas direcionadas e que comprovaram hipossuficiência socioeconômica.

Da mesma forma, com as verbas recebidas do I Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil, foram concedidas, com base em edital próprio, bolsas aos alunos hipossuficientes que as solicitaram e que comprovaram não possuir vínculo empregatício, possibilitando-lhes assim a dedicação integral à pesquisa e a realização de seus estudos⁴.

docentes integrantes da nova área, com destaque para os professores titulares Fábio Konder Comparato, Enrique Ricardo Lewandowski (coordenador e vice-coordenador da área à época) e Celso Lafer (atual coordenador da área). No processo seletivo efetuado em 2006, para ingresso em 2007, a pré-seleção obedeceu às mesmas regras do ano anterior e foi realizada pelos membros do Conselho da área, sob a coordenação do Prof. Dr. Celso Lafer.

3. Conforme estabelecido nas regras complementares, tem sido preservada a confidencialidade de todas as informações relativas aos candidatos que se inscreveram para concorrer pelas vagas direcionadas.

4. Com a verba da Fundação Carlos Chagas, o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP tem feito aquisições de obras especializadas no tema, que hoje integram um espaço próprio na biblioteca da Faculdade.

O novo mestrado em direitos humanos da Faculdade de Direito da USP começou as suas atividades, em março de 2006, com dezessete alunos matriculados, já contados aqueles aprovados pelas vagas direcionadas.

De acordo com o projeto, os novos alunos cursaram algumas disciplinas obrigatórias, como Teoria Fundamental dos Direitos Humanos, Exclusão Social e Políticas de Inclusão Social e Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A carga horária necessária à consecução dos créditos em disciplina foi completada com matérias que os alunos podiam cursar tanto no âmbito da Faculdade de Direito quanto nas demais unidades da USP envolvidas no projeto.

A implantação da nova área continuou no processo seletivo para ingresso em 2007, quando, conforme aprovado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, foram abertas vagas já para o nível de doutorado.

A expectativa é que, em 2009, a USP, pela sua Faculdade de Direito, possa formar os seus primeiros mestres em direitos humanos, culminando com êxito esse projeto que tantas esperanças suscitou e continua a suscitar, para a formação de agentes transformadores das desigualdades sociais, pela difusão de uma cultura efetiva de respeito aos direitos humanos.

Nesse esforço, que não é solitário, a USP, junto com a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Pará, e com o apoio da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, vem se empenhando na criação de uma Rede Nacional de Direitos Humanos, através da assinatura de convênio tripartite, para a criação de três centros de referência em pesquisa na área de direitos humanos no Brasil, com intercâmbio de docentes e pesquisadores, realização de seminários, publicações conjuntas, criação de revista eletrônica sobre o assunto etc.

Algumas reuniões, com essa finalidade, já foram realizadas em São Paulo e em João Pessoa, estando prevista, para 2008, a realização, na Faculdade de Direito da USP, de um primeiro seminário conjunto dos três programas.

A Faculdade de Direito, pela sua Comissão de Pós-Graduação, bem como a Universidade de São Paulo, pela sua Pró-Reitoria de Pós-Graduação e sua Comissão de Direitos Humanos, sentem-se comprometidos nessa empreitada e não têm medido esforços para fazer com que essa experiência pioneira no cenário nacional seja um sucesso permanente.

Linha do Tempo da Comissão de Direitos Humanos da USP

1997

10 de dezembro – Criação da Comissão

1998

10 de março – Constituída a Comissão Acadêmica encarregada de planejar e implementar, no âmbito da USP, as comemorações do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Profa. Dra. Anita Waingort Novinsky; Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro; Sra. Helena Singer; Prof. Dr. Kabengele Munanga; Profa. Dra. Maria Victória de Mesquita Benevides Soares; Profa. Dra. Betty Mindlin; Profa. Dra. Lígia Assumpção Amaral; Sra. Vera Lúcia Lemos Soares; Profa. Dra. Célia Pezzolo de Carvalho; Prof. Dr. Fernando Curi Peres; Sr. Silvio Cacciabava; Sra. Margarida Genevois; Profa. Dra. Neli Marisa Azevedo Silva; Profa. Dra. Nilce Emy Tomita; Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

18 de junho – Sessão solene de inauguração da *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos*, no Centro Universitário Maria Antonia

19 de junho – Lançamento do livro *História Social da Criança Abandonada*, da Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, no Centro Universitário Maria Antonia

10 a 19 de novembro – Realização das Jornadas da Educação, com o curso “Como Amar uma Criança – Paulo Freire e Janusz Korczak”, no Centro Universitário Maria Antonia

2 a 4 de dezembro – Realização do congresso nacional “Declaração Universal dos Direitos Humanos: Sonhos e Realidade”, que celebrou os cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Faculdade de Direito

10 de dezembro – Lançamento do livro *Cultura dos Direitos Humanos*, organizado pela Comissão de Direitos Humanos e pelo Instituto Jacques Maritain do Brasil, em celebração aos cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

1999

4 de março – Lançamento, em Paris, do *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência*, cuja divulgação no Brasil foi realizada, dentre outras instituições, pela Comissão de Direitos Humanos

17 de junho – Realização da mesa-redonda “Violência nas Escolas – Propostas de Enfrentamento dessa Grave Questão Social”, no Centro Universitário Maria Antonia, em comemoração ao primeiro aniversário da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos

22 de setembro – Criação do Prêmio USP de Direitos Humanos

2000

14 de dezembro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do I Prêmio USP de Direitos Humanos:

Profa. Dra. Ecléa Bosi; Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu; Sr. Fábio Bezerra de Brito (Representante Discente); Sra. Therezinha Fram (Representante da Comunidade Externa)

18 de dezembro – Cerimônia de entrega do I Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2001

10 de outubro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do II Prêmio USP de Direitos Humanos:

Profa. Dra. Ecléa Bosi; Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu; Sr. Fábio Bezerra de Brito (Representante Discente); Sra. Therezinha Fram (Representante da Comunidade Externa)

6 de dezembro – Cerimônia de entrega do II Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2002

10 de abril – Designação dos membros para comporem a Comissão de Direitos Humanos da USP, com mandato de dois anos:

Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio (Presidente da Comissão); Prof. Dr. Fábio Konder Comparato; Profa. Dra. Maria Amélia Nogueira de Azevedo; Prof. Dr. Fernando Josepetti Fonseca; Profa. Dra. Neli Marisa Azevedo Silva; Profa. Dra. Maria Helena Prado de Mello Jorge; Profa. Dra. Maria Izabel Galvão Gomes Pereira; Prof. Dr. Enrique Ricardo Lewandowski; Prof. Ms. Fábio Bezerra de Brito

9 de outubro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do III Prêmio USP de Direitos Humanos:

Profa. Dra. Eva Alterman Blay; Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu; Prof. Ms. Fábio Bezerra de Brito (Representante Discente); Profa. Dra. Maria Stella Graziani (Representante da Comunidade Externa)

10 de dezembro – Cerimônia de entrega do III Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2003

27 de junho – Criação do logo da Comissão de Direitos Humanos

13 de outubro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do IV Prêmio USP de Direitos Humanos:

Profa. Dra. Maria Helena Souza Prado; Profa. Dra. Maria Thereza Rocha de Assis Moura; Sr. Felipe de Paula (Representante Discente); Profa. Dra. Maria Cristina Bruschini (Representante da Comunidade Externa)

21 de outubro – Inauguração da nova sala da Comissão de Direitos Humanos no Centro Universitário Maria Antonia, onde o Dr. José Renato Nalini (Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo), proferiu a palestra “Acesso à Justiça”

8 de dezembro – Entrega do *CD-Rom* “Direitos Humanos – Textos Internacionais e Nacionais” e reformulação da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, com novos *design* e navegabilidade

9 de dezembro – Apresentação do *CD-Rom* “Direitos Humanos – Textos Internacionais e Nacionais” aos coordenadores de educação e aos coordenadores pedagógicos da rede de ensino municipal e estadual de São Paulo, realizada no Anfiteatro Camargo Guarnieri.

9 de dezembro – Cerimônia de entrega do IV Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2004

15 de abril – Designação dos membros para comporem a Comissão de Direitos Humanos da USP, com mandato de dois anos:

Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio (Presidente da Comissão); Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar; Prof. Dr. Fernando Josepetti Fonseca; Profa. Dra. Neli Marisa Azevedo Silva; Profa. Dra. Maria Helena Prado de Mello Jorge; Prof. Dr. José Moura Gonçalves; Sr. Vinícios Spaggiari Silva (Representante Discente); Prof. Dr. Fernando Torres Londoño (Representante da Comunidade Externa)

30 de setembro – Cerimônia de entrega do *CD-Rom* “Direitos Humanos – Textos Internacionais e Nacionais” a Secretaria Municipal de Educação, na Faculdade de Direito.

15 de outubro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do V Prêmio USP de Direitos Humanos:

Prof. Dr. José Bueno Conti; Prof. Dr. Regis Duprat; Sr. Felipe de Paula (Representante Discente); Profa. Dra. Ana Paula Zomer Sica (Representante da Comunidade Externa)

4 de novembro – Cerimônia de entrega do CD-ROM “Direitos Humanos – Textos Internacionais e Nacionais” a Secretaria Estadual de Educação, na Escola Estadual Prof. Jacomo Stavale

10 de dezembro – Cerimônia de entrega do V Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2005

26 de junho – Aprovada, pela Comissão de Pós-Graduação da USP, a criação do Mestrado em Direitos Humanos na Faculdade de Direito

11 de agosto – Lançamento do *site* Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória

7 de outubro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do VI Prêmio USP de Direitos Humanos:

Profa. Dra. Márcia Faria Westphal; Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino; Sr. Cauan Arantes Barcellos Silva (Representante Discente); Sr. Guilherme Lustosa da Cunha (Representante da Comunidade Externa)

9 de dezembro – Cerimônia de entrega do VI Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2006

28 de abril – Designação dos membros para comporem a Comissão de Direitos Humanos da USP, com mandato de dois anos:

Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio (Presidente da Comissão); Prof. Dr. Enrique Ricardo Lewandowski; Prof. Dr. Fernando Josepetti Fonseca; Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro; Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa; Profa. Dra. Márcia Faria Westphal; Profa. Dra. Neli Marisa Azevedo Silva; Sr. Cauan Arantes Barcellos Silva (Representante Discente); Sr. Abraham Goldstein (Representante da Comunidade Externa)

6 de outubro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do VII Prêmio USP de Direitos Humanos:

Prof. Dr. Ruy Laurenti; Profa. Dra. Rosa Ester Rossini; Sr. Alfredo Roberto de Oliveira Junior (Representante Discente); Prof. Dr. Eduardo Cruz (Representante da Comunidade Externa)

11 de dezembro – Cerimônia de entrega do VII Prêmio USP de Direitos Humanos, realizada no Conselho Universitário da USP

2007

março – Início das aulas do Mestrado em Direitos Humanos na Faculdade de Direito.

18 de junho – Abertura das inscrições para o Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos na Faculdade de Direito.

24 de setembro – Designação dos membros para comporem a Comissão Julgadora do VIII Prêmio USP de Direitos Humanos:

Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda; Prof. Dr. João Stenghel Morgante; Sr. Alfredo Roberto de Oliveira Junior (Representante Discente); Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito (Representante da Comunidade Externa)

7 de dezembro – Cerimônia de entrega do VIII Prêmio USP de Direitos Humanos e lançamento do livro *Dez Anos da Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo*. Eventos realizados no Conselho Universitário da USP

Produção Bibliográfica de Docentes da USP em Direitos Humanos nos Últimos Dez Anos

- ABRAMOVAY, R. “A Densa Vida Financeira das Famílias Pobres”. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza*. São Paulo, Fapesp/Annablume, pp. 21-67, 2004.
- _____.; JUNQUEIRA, R. G.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M.; BRUSKY, B.; DIAS, J. C. L.; DINIZ, J. H. (orgs.). *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza*. São Paulo, Fapesp/Annablume, vol. 1, 2004.
- ADORNO, S. “Direito e Ciências Humanas”. In: NOBRE, Marcos *et alii* (org.). *O que É Pesquisa em Direito?* São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, pp. 109-118, 2005.
- _____.; CARDIA, N.; POLETO, F. “Homicide Rates and Human Rights Violations in Sao Paulo, Brazil 1990 to 2002”. *Health and Human Rights – An International Journal*, vol. 6, n. 2, pp. 15-33, 2003.
- _____. “Homicídio e Violação de Direitos Humanos em São Paulo”. *Estudos Avançados*, vol. 17, pp. 43-73, 2003.
- _____. “Segurança Pública e Direitos Humanos. Entrevista de Luiz Eduardo Soares a Sérgio Adorno”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 57, pp. 141-154, 2000.
- _____. “Direito e Democracia”. *Diálogos & Debates*, São Paulo, vol. 1, pp. 30-37, 2000.
- _____. “Insegurança *versus* Direitos Humanos: Entre a Lei e a Ordem”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, vol. 11, n. 2, pp. 129-153, 1999.

- _____. & CARDIA, N. “Das Análises Sociais aos Direitos Humanos”. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (orgs.) *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Edusp, pp. 201-240, 2002.
- _____. & CARDIA, N. “From Social Analysis to Human Rights”. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (orgs.) *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Edusp, pp. 419-455, 2002.
- _____. & CASTRO, M. M. P. “Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes: O que Há para Comemorar?” In: AMARAL JR., A.; PERRONE-MOISÉS, C. (orgs.) *Cinqüentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp. 265-289, 1999.
- _____. “Racial Discrimination and Criminal Justice in São Paulo”. In: REICHMANN, R. (org.) *Race in Contemporary Brazil. From Indifference to Equality*. Pennsylvania, The Pennsylvania University Press, pp. 123-137, 1999.
- _____. “Prisões, Violência e Direitos Humanos no Brasil”. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (orgs.) *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, vol. 2, pp. 1005-1030, 1999.
- ALMEIDA, M. H. T. “State, Democracy and Social Rights”. In: O’DONNELL, G.; IAZZETTA, O.; CULLEL, J. V. (orgs.). *The Quality of Democracy – Theory and Applications*. South Bend, Notre Dame University Press, vol. 1, pp. 211-216, 2004.
- _____. “Estado, Democracia y Derechos Sociales”. In: O’DONNELL, G.; IAZZETTA, O.; CULLEL, J. V. (orgs.). *Democracia, Desarrollo Humano y Ciudadanía*. Rosario, Homo Sapiens, pp. 295-301, 2003.
- ALVES, L. R. *Culturas do Trabalho. Comunicação para a Cidadania*. Santo André, Alpharrabio, vol. 500, 1999.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. “Direitos Humanos: da Utopia à Realidade”. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, São Paulo, vol. 11, pp. 33-44, 2003.
- _____. “A Proteção Internacional dos Direitos Humanos”. *Revista de Informação Legislativa*, vol. 39, pp. 51-60, 2002.
- _____. “Os Direitos Humanos no Plano Internacional”. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, São Bernardo do Campo, vol. 7, pp. 17-29, 2001.
- _____. “Direitos Humanos e Comércio Internacional: Reflexões sobre a Cláusula

- Social”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 1999.
- _____. *O Direito de Assistência Humanitária*. Rio de Janeiro, Renovar Editora, 2003.
- _____. “Direitos Humanos: da Utopia à Realidade”. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*. São Paulo, vol. 6, n. 11, pp. 32-44, jan./jun. 2003.
- _____. “Os Direitos Humanos e as Intervenções Humanitárias em Face da Luta Contra o Terrorismo”. In: VIEIRA, Oscar Vilhena (org.). *Direitos Humanos – Estado de Direito e a Construção da Paz*. São Paulo, Quartier Latin, pp. 57-66, 2005.
- _____. “Direitos Humanos e Direito de Assistência Humanitária”. In: LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro (org.). *Os Rumos do Direito Internacional dos Direitos Humanos: Livro em Homenagem ao Professor Antonio Augusto Cançado Trindade*. Porto Alegre, Fabris, vol. 6, pp. 291-318, 2005.
- _____. “A Institucionalização Internacional dos Direitos Humanos: Conquistas e Desafios”. In: PIOVESAN, Flávia (org.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: Desafios do Direito Constitucional Internacional*. São Paulo, Max Limonad, pp. 637-650, 2001.
- _____. “Direitos Humanos e Comércio Internacional”. In: PERRONE-MOISÉS, Cláudia (org.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo, Edusp, pp. 197-216, 1999.
- _____. “A Palavra de Alberto do Amaral Júnior”. In: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; Unesco (org.). *Manual de Direitos Humanos no Cotidiano*, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – Unesco/Universidade de São Paulo, 1998.
- AQUINO, J. G. “O Direito de Aprender: Considerações acerca da Gestão Democrática da Sala de Aula”. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, vol. 9, n. 12, pp. 7-15, 2001.
- _____. & ARAÚJO, U. F. *Os Direitos Humanos na Sala de Aula: a Ética como Tema Transversal*. São Paulo, Moderna, 2001.
- ARANTES, V. A.; PATARO, C. S. O. & ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. *Ética e Cidadania: Construindo Valores na Escola e na Sociedade*. Módulos de Apresentação, Ética, Direitos Humanos, Convivência Democrática, Inclusão Escolar e Informações Bibliográficas (6 volumes). Brasília, Ministério da Educação, 2004.

- ARANTES, V. A. & ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. “O Cotidiano Escolar e a Construção de Personalidades Morais”. In: SANTOS, Gislene; SILVA, Divino José da (orgs.). *Estudos sobre Ética: a Construção de Valores na Educação*. São Paulo, Casa do Psicólogo, vol. 1, pp. 209-229, 2002.
- _____. “A Declaração Universal dos Direitos Humanos: Propostas de Atividades”. In: ARAÚJO, U. F.; AQUINO, J. G. (orgs.). *Os Direitos Humanos na Sala de Aula: a Ética como Tema Transversal*. São Paulo, Moderna, vol. 1, pp. 29-143, 2001.
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de; ARANTES, V. A.; KLEIN, A. M. *Ética e Cidadania: Inclusão e Exclusão Social*, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, vol. 4, 2007.
- _____. *Ética e Cidadania: Relações Étnico-raciais e de Gênero*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, vol. 4, 2007.
- _____. *Os Direitos Humanos na Sala de Aula: a Ética como Tema Transversal*. São Paulo, Moderna, 2001.
- ARELARO, L. R. G. “Direitos Sociais e Políticas Educacionais: Alguns Ainda São Mais Iguais que Outros”. In: VIZIM, Marli; SILVA, Shirley (orgs.). *Políticas Públicas: Educação, Tecnologias e Pessoas com Deficiências*. Campinas, Mercado de Letras, pp. 13-36, 2003.
- _____. “A Ousadia de Fazer Acontecer o Direito à Educação”. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (orgs.). *Política e Trabalho na Escola. Administração dos Sistemas Públicos de Educação Básica*. Belo Horizonte, Autêntica, vol. 1, pp. 191-210, 1999.
- AZEVEDO, A. V. “Direitos Humanos (Família: Sua Constituição e Proteção)”. In: *Direitos Humanos*, 2003, São Paulo. Atualidades Jurídicas, vol. 4, p. 1.125, 2003.
- AZEVEDO, E. R. *Família e Resistência Política no Espelho do Teatro: Jorge Andrade e Oduvaldo Viana Filho*. Cultura Vozes, São Paulo, vol. 92, n. 4, pp. 157-174, 1998.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. *Mundialização, Comércio Internacional e Direitos Humanos*. São Paulo, Editora IPRI, 1999.
- BARROS, S. R. “Direitos Humanos da Família: Principais e Operacionais”. *Boletim Eletrônico do Centro de Estudos*, São Paulo, vol. 5, n. 5, pp. 10-16, 2004.
- _____. “Direitos Humanos: Paradoxo da Civilização”. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, vol. VIII, pp. 7-9, 2004.

- _____. “Direitos Humanos: Paradoxo da Civilização”. Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2003.
- _____. “Direitos Humanos da Família”. In: DEL’OLMO, Florisbal de Souza; ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim (orgs.). *Direito de Família Contemporâneo e os Novos Direitos: Estudos em Homenagem ao Professor José Russo*. Rio de Janeiro, Forense, vol. 1, pp. 137-143, 2006.
- BARROS, Vera Lúcia de & FORTES, P. A. C. “A Informação Esclarecedora e o Consentimento Esclarecido: um Desafio ao Programa de Saúde da Família na Garantia dos Direitos do Paciente”. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, vol. 27, n. 2, pp. 280-291, 2003.
- BASSO, Maristela. “Reflexões sobre o Terrorismo e Direitos Humanos: Práticas e Perspectivas”. In: *Revista da Faculdade de Direito da USP*, São Paulo, vol. 97, pp. 435-442, 2002.
- _____. “Terrorismo e Violação dos Direitos Humanos – Crise e Necessidade de Revisão do Direito Internacional”. In: MENEZES, Wagner (org.). *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro. Homenagem a José Francisco Rezek*. Ijuí, Ed. Ijuí, pp. 205-224, 2004.
- BAUMEL, R. C. R. C. & CASTRO, A. M. “Materiais e Recursos de Ensino para Deficientes Visuais”. In: BAUMEL, R. C. R. C.; RIBEIRO, M. L. S. (orgs.). *Educação Especial: Do Querer ao Fazer*. São Paulo, Avercamp, vol. 1, pp. 95-108, 2003.
- BELTRAN, Ari Possidonio. *Direitos do Homem, Direito do Trabalho e Novos Conflitos*. São Paulo, LTr, 2001.
- BENEVIDES, M. V. “O Vínculo Radical entre Direitos Humanos e Democracia”. In: *Mídia e Direitos Humanos*. Brasília, ANDI/SEDH/Unesco, 2006.
- _____. “Cidadania e Direitos Humanos”. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis, Vozes, pp. 43-65, 2004.
- _____. “Conversando com os Jovens sobre Direitos Humanos”. In: VANUCCHI, Paulo; NOVAES, Regina (orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo, Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 34-52, 2004.
- _____. *Direito do Trabalho e Direitos Fundamentais*. São Paulo, LTr, 2002.
- _____. “Cidadania, Direitos Humanos e Democracia”. In: *Fronteiras do Direito Contemporâneo*. São Paulo, Universidade Mackenzie. Faculdade de Direito, pp. 111-132, 2002.

- _____. “Direitos Humanos e Educação: um Desafio para a Construção da Cidadania”. In: *Formação de Educadores: Desafios e Perspectivas para o Século XXI: Textos Geradores e Resumos*. São Paulo, Unesp, p. 26, 2001.
- _____. “Educação em Direitos Humanos: de que se Trata?” *Convenit Internacional (USP)*, vol. 6, pp. 43-50, 2001.
- _____. “Cidadania e Direitos Humanos”. In: *Cadernos de Pesquisa São Paulo*, n. 104, pp. 39-46, jul. 1998.
- BERZINS, Marília Anselma Viana da Silva & WATANABE, H. A. W. “Violência Institucional contra Idosos” (no prelo). In: DUARTE, Yeda Aparecida Oliveira (org.). *Violência contra a Pessoa Idosa: Vamos Romper o Pacto do Silêncio*. São Paulo, Loyola, 2007.
- _____. “Violência contra Idosos: do Invisível ao Visível?” In: CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elizabeth Frohlich; ARCURI, Irene G. (org.). *Velhice, Envelhecimento, Complex(idade)*. São Paulo, Vetor, pp. 310-322, 2005.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. “Adolescentes e sua Percepção de Direitos Humanos”. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. São Paulo, vol. 4, pp. 350-369, jul./dez.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. “As Fontes do Direito e a Concretização dos Direitos Humanos”. *Revista Mestrado em Direito (UNIFIEO)*, vol. 5, pp. 23-38, 2006.
- _____. “Cidadania É o Exercício dos Direitos Humanos”. In: *C&D: Constituição e Democracia*. Brasília, n. 5, pp. 4-5, jul. 2006.
- _____. *As Fontes do Direito e a Operacionalidade dos Direitos Humanos*. Cathedral, vol. 1, pp. 39-50, 2005.
- _____. “O Jusnaturalismo e a Filosofia Moderna dos Direitos: Reflexão sobre o Cenário Filosófico da Formação dos Direitos Humanos”. *Revista Mestrado em Direito (UNIFIEO)*, pp. 87-105, 2005.
- _____. *Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos: Estudos Filosóficos entre Cosmopolitismo e Responsabilidade Social*. São Paulo, Manole, 2004.
- _____. “O Papel do Poder Judiciário na Afirmação dos Direitos Humanos”. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 45, pp. 127-141, jul./dez. 2004.
- BLAY, E. A. & M, M. *Oficina dos Direitos da Mulher*. São Paulo, NEMGE, 2001.
- _____. “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens. In: AUGUSTA, Nisia Floresta (org.). *Nisia Floresta: Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, 1989.

- BODANSKY, L.; MACHADO JÚNIOR, Rubens L. R.; ARAÚJO, M. N. “Le Cinéma pour Tous, Afin de Lutter Contre les Stéréotypes” (entrevista Laís Bodansky). *Infos Brésil*, Paris, vol. 164, pp. 12-14, 2000.
- BOSI, E. “Os Direitos Humanos do Idoso”. In: Unesco (org.). *Manual dos Direitos Humanos*. São Paulo, Unesco, vol. 1, pp. 98-98, 1998.
- BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. “A Educação Escolar como Direito Humano de Três Gerações: Identidades e Universalismos”. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, pp. 777-798, 2005.
- . “A Educação Escolar como Direito Humano de Três Gerações”. In: SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos Humanos e Educação: Outras Palavras, Outras Práticas*. São Paulo, Cortez, pp. 87-114, 2005.
- BUENO, B. O.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. “A Educação como Iniciação: os Valores Humanos na Formação dos Professores”. In: OLIVEIRA, Valeska Fortes de (org.). *Imagens de Professor: Significações do Trabalho Docente*. Ijuí, Unijuí, 2000.
- CACCIAMALI, M. C. & TATEI, F. “Trabalho Infantil e o Status do Emprego dos Pais (Child Labour and Parents’ Status of Employment)” (aceito para publicação). *Revista de Economia Política*, pp. 1-25, 2007.
- . & HIRATA, G. “¿Discriminación o grupos en situación de desventaja en el mercado de trabajo? un análisis del mercado de trabajo brasileño en relación con la raza y el género”. *Revista de Economía Mundial*, Huelva, Espanha, vol. 12, pp. 53-86, 2005.
- . & HIRATA, G. “A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda – Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalhos Distintos: Bahia e São Paulo”. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, vol. 35, n. 4, pp. 767-795, 2005.
- ; TATEI, F. & HIRATA, G. “Dois Estudos sobre Direitos Humanos no Trabalho: Discriminação por Gênero e Erradicação do Trabalho Infantil”. Documentos para discussão – Seminário IPE/USP, São Paulo, vol. 17, pp. 1-20, 2005.
- ; SILVA, M. F. J.; SANDOVAL, S. “A Busca pela Promoção da Saúde e pelas Medidas Preventivas nas Negociações Coletivas”. In: CHAHAD, José Paulo & CACCIAMALI, Maria Cristina (org.). *Mercado de Trabalho no Brasil. Novas Práticas Trabalhistas, Negociações Coletivas e Direitos Fundamentais no Trabalho*. São Paulo, LTr, pp. 193-224, 2003.

- CAGGIANO, M. H. S. “Direitos Humanos e Aprendizado Cooperativo”. *Um Olhar sobre Ética e Cidadania*, São Paulo, Editora Mackenzie, pp. 95-113, 2002.
- _____. “Os Direitos Fundamentais e sua Universalização”. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, São Paulo, pp. 760-770, dez. 2004.
- CAMARGO, Antonio Luís Chaves. “Direitos Humanos e Direito Penal: Limites da Intervenção Estatal no Estado Democrático de Direito”. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). *Estudos Criminais em Homenagem a Evandro Lins e Silva: Criminalista do Século*. São Paulo, Ed. Método, pp. 73-80, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: *Direitos Humanos no Cotidiano: Manual*. Brasília; São Paulo, Ministério da Justiça, Secretária de Estado dos Direitos Humanos, 2001.
- CARNEIRO, M. L. T. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia*. 3ª edição. São Paulo, Perspectiva, vol. 1, 2005.
- CARVALHO, J. S. F. “Formação de Professores e Educação em Direitos Humanos e Cidadania: dos Conceitos às Ações”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 30, n. 2, 2004.
- _____.; SESTI, Adriana Pereira; ANDRADE, Júlia Pinheiro; SANTOS, Luciano da Silva; TIBÉRIO, Wellington. “Teacher Education and the Education in Human Rights and Citizenshi: from Concepts to Actions”. *Revista da Faculdade de Educação (USP)*, São Paulo, vol. 30, pp. 435-445, 2004.
- _____. “Direitos Humanos, Cidadania e Práticas Educativas”. *Revista Alfabetização e Cidadania*, São Paulo, n. 7, pp. 23-32, 1998.
- _____. (org.) *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis, Editora Vozes, vol. 1, 2004.
- _____.; SESTI, Adriana Pereira; SANTOS, Luciano Silva; TIBÉRIO, Wellington. “Educação e Direitos Humanos: Experiências em Formação de Professores e em Práticas Escolares”. In: SCHILLING, Flávia Inês (org.). *Direitos Humanos e Educação: Outras Palavras, Outras Práticas*. São Paulo, Editora Cortez, vol. 1, pp. 186-205, 2005.
- CARVALHO, Leandro Daniel Santos. “Banco de Dados da Imprensa das Violações dos Direitos Humanos”. In: *Resumos*. São Paulo, Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, 2005.
- CHAHAD, J. P. Z. & SANTOS, Emylli Helmer. “O Trabalho Infantil no Brasil: Evolução, Legislação e Políticas Visando sua Erradicação”. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 124, pp. 95-124, 2006.

- CHAMMA, Rita de Cássia. “O Cidadão com Transtorno Psíquico: Reflexões sobre os Direitos Humanos e os Direitos do Paciente”. In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. São Paulo, vol. 35, n. 2, pp. 184-190, 2001.
- CITELLI, A. O. *Mídia e Cidadania*. Rio Grande do Sul, Perspectiva, vol. 29, n. 108, pp. 51-59, 2005.
- . *Holocausto. Crime Contra a Humanidade*. São Paulo, Ática, vol. 1, 2000.
- COELHO NETTO, J. T. “Gran Finally, What Are Cultural Rights?” In: DOMINGUEZ, Silvia (org.). *Culture: Alternatives, Diversity, Rights*. Madrid, Aeci Agencia Española e Cooperación, vol. 1, pp. 15-21, 2005.
- . “Arte público, Espacios Públicos y Valores Urbanos en Brasil Contemporáneo”. In: ZIMMERMANN, Marc (org.). *Las Ciudades Latinoamericanas en el Nuevo Desorden Mundial*. México DF, Siglo XXI, vol. 1, pp. 182-200, 2004.
- . “Afinal, que Son los Derechos Culturales?” In: DOMINGUEZ, Silvia (org.). *Cultura: Alternativa, Diversidad, Derechos*. Madrid, Aeci Agencia Española de Cooperación, vol. 1, pp. 15-21, 2004.
- . “Cultura y Política de los Jóvenes”. In: SOSNOWSKI, Saul & PATIÑO, Roxana (orgs.). *Una Cultura para la Democracia en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 193-203, 1999.
- COHEN, Cláudio. “Direitos Humanos ou Ética das Relações”. In: SEGRE, Marco; COHEN, Claudio (orgs.). *Bioética*. 3ª edição. São Paulo, Edusp, pp. 69-82, cap. 7, 2002.
- COMPARATO, B. K. *A Justificação Política dos Direitos Humanos*. Videtur, Porto, vol. 22, pp. 13-22, 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo, Saraiva, 1999.
- . *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo, Saraiva, 2001.
- . *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 3ª edição. São Paulo, Saraiva, 2003.
- . “A Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948”. In: *Juízes para a Democracia*, vol. 5, n. 15, p. 9, out./dez. 1998.
- . “As Garantias Institucionais dos Direitos Humanos”. In: *Fronteiras do Direito Contemporâneo*. São Paulo, Universidade Mackenzie, Faculdade de Direito, Diretório Acadêmico, pp. 161-176, 2002.
- . “As Garantias Institucionais dos Direitos Humanos”. In: *Boletim dos Procuradores da República*. São Paulo, vol. 4, n. 40, pp. 3-8, ago. 2001.

- _____. “Direitos Humanos no Brasil: o Passado e o Futuro”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 43, pp. 168-175, set./nov. 1999.
- _____. “Fundamentos dos Direitos Humanos”. In: MARCÍLIO, Maria Luiza; PUSSOLI, Lafaiete (coords.). *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, LTR, pp. 53-74, 1998.
- _____. “O Papel do Juiz na Efetivação dos Direitos Humanos”. In: *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*. Campinas, n. 14, pp. 60-72, 2001
- _____. “Proteção, Promoção e Violação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais: a Responsabilidade do Estado no Direito Interno e no Direito Internacional”. In: *Encontro Brasileiro de Direitos Humanos. Anais*. São Paulo, Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, pp. 130-139, 2001.
- CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. “Direitos Humanos e Direitos Sociais: Interpretação Evolutiva e Segurança Social”. In: *Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social*. São Paulo, vol. 1, n. 1, pp. 117-135, jan./jun. 2006.
- CORTE, B.; GOMES, M. R.; MERCADANTE, E. “Quais São as Imagens dos Idosos na Mídia?” In: CORTE, Beltrina (org.). *Velhices. Reflexões Contemporâneas*. São Paulo, Sesc/PUC, vol. 1, pp. 25-46, 2006.
- COSTA, Cristina. “Declaração Universal dos Direitos Humanos – O Documento mais Importante Elaborado pelo Homem”. *Comunicação & Educação*, vol. XII, pp. 83-96, 2007.
- _____. *Censura em Cena*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2006.
- COSTA, F. S. “Os Arcos da Memória: em Busca da Dramaturgia Cidadã”. *Revista Arte e Ciência*, São Paulo, 1999.
- COVRE, M. L. M. & MANZINI-COVRE, M. L. “Cartas de Direito, Cidadania e Cidadãos”. *Revista Pensamento e Realidade*, São Paulo, Ano II, n. 4, pp. 5-7, 1997.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. “A Bioética e os Direitos Humanos”. In: COSTA, Sérgio Ibiapina Ferreira; GARRAFA, Volnei; OSELKA, Gabriel (orgs.). *Iniciação à Bioética*. Brasília, Conselho Federal de Medicina, pp. 231-241, 1998.
- _____. “A Luta pelos Direitos Humanos”. In: LOURENÇO, Maria Cecília França; ABREU, Adilson Avansi de (orgs.). *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP 1934-1999*. São Paulo, USP, Imesp, pp. 32-38, 2000.
- _____. “A Violação dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais e seu Impacto no Exercício dos Direitos Cíveis e Políticos”. In: *Encontro Brasileiro de Direitos Hu-*

- manos. Anais*. São Paulo, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, pp. 69-84, 2001.
- _____. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo, Ed. Moderna, 1998.
- _____. “Direitos Humanos e os Índios no Brasil”. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo, Edusp, pp. 255-263, 1999.
- _____. “Direitos Humanos no Brasil: Uma Conquista Difícil”. In: *Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo, Fund. Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, pp. 33-51, 1998.
- _____. “Direitos Humanos, Constituição e Jurisdição Interna”. In: *Comissão Internacional de Juristas. Seminário sobre a Aplicação Interna das Normas Internacionais dos Direitos*. Lisboa, Procuradoria-Geral, pp. 71-80, 1999.
- _____. “Independência da Magistratura e Direitos Humanos”. In: *Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe*. Aracaju, n. 1, pp. 25-40, 2001.
- _____. “Os 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Nascimento de um Novo Direito”. In: SOUZA, Carlos Aurélio Mota de; BUENO, Roberto (orgs.). *50 Anos de Direitos Humanos*. São Paulo, Themis, pp. 69-83, 2003.
- _____. “Policiais, Juízes e Igualdade de Direitos”. In: LERNER, J. (ed.), *Preconceito*. São Paulo, Imesp, 1997.
- _____. Prefácio. In: WEIS, Carlos. *Os Direitos Humanos Contemporâneos*. São Paulo, Malheiros, 2006.
- DALLARI, P. B. A. “Normas Internacionais de Direitos Humanos e Jurisdição Nacional”. *Revista do Tribunal Regional Federal – 3ª região*, São Paulo, vol. esp., pp. 11-12, 1997.
- _____. “Os Direitos Humanos do Século XVIII e sua Atualidade”. In: SOUZA, Carlos Aurélio Mota de; BUENO, Roberto (orgs.). *50 Anos de Direitos Humanos*. Mogi das Cruzes, Themis, vol. 1, pp. 85-98, 2003.
- DIAS, M. C. M. “O Direito da Criança e do Educador à Alegria Cultural”. In: DIAS, Marina Célia Moraes; NICOLAU, Marieta (orgs.). *Oficinas de Sonho e Realidade na Formação do Educador da Infância*. Campinas, Papirus, 2003.
- DINIZ, C. S. G. *Assistência ao Parto e Direitos Humanos – Um Diálogo*. São Paulo, FMUSP, 2002.
- _____. “Violência Contra a Mulher: Estratégias e Respostas do Movimento Feminista no Brasil (1980-2005)”. In: DINIZ, Simone; MIRIM, Liz; SILVEIRA, Lenira (orgs.).

- Vinte e Cinco Anos de Respostas Brasileiras em Violência contra a Mulher*. São Paulo, Ed. Coletivo Feminista, vol. 1, 2006.
- _____.; SOUZA, C de Mello & PORTELLA, A P. “Nunca Como Nossas Mães! Brasil – Escolhas Reprodutivas e a Emergência da Cidadania entre Trabalhadoras Rurais, Trabalhadoras Domésticas e Donas de casa no Brasil”. In: PETCHESKY, R.; JUDD, K. (orgs.) *Negociando Direitos Reprodutivos: Perspectivas das Mulheres em Diferentes Países e Culturas*. Recife, SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, vol. 1, pp. 53-92, 2005.
- _____. “Anticoncepção e Direitos Humanos”. In: ALDRIGHI, José Mendes; PETTA, Carlos Alberto (eds.). *Anticoncepção*. São Paulo, Atheneu, 2005.
- _____.; FRANÇA JÚNIOR, Ivan. “Anticoncepção e Direitos Humanos”. In: ALDRIGHI, José Mendes; PETTA, Carlos Alberto (orgs.). *Anticoncepção – Aspectos Contemporâneos*. São Paulo, Atheneu, vol. 1, pp. 209-215, 2004.
- _____. “Direitos Reprodutivos e Maternidade”. In: BARBOSA, Regina M.; VILLELA, Wilza V.; BRITO, N.; PARKER, Richard (orgs.). *Caderno do Seminário sobre Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e AIDS*. São Paulo, Seminário sobre Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e AIDS, 1998.
- ELIAS, P. E. “A Saúde como Política Social no Brasil”. In: Associação Juízes para a Democracia (org.). *Direitos Humanos – Visões Contemporâneas*. São Paulo, Método Editoração e Editora, pp. 135-145, 2001.
- ELIAS, Roberto João. Art. 164. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (orgs.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais*. 6ª edição, São Paulo, Malheiros, p. 520, 2003.
- _____. Art. 37 e 38. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (orgs.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais*. 6ª edição, São Paulo, Malheiros, pp. 153-155, 2003.
- _____. Art. 36. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (orgs.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais*. 6ª edição, São Paulo, Malheiros, pp. 151-152, 2003.
- _____. “Comentários aos Arts. 36 a 38 do Estatuto da Criança e do Adolescente”. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (orgs.).

- Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais*. 7ª edição, São Paulo, Malheiros, pp. 151-155, 2005.
- _____. “Comentários ao Art. 164 do Estatuto da Criança e do Adolescente”. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (orgs.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais*. 7ª edição, São Paulo, Malheiros, pp. 522-523, 2005.
- FARIA, J. E. C. O. “Declaração Universal dos Direitos Humanos: um Cinquentenário à Luz da Globalização Econômica”. *Revista CEJ*, Brasília, vol. 2, n. 6, pp. 49-56, 1999.
- _____. “Direitos Humanos e Globalização Econômica: Notas para uma Discussão”. *Direito, Estado e Sociedade*, São Paulo, n. 12, pp. 105-116, 1998.
- _____. Prefácio. In: BALDI, César Augusto (org.). *Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita*. Rio de Janeiro, Renovar Editora, 2004.
- _____. “A Educação e os Direitos Humanos”. In: ANNONI, Danielle (org.). *Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: Cidadania, Democracia e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, América Jurídica, pp. 343-350, 2002.
- _____. “O Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem: Algumas Notas sobre suas Condições de Efetividade”. In: PIOVESAN, Flávia (org.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: Desafios do Direito Constitucional Internacional*. São Paulo, Max Limonad, pp. 597-607, 2002.
- _____. “O Judiciário e os Direitos Humanos e Sociais: Notas para uma Avaliação da Justiça Brasileira”. In FARIA, José Eduardo (org.). *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo, Malheiros Ed., pp. 94-112, 2002.
- _____. “O Futuro dos Direitos Humanos Após a Globalização Econômica”. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo, Edusp, pp. 53-73, 1999.
- _____. “Direitos Humanos e Pobreza Globalizada”. In: *Calendário de Cultura e Extensão*. São Paulo, pp. 14-15, abr. 1999.
- FERNANDES, Sílvia. “Flash and Crash Days: Brazilian Theater in the Post-dictatorship-period”. *Luzo Brazilian Review Madison Wisconsin*, EUA, vol. 38, pp. 153-154, 2001.
- _____. “Pedagogia de um Teatro Livre”. *Caderno da Escola Livre de Teatro*, Santo André, vol. 1, pp. 135-137, 2000.

- FERRAZ JÚNIOR, T. S. “A Demarcação de Terras Indígenas e seu Fundamento Constitucional”. *Revista Brasileiro de Direito Constitucional*, São Paulo, vol. 3, pp. 689-699, 2004.
- _____. “Liberdade de Informação e Privacidade ou o Paradoxo da Liberdade”. *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, São Paulo, vol. 6, pp. 385-393, 1999.
- FERREIRA, M. N. “Comunicação, Resistência e Cidadania: As Festas Populares”. *Comunicação & Política*. Vol. 24, pp. 61-71, 2006.
- _____. “Assessorias Especializadas sobre Movimentos Sociais e Sindicais”. *Revista do Sindicato de Jornalista de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2005.
- _____. “A Cultura como Instrumento de Integração Latino-americana”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 3, pp. 85-90, 2001.
- _____. *Cultura e Comunicação: Perspectiva de Desenvolvimento para a América Latina*. São Paulo, Celacc-ECA-USP, 2007.
- _____. *Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais*. São Paulo, Celacc-ECA/USP, vol. 1, 1999.
- FERREIRA, N. B. & CACCIAMALI, M. C. “Migração Familiar, Trabalho Infantil e Ciclo Intergeracional da Pobreza no Estado de São Paulo. (Familial Migration, Child Labor and Poverty Trap in the State of São Paulo)” (Processo de arbitragem), vol. 1, p. 1, 2006.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 4ª edição. São Paulo, Saraiva, 2000.
- FISCHER, Rosa Maria (org.); al et (org.). *Causos do ECA Histórias em Retrato: Estatuto da Criança e do Adolescente Cotidiano*. São Paulo, CEATS/Fundação Telefônica, vol. 1, 2006.
- _____. *Causos do ECA: Tramas da Vida – Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo, CEATS/Fundação Telefônica, vol. 1, 2005.
- FISCHMANN, R. “Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz”. *Paidéia. Cadernos de Psicologia e Educação*, São Paulo, v. 11, pp. 67-77, 2001.
- _____. “Ensino Religioso em Escolas Públicas: Subsídios para o Estudo da Identidade Nacional e o Direito do Outro”. *Nova Escola*, reedição, vol. 167, pp. 1-31, 2003.
- _____.; LAZAREV, S.; UNESCO. “La Lucha contra el Racismo, la Discriminación y la Xenofobia: una Contribución al Esfuerzo de la Coalición de Ciudades en Nivel

- Mundial, Propuesta y Impulsada por la Unesco”. *Revista Internacional d’Humanitats*, vol. 10, pp. 43-60, 2006. www.hottopos.com/rih10/roseli.pdf.
- _____. (coord.). *Direitos Humanos no Cotidiano: Manual*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.
- _____. *Direitos Humanos no Cotidiano – Manual*. São Paulo, MJ-SNDH/ Unesco/ USP, vol. 1, 1998.
- _____.; B, G. L. D. & L, V. *Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade*. São Paulo, Edusp, vol. 1, 2001.
- _____. & CARDOSO, P. F. H. *Direitos Humanos no Cotidiano – Manual*. 2ª edição. Brasília, Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Universidade de São Paulo; Unesco, vol. 1, 2001.
- _____.; GUIMARAES-NETO, S. P. & PINHEIRO, P. S. “Estratégias de Superação da Discriminação Ética e Religiosa no Brasil”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Direitos Humanos no Século XXI*. São Paulo, MRE/IPRI, vol. 2, pp. 959-985, 1998.
- FORTES, P. A. C. “Ética, Direitos dos Usuários e Políticas de Humanização da Atenção à Saúde”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, vol. 13, n. 3, pp. 30-35, 2004.
- _____. “O Desenvolvimento Científico da Genética e os Direitos Humanos” [comentário]. In: *Revista da Associação Médica Brasileira*. São Paulo, vol. 50, n. 2, p. 118, 2004.
- _____. & OLIVEIRA, A. C. “Direito à Informação e a Manifestação da Autonomia de Idosos Hospitalizados”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, vol. 33, n. 1, pp. 59-65, 1999.
- _____. & SACARDO, D. P. “Ética na Assistência à Saúde do Adolescente e do Jovem”. In: SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; BRANCO, V. C. (orgs.) *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília, Ministério da Saúde, pp. 147-161, 1999.
- FRANÇA JÚNIOR, Ivan. “Amamentar É um Direito Humano?” In: *Saúde e Democracia: Anais, Resumo de Trabalhos*. São Paulo, APSP, p. 183, 2001.
- _____. *Saúde Coletiva e Direitos Humanos: um Diálogo Possível e Necessário*. São Paulo, s.n., 2000.
- _____. “Saúde Pública e Direitos Humanos”. In: *Bioética e Saúde Pública*. São Paulo, Centro Universitário São Camilo/Loyola, pp. 63-69, 2003.
- FREDERICO, C. “Quarenta Anos Depois”. *Política Democrática*, Brasília, n. 10, pp. 84-96, 2004.

- FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues de. “A Difícil Harmonia entre Multiculturalismo e Direitos Humanos”. *Revista de Direitos Difusos*, São Paulo, vol. 2, n. 9, pp. 1117-1122, 2001.
- _____. “Direitos Sociais e Direitos Humanos numa Economia Globalizada”. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 27, pp. 34-50, 2001.
- _____. *Direito do Trabalho e Direitos Humanos*. São Paulo, BH Ed. e Distribuidora de Livros, 2006.
- _____. & PIOVESAN, Flávia. “Direitos Humanos na Era da Globalização: O Papel do 3º Setor”. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 28, n. 105, pp. 78-88, 2002.
- GADOTTI, M. *Formação de Educadores Sociais: Projeto Jovem Paz: Construção Intercultural da Paz e da Sustentabilidade*. São Paulo, 2004.
- _____. “Educação para e pela Cidadania”. In: RATTNER, Henrique (org.). *Brasil no Limiar do Século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável*. São Paulo, pp. 287-307, 2000.
- GALAFASSI, Aline Girardo. “Monitoramento de Direitos Humanos”. In: *Resumos*, São Paulo, USP, 2004.
- GARCIA, N. & LORA, T. D. P. “Sistema Braille e a Vida Escolar da Criança Portadora de Cegueira”. *Caderno 3 Projeto de Educação Continuada Feusp*, pp. 1-12, 1997.
- GHANEM JUNIOR, E. G. G. “Educação É Cultura”. *Relatório de Cidadania II: os Jovens, a Escola e os Direitos Humanos*. São Paulo, Rede de Observatórios de Direitos Humanos, vol. 1, pp. 80-81, 2002.
- GIACAGLIA, Marcelo Eduardo “Monitoring Gross Human Rights Violations in Brazil: The (Ever Evolving) Database of Press Reported Cases”. In: CARMONA, Maria; SCHOONRAAD, Marinda; TUNAS, Devisari (orgs.). *Globalization and the Return of the Big Plans*. Série: *Globalization, Urban Form and Governance*. Delft: Faculty of Architecture/Delft University of Technology, vol. 7, pp. 185-198, 2003.
- GIACOMINI FILHO, G. “Inclusão Digital e Mídia: Gestão no Contexto da Tecnologia da Informação”. *Revista Comunicação Estratégia*. São Paulo, vol. 1, n. 1, pp. 1-22, 2003.
- _____.; SANTOS, Roberto Elisio dos; RAMPAZZO FILHO, Luiz Carlos; CANSADO, Margarete Bonaldi Ascencio. “Sociedade da Informação, Inclusão Social com Inclusão Digital”. *Caderno de Pesquisa Pós-Graduação Imes*, São Caetano do Sul, vol. 6, n. 12, pp. 15-20, 2005.

- GIORDANI, Anney Tojeiro. “Direitos Humanos de Mulheres Detentas em Situação de Vulnerabilidade às DST-Aids. In: *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, pp. 12-15, 2002.
- GOGLIANO, Daisy. *Defesa do Consumidor e Cidadania*. 2003. Palestra.
- GOMES, M. R. “Um Outro Olhar sobre Opinião: seu Valor na Antiguidade, seu Valor em Tempos de Direitos Humanos”. *Revista FAMECOS*, vol. 30, pp. 91-98, 2006.
- _____. *Ética e Jornalismo*. 2ª edição revisada. São Paulo, Escrituras, vol. 1, 2004.
- _____. “O Estatuto do Idoso e as Identificações”. In: CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth; ARCURI, Irene (orgs.). *Envelhecimento e Velhice: um Guia para a Vida*. São Paulo, Vetor, vol. II, pp. 165-182, 2006.
- _____. & LEITE, E. F. “Velho de Alma Jovem? Representações do Idoso nas Mídias”. *Revista Kairós*, vol. 2, pp. 15-25, 2007.
- GONÇALVES FILHO, J. M. “Subjetividade, Humilhação Social e Sofrimento”. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). *Psicologia e Direitos Humanos – Subjetividade e Exclusão*. São Paulo, Conselho Federal de Psicologia/Casa do Psicólogo, 2004.
- _____. “Psicologia e Direitos Humanos: Utopias Ativas”. In: BOCK, A. M. M. *et alli* (orgs.). *Práticas Psicológicas – Compromissos e Comprometimentos*. São Paulo, Casa do Psicólogo/Conselho Federal de Psicologia, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo, Editora 34, vol. 1, 2005.
- _____. *Preconceito e Discriminação*. 2ª edição. São Paulo, Editora 34, vol. 1, 2004.
- _____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34, vol. 1, 2002.
- _____.; HUNTLEY, Lynn; HAMILTON, C.; NEVILLE, A.; JAMES, W. (orgs.) *Beyond Racism. Race and Inequality in Brazil, South Africa, and the United States*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- _____. & HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a Máscara. Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, vol. 3000, 2000.
- _____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, vol. 1000, 1999.
- _____. “Racism and the Restriction of Individual Rights: Racial Discrimination in the Brazilian Press”. In: *Separata do Journal of Behavioral and Social Sciences Japan*, n. 1, pp. 1-27, 1998.
- GUTIÉRREZ, Horacio & LEWKOWICZ, Ida. “Trabalho Infantil em Minas Gerais na Primei-

- ra Metade do Século XIX”. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 5, n. 2, pp. 9-25, 1999.
- HIRONAKA, G. M. F. N. “Contrato: Estrutura Milenar de Fundação do Direito Privado”. In: *Seminários de Estudos sobre o Novo Código Civil*, 2002, Belo Horizonte. Anais dos Seminários de Estudos sobre o Novo Código Civil – Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Belo Horizonte: Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, pp. 239-248, 2002.
- IKOIKI, Zilda Márcia Gricoli. “Intolerância e Direitos Humanos”. In: *Jornal da USP*. São Paulo, p. 2, 18 a 24 out. 2004.
- JACOBI, Pedro Roberto. “Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade”. *CADERNOS DE PESQUISA DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS*, São Paulo, vol. 118, pp. 189-205, 2003.
- _____. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro, FGV Editora, vol. 1, 2000.
- KOSHIYAMA, A. M. “A História Viva da Ditadura”. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, Fund. Perseu Abramo, Ano 15, n. 53, pp. 71-72, 2003.
- _____. “A Importância da Organização das Mulheres nos Partidos Políticos”. *Folha Feminista*, São Paulo, n. 9, pp. 1-2, 1999.
- _____. *Comunicação, História e Atualidade dos Direitos de Cidadania*. Comunicações e Artes, São Paulo, vol. 20, n. 31, pp. 38-40, 1997.
- _____. (org.) *Mulheres Jornalistas: Opções Profissionais para a Construção da Cidadania*. São Paulo, Com-Art, 2000.
- _____. “Democracia para Viver Melhor”. In: BIONDI, Antonio; MARTINS, Gustavo; VIEIRA, Marina; LIN, Nelson; GUIMARÃES, Thiago (orgs.). *Democracia para Todos*. São Paulo, Projeto Redigir – Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, pp. 1-70, 2003.
- KUNSCH, M. M. K. & KUNSCH, W. L. (orgs.) *Relações Públicas Comunitárias: A Comunicação em uma Perspectiva Dialógica e Transformadora*. São Paulo, Summus Editorial, vol. 1, 2007.
- _____. & FISCHMANN, Roseli. *Mídia e Tolerância: Construindo Caminhos de Liberdade*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- KUNTZ, R. N. & FARIA, José Eduardo Faria. *Qual o Futuro dos Direitos? (Estado, Mercado e Justiça na Reestruturação Capitalista)*. São Paulo, Max Limonad, 2002.

- _____. “Estado, Mercado e Direitos”. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo, Edusp, pp. 405-438, 1999.
- LA TAILLE, Yves Joel Jean Marie Rodolphe de. “Direitos Humanos, Moral e Ética”. In: *Programa e Resumos*. Espírito Santo, Abrapso/PPGP-UFES, p. 30, 2003.
- LAFER, Celso. “Bobbio e o Holocausto – Um Capítulo de sua Reflexão sobre os Direitos Humanos: o Texto ‘Quinze Anos Depois’ e seus Desdobramentos”. *Cult*, São Paulo, vol. 104, pp. 52-56, 2006.
- _____. “A Internacionalização dos Direitos Humanos: o Desafio do Direito a Ter Direitos”. *Revista do Tribunal Regional Federal 3ª Região*, São Paulo, n. 75, pp. 37-54, 2005.
- _____. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- _____. “Globalização Econômica, Políticas Neoliberais e os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”. In: *Encontro Brasileiro de Direitos Humanos. Anais*. São Paulo, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, pp. 47-55, 2001.
- _____. “Resistência e Realizabilidade da Tutela dos Direitos Humanos no Plano Internacional no Limiar do Século XXI”. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo, Edusp, pp. 441-452, 1999.
- _____. “Reflexões sobre o Historicismo Axiológico de Miguel Reale e os Direitos Humanos no Plano Internacional”. In: *O Pensamento de Miguel Reale*. Viana do Castelo, Câmara Municipal, pp. 167-174, 1998.
- _____. “A Reconstrução dos Direitos Humanos: a Contribuição de Hannah Arendt”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 2, n. 30, pp. 55-65, 1997.
- _____. *A Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais*. Barueri, Manole, 2005.
- _____. *Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos – Reflexões sobre uma Experiência Diplomática*. São Paulo, Paz e Terra/Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.
- _____. “A Internacionalização dos Direitos Humanos: o Desafio do Direito a Ter Direitos”. In: AGUILAR, Odílio Alves; PINHEIRO, Celso de Moraes; FRANKLIN, Karen (orgs.). *Filosofia e Direitos Humanos*. Fortaleza, UFC, vol. 4, pp. 13-32, 2006.

- _____. “Os Direitos Humanos no Plano Internacional – Reflexões em Torno da 52ª Sessão (1996) da CDH da ONU”. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; FONSECA, José Roberto Franco da (orgs.). *O Direito Internacional no Terceiro Milênio – Estudos em Homenagem ao Prof. Vicente Marotta Rangel*. São Paulo, LTr Editora Ltda., pp. 635-642, 1998.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *A Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul*. Universidade de Coimbra – Separata, Coimbra, 2000.
- _____. “A Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul”. In: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Studia Iuridica*. Coimbra, pp. 51-81, 1997.
- _____. “A Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul”. In: RIBEIRO, Antonio de Pádua. *Portugal-Brasil ano 2000*. Coimbra, Coimbra Ed., pp. 51-81, 1999.
- _____. “A Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul”. In: PIOVESAN, Flávia (org.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: Desafios ao Direito Constitucional Internacional*. São Paulo, Max Limonad, 2002.
- LIMA, S. M. C. “A Personagem Negra na Telenovela Brasileira: Alguns Momentos”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 48, pp. 74-87, 2001.
- _____. Prefácio. In: ARAÚJO, Joel Zito (org.). *A Negação do Brasil – O Negro na Telenovela Brasileira*. São Paulo, Editora Senac, pp. 11-15, 2000.
- _____. “A Personagem Negra na Telenovela Brasileira”. In: AJZENBERG, Elza (org.). *Descoberta/Descobrimientos. Terra Brasilis*. São Paulo, Centro Mário Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes, 1999.
- _____. “O Negro na Sociedade e na Cultura Brasileira”. In: SILVA, Dilma de Melo (org.). *Brasil sua Gente e sua Cultura*. São Paulo, USP, 1999.
- LOPES, Fernanda. “Situações de Não-Efetivação de Direitos Humanos de Mulheres Negras e Não-Negras que Convivem com HIV/AIDS”. In: *Saúde e Democracia: Anais, Resumo de Trabalhos*. São Paulo, APSP, 2001.
- LOPES, J. R. L. “Direitos Humanos e Tratamento Iguatário: Questões de Impunidade, Dignidade e Liberdade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 15, n. 42, pp. 77-100, 2000.
- _____. “Direitos Humanos, Globalização e Pobreza”. *Revista Amb*, Belo Horizonte, vol. 1, n. 2, pp. 47-60, 1997.
- _____. *Direitos Sociais – Teoria e Prática*. São Paulo, Editora Método Ltda., vol. 1, 2006.

- _____. “Direitos Humanos e Modernização do Pensamento Jurídico Brasileiro”. In: REIS, Elisa P.; ZILBERMAN, Regina (orgs.). *Retratos do Brasil*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.
- LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. “A Dignidade da Pessoa Humana: Estudo de Caso”. In: *Revista dos Tribunais*. São Paulo, vol. 87, n. 758, pp. 106-117, dez. 1998.
- MACHADO, Irene. “Linguagem e Militância: o Cine-documentário de Dziga Viértov”. *Olhar*. São Carlos, vol. 3, n. 5-6, pp. 13-23, 2001.
- MACHADO JÚNIOR, Rubens L. R. “Os Espaços de Exclusão e de Violência no Cinema e na TV Brasileira”. Sesc-SP, *Conferências*, 2001.
- MAGALHÃES, José Carlos de. Prefácio. In: RAMOS, André de Carvalho (org.). *Direitos Humanos em Juízo: Comentários aos Casos Contenciosos e Consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Estudo da Implementação dessas Decisões no Direito Brasileiro*. São Paulo, Max Limonad, pp. 17-20, 2001.
- _____. “Human Rights and Sovereignty of States”. In: CASELLA, Paulo Borba (coord.). *Dimensão Internacional do Direito: Estudos em Homenagem a G. E. do Nascimento e Silva*. São Paulo, LTr, pp. 289-296, 2000.
- MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Direito do Trabalho como Instrumento de Justiça Social*. São Paulo, LTr, 2000.
- MARCÍLIO, M. Luiza. “Por uma Política em Favor da Criança”. *SOS- Criança. Revista Bimestral da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social*, São Paulo, vol. I, pp. 10-10, 1997.
- _____. “A Lenta Construção dos Direitos da Criança no Século XX”. *Revista da USP*, São Paulo, vol. 37, pp. 46-56, 1998.
- _____. “A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil. 1726-1950”. *Boletim Informativo-NEPS*, Universidade do Minho, set.-nov., pp. 12-18, 2000.
- _____. “A Luta pelos Direitos Humanos”. *Informe da FFLCH-USP*, FFLCH-USP, vol. esp., pp. 109-111, 2001.
- _____. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo, Hucitec, vol. 1, 1998.
- _____. *História Social da Criança Abandonada*. 2ª edição. São Paulo, Hucitec, vol. 1, 2006.
- _____. & PUSSOLI, L. *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, LTr, vol. 1, 1998.
- _____. *A Construção dos Direitos Humanos. Caiçara: Terra e População*. Estu-

- do de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo, Paulinas, vol. 1, 1998.
- _____. “Construção dos Direitos da Criança Brasileira: Século XX”. In: MARCÍLIO, Maria Luíza; PUSSOLI, Lafaiete (coords.). *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, LTR, pp. 77-90, 1998.
- _____. “O Menor Infrator e os Direitos da Criança no Século XX”. In: LOURENÇO, M. Cecilia França (org.). *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP 1934-1999*. São Paulo, Edusp, pp. 39-49, 2000.
- _____. “O Jovem Infrator e a Febem de São Paulo. História e Atualidade”. In: LEVISKY, David Léo (org.). *Adolescência e Violência: Ações Comunitárias na Prevenção*. São Paulo, Casa do Psicólogo, Hebraica, pp. 175-185, 2001.
- _____. “A Febem de São Paulo: Passado e Presente”. In: WESTPHAL, Márcia Faria (org.). *Violência e Criança*. São Paulo, Edusp, pp. 167-187, 2002.
- MARCONDES FILHO, C. J. R. “Cidadania e Violência”. In: Seminário sobre Cidadania, Violência e Segurança, 1997, Natal. Impresso, 1997.
- MARCOVITCH, J. “Direitos Humanos e Cidadania Negra”. *Pesquisas*, São Paulo, vol. 11, pp. 71-76, 1998.
- _____. “Direitos Humanos e Cidadania Negra”. In: *Cinqüenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, pp. 71-76, 1998.
- _____. “A Educação como Promotora da Paz: Desafios e Perspectivas”. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (org.). *Tecendo Diálogos, Construindo Pontes. A Educação como Artífice de Paz*. São Paulo, Editora Cidade Nova, pp. 11-18, 2001.
- _____. “Universalismo, Ética e Solidariedade”. In: AGUIAR, Flávio (org.). *Antonio Candido – Pensamento e Militância*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e Humanitas FFLCH/USP, pp. 21-22, 1999.
- _____.; MARICATO, Erminia; PLONSKI, Guilherme Ary; ZOCKUN, Maria Helena; WESTPHAL, Márcia Faria; POCHMANN, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R.P.; TROSTER, R. L.; MOTTA, R. Seroa da; HADDAD, S.; VENTURA-DIAS, V. (orgs.) *Crescimento Econômico e Distribuição de Renda – Prioridades para Ação*. São Paulo, Edusp & Editora Senac, vol. 1, 2007.
- MARQUES DE MELO, José (org.). *Mídia Cidadã: Utopia Brasileira*. São Bernardo do Campo, Editora Umesp, 2006.
- _____. (org.) *Jornalismo, Cultura e Cidadania*. Florianópolis, Insular, pp. 47-52, 2004.

- . “Mídia e Cidadania no Brasil”. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (orgs.). *Mídia Cidadã: Utopia Brasileira*. São Bernardo do Campo, Editora da Umesp, pp. 21-34, 2006.
- MATTOS, E. A. “Deficiência Mental: Integração/Inclusão/Exclusão”. *Videtur-13*, Espanha, pp. 13-20, 2002.
- . “Contribuições do Estudo e Proposta para o Processo de Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – Deficiente Mental na Escola Regular”. In: SILVA, Elisabeth Ramos da; LOPES-ROSSI, Maria Aparecida G. (orgs.) *Caminhos para a Construção da Prática Docente*. Taubaté, Cabral Editora e Livraria Universitária, vol. 1, pp. 45-64, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. S. “A Educação Especial no Final do Século XX”. *Revista Mensagem da APAE*, n. 91, vol. 1, pp. 22-27, 2001.
- . “Alunos e Escolas com Necessidades Especiais no Século XXI”. *Revista Forum*, vol. 3, n. 1, pp. 20-26, 2001.
- . “Inclusão Escolar e Educação Especial: Considerações sobre a Política Educacional Brasileira”. *Revista Estilos da Clínica*, USP, vol. 5, n. 9, pp. 96-108, 2001.
- . “Alunos Especiais”. *Educação ON-LINE*, São Paulo, 2001.
- . *Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas*. 2ª edição. São Paulo, Cortez, vol. 1, 1999.
- MORAES, A. *Direitos Humanos Fundamentais*. 6ª edição, 2006.
- . *Direitos Humanos e Fundamentais – Teoria Geral e Comentários aos Artigos 1º e 5º da Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo, Editora Atlas, vol. 1, 1997.
- MORAES, C. S. V. *Educação Permanente: Direito de Cidadania, Responsabilidade do Estado. Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 4, pp. 395-416, 2006.
- MOTTER, Maria Lourdes. “Organizações Não-Governamentais: Espaço de Construção e Prática da Cidadania”. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). *Gestão da Comunicação: Terceiro Setor: Organizações Não-Governamentais: Responsabilidade Social e as Novas Formas de Cidadania*. São Paulo, Atlas, vol. 1, pp. 21-38, 2006.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. “Criança, Trabalho e Resistência Operária em São Paulo (1890-1920)”. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Populações: (Con)vivência e (In)tolerância*. São Paulo, Humanitas, pp. 117-139, 2004.

- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. “A Queda dos Direitos Humanos no Continente Africano”. In: BOUCAULT, C. E. A.; MALATIAN, T. (orgs.). *Políticas Migratórias: Fronteiras dos Direitos Humanos no Século XXI*. Rio de Janeiro, Renovar, pp. 143-153, 2003.
- MUNANGA, K. “Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos”. In: *Tbot*. São Paulo, n. 80, pp. 19-30, 2004.
- _____. “Etnicidade, Violência e Direitos Humanos em África”. In: *Informe: Edição Especial 1999-2001*. São Paulo, SDI-FFLCH-USP, pp. 61-63, 2002.
- _____. “Etnicidade, Violência e Direitos Humanos em África”. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Relações Raciais e Educação: a Produção de Saberes e Práticas Pedagógicas*. Niterói, Eduff, 2001.
- _____. “Etnicidade, Violência e Direitos Humanos em África”. *Cadernos Penesb*, UFF, vol. 3, pp. 31-44, 2000.
- NATAL, Ariadne Lima. “Monitoramento das Graves Violações de Direitos Humanos: Banco de Dados de Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos. In: *Resumos*. São Paulo, Edusp, 2004.
- NEUBAUER, Rose. *Direitos do Estudante – Um Manual para Pais e Alunos*. São Paulo, 2003.
- NINOMIYA, M. “Diálogo: Direitos Humanos no Século XXI”. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- OLIVEIRA, Maria José Galleno de Souza. “Fundamentos da Construção dos Direitos Humanos: das Civilizações Antigas aos Tempos Contemporâneos”. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, vol. 98, pp. 463-473, 2003.
- OLIVEIRA, R. P. “O Direito à Educação na Constituição de 1988 e seu Re-estabelecimento pelo Sistema de Justiça”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, vol. 11, pp. 61-74, 1999.
- _____. & ARAÚJO, G. C. “Qualidade do Ensino: Uma Nova Dimensão da Luta pelo Direito à Educação”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 28, pp. 5-23, 2005.
- _____. & ADRIÃO, T. (orgs.) *Gestão, Financiamento e Direito à Educação*. São Paulo, Xamã Editora, vol. 1, 2001.
- _____. *Gestão, Financiamento e Direito à Educação*. 2ª edição. São Paulo, Xamã, 2002.

- _____. & MACHADO, L. M. “Direito à Educação e Legislação do Ensino”. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (orgs.). *Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil*. Brasília, Anpae, pp. 45-62, 1999.
- _____. “Direito à Educação e Legislação do Ensino”. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (orgs.). *O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil (1991 a 1997)*. Campinas/São Bernardo do Campo, Autores Associados/Anpae, vol. 1, pp. 49-70, 2001.
- _____. “O Direito à Educação”. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). *Gestão Financiamento e Direito à Educação*. São Paulo, Xamã, vol. 1, pp. 15-43, 2001.
- _____. “O Direito à Educação”. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.) *Gestão, Financiamento e Direito à Educação*. 2ª edição. São Paulo, Xamã, 2002.
- PARO, Vitor Henrique. “Gestão Escolar, Ética e Liberdade”. *Educação Cidadã*, Caxias do Sul, vol. 8, p. 12, 2001.
- _____. “Educação para a Democracia: o Elemento que Falta da Discussão da Qualidade do Ensino”. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, vol. 13, n. 1, pp. 23-38, 2000.
- PATTO, M. H. S. “Direitos Humanos e Atuação na Educação: o Lugar da Psicologia”. In: OLIVEIRA SILVA, M. V. (org.) *Os Direitos Humanos na Prática Profissional dos Psicólogos*. Brasília, Comissão Nacional de Direitos Humanos, Conselho Federal de Psicologia, pp. 13-15, 2003.
- PEDREIRA, Fábio Américo; BIONDO, Marcelo; KOTOVICZ, Fabiana; SOUZA, Fábio Alves de Jesus; SCHRAIBER, Lilia Blima. “Violência Doméstica e Saúde da Mulher”. *Revista de Medicina (USP)*, São Paulo, vol. 84, n. 2, pp. 45-54, 2005.
- PEREZ, C. & JUNQUEIRA, L. (orgs.) *Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais*. São Paulo, Editora Futura/Siciliano, 2002.
- PERRONE-MOISÉS, C. “O Artigo 28 da Declaração dos Direitos do Homem ou a Apropriação Efetiva dos Direitos Humanos”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol. 94, pp. 315-321, 1999.
- _____. “Tolerância, Desenvolvimento e Direitos Humanos – Uma Visão Integrada”. In: MERCADANTE, Araminta; MAGALHÃES, José Carlos de (org.). *Reflexões sobre os 60 Anos da ONU*. Ijuí, RS, Unijuí, pp. 240-249, 2005.
- _____. “Leis de Anistia Face ao Direito Internacional – Desaparecimentos e Direi-

- to à Verdade”. In: PIOVESAN, Flávia (org.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional*. São Paulo, Max Limonad, pp. 285-305, 2002.
- _____. Prefácio. In: ALMEIDA, Guilherme Assis de; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (coords.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos: Instrumentos Básicos*. São Paulo, Atlas, 2002.
- _____. “Direitos Humanos e Desenvolvimento: a Contribuição das Nações Unidas”. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração dos Direitos do Homem*. São Paulo, Edusp, pp. 179-196, 1999.
- _____. & ALMEIDA, G. A. (orgs.) *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo, Atlas, 2002.
- _____. *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo, Edusp, 1999.
- PERROTTI, E. *Lecture et Inégalités au Brésil*. Nous Voulons Lire, França, vol. 164, pp. 7-10, 2006.
- PINHEIRO, Paulo Sergio. “Violence Against Children: A Global Report”. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 11, pp. 453-460, 2006.
- _____. “Démocratie et État de Non-droit au Brésil: Analyse et Témoignage”. *Cultures et Conflits*, Paris, n. 59, pp. 87-116, 2005.
- _____. “A Declaração Universal dos Direitos Humanos” [prefácio]. In: VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- _____. “Monitorando Direitos Humanos para a ONU”. *Política Externa*, São Paulo, vol. 13, pp. 21-32, 2004.
- _____. “Situação Epidêmica. Não Existem Soluções Mirabolantes”. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, vol. 365, pp. 1-19, 2004.
- _____. “The Paradox of Democracy in Brazil”. *The Brown Journal of World Affairs*, Providence, RI, USA, vol. VII, n. Issue 2, pp. 113-122, 2002.
- _____. “Brazil and the International Human Rights System”. *Center for Brazilian Studies – Working Paper Series*, CBS-15-00, Oxford, n. 15, 2001.
- _____. “Navigating in Uncharted Waters. Human Rights Advocacy in Brazil”. *NACLA – Report on the Americas*, EUA, vol. XXXIV, pp. 47-53, 2000.
- _____. “Une Pédagogie de la Peur”. *Le Monde des Débats*, França, vol. 19, pp. 24-25, 2000.

- _____. “Democratic Consolidation and Human Rights in Brazil”. *Working Paper – Kellogg Institute*, EUA, n. 256, 1998.
- _____. & PAULO, M. N. *Direitos Humanos no Brasil: Perspectivas no Final do Século*. Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, n. 11, pp. 53-70, 1998.
- _____. “Violence, Uncivil Society And The (Un)Rule Of Law In New Democracies: The Case Of Latin America”. *Vienna Plus Five International Conference*, Human Rights Internet, Ottawa, Canadá, pp. 43-45, 1998.
- _____. “Violência, Direitos Humanos e Democracia no Brasil: O Reino da Impunidade”. *Trabalho, Cultura e Cidadania: um Balanço da História Social Brasileira*, São Paulo, pp. 207-221, 1997.
- _____. “The Pinheiro Principles United Nations Principles on Housing and Property Restitution for Refugees and Displaced Persons”. *Geneva: Centre on Housing Rights and Evictions*, Cohre, vol. 1, 2006.
- _____.; MÉNDEZ, Juan; O’DONNEL, G. (orgs.) *Democracia, Violência e Injustiça*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- _____.; O’DONNEL, G.; MENDEZ, J. E. (orgs.) *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. 357 ed. Notre Dame, University of Notre Dame Press, vol. 1, 1999.
- _____. *São Paulo sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- _____. & GUIMARAES, S. P. (orgs.) *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- _____.; O’DONNEL, G.; MÉNDEZ, Juan (orgs.). *El Estado de Derecho y los Pobres in America Latina*. Buenos Aires, vol. 1, 1998.
- _____. “Les États au Sein de la Commission des Droits de L’Homme: la Politisation des Groupes”. In: DECAUX, Emmanuel (org.). *Les Nations Unies et les Droits de l’homme. Enjeux et défi d’une réforme*. Paris, Editions A. Pedone, pp. 105-112, 2006.
- _____.; HAVEL, Vaclav; WILLIAMS, Jody; DAE-JUNG, Kim. “The Daily Fight for Freedom”. In: BUZZI, Camilla; GRAFF JENSSEN, Marte (Red./Ed.) (orgs.). *Prisoners in our own Country*. Oslo, Unipax, pp. 152-156, 2006.
- _____. “Violência e Consolidação da Democracia: Estratégias de Pesquisa e para a Ação”. In: PESSANHA, Elina; VILLAS BÓAS, Gláucia; MOREL, Regina Lúcia (orgs.).

- Evaristo de Moraes Filho, um Intelectual Humanista*. Rio de Janeiro, Topbooks, pp. 243-260, 2005.
- . “A Mágica de Sérgio e o Demônio da História”. In: MARCOVITCH, Jacques (org.). *Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória*. São Paulo, Saraiva/Edusp, pp. 165-182, 2004.
- . “La Efectividad de la Ley y los Desfavorecidos en América Latina”. In: MÉNDEZ, Juan E.; O’DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *La (in)Efectividad de la Ley y la Exclusión en América Latina*. Argentina, Paidós, pp. 15-30, 2002.
- PINTO E SILVA, Otávio. “Direitos Humanos e Direito do Trabalho”. *Revista do Sinait*, São Paulo, vol. 3, n. 4, pp. 2-3, 2000.
- . *Subordinação, Autonomia e Parassubordinação nas Relações de Trabalho*. São Paulo, Editora LTr, vol. 01, 2004.
- PRIETO, R. G. “Atendimento Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: Indicadores para Análise de Políticas Públicas”. *Revista UNDIME – RJ*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp. 5-14, 2002.
- . & SOUSA, S. M. Z. L. “Atendimento Educacional aos Portadores de Deficiência Mental na Rede Municipal de São Paulo: Caracterização e Análise das SAPNEs”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 7, pp. 101-115, 2001.
- . “Educação Especial no Município de São Paulo”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 12, pp. 187-202, 2006.
- . “Educação para Todos: Reflexões sobre o Atendimento Escolar dos Portadores de Deficiência”. *Educação em Foco: Revista da Educação*, Juiz de Fora, vol. 4, pp. 57-70, 2000.
- . & CAMARGO, R. B. *Direito à Educação: Focalizando a Surdez*. São Paulo, FEUSP, vol. 1, 2007.
- ; MANTOAN, M. T. E. & ARANTES, V. A. “Atendimento Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: um Olhar sobre as Políticas Públicas de Educação no Brasil”. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). *Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos*. São Paulo, Summus, vol. 1, pp. 31-103, 2006.
- . “Construindo Políticas Educacionais para Atender Alunos com Necessidades Especiais nas Escolas Públicas: da Igualdade de Direitos e da Efetivação de Deveres”. In: MARQUEZINI, Maria Cristina *et alli* (orgs.). *Novos Rumos da Educação Especial (CD-Rom)*. Londrina, Editora da UEL, 2002.

- _____. “A Construção de Políticas Públicas de Educação para Todos”. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone (orgs.). *Escola Inclusiva*. São Carlos, Edufscar (Editora da Universidade Federal de São Carlos), pp. 45-59, 2002.
- RAMADAN, N. N. A. “Jornalismo e Cidadania”. *Ética e Meios Boletim Bimestral*, São Paulo, vol. 3, pp. 12-12, 1997.
- RAMOS, Elival da Silva. *A Proteção aos Direitos Adquiridos no Direito Constitucional Brasileiro*. São Paulo, Saraiva, vol. 1, 2003.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. “Direitos Humanos e Comércio Internacional: A Tutela do Direito à Educação nas Negociações Internacionais”. In: YARSELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (orgs.). *Estudos em Homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo, DPJ, pp. 58-70, 2005.
- REIS, R. R. “Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 19, pp. 149-163, 2004.
- _____. “Os Direitos Humanos e a Política Internacional”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 27, pp. 13-29, 2006.
- RIBEIRO, M. L. S. & BAUMEL, Roseli (orgs.). *Educação Especial – Do Querer ao Fazer*. São Paulo, Avercamp, 2003.
- _____. “As Tecnologias de Informação e Comunicação como Recurso à Acessibilidade de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais”. In: BAUMEL, R. C. R. C.; RIBEIRO, M. L. S. (orgs.). *Educação Especial: Do Querer ao Fazer*. São Paulo, Avercamp, vol. 1, pp. 109-120, 2003.
- RODAS, João Grandino. “Os Jovens e a Disseminação da Cultura Concorrencial”. 2004. Palestra.
- ROSSINI, R. E. “Superando a Discriminação: Mulher e Trabalho na Modernidade Tecnológica no Brasil”. *Populações: (Con)vivência e (In)tolerância (Cursos e Eventos: Nova Série)*, São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, n. 4, pp. 245-257, 2004.
- _____.; CALIÓ, S. A.; JESUS, I. L. *Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência. Guia Prático para Educadoras e Educadores*. 2ª edição. São Paulo, Nimg-USP, vol. 1000, 2006.
- SÁ, Alvin August de. “Execução Penal e Direitos Humanos”. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 56, pp. 7-8, 1997.
- SADEK, M. T. “Efetividade de Direitos e Acesso à Justiça”. In: RENAULT, Sérgio; BOTTINI, Pierpaolo (orgs.). *Reforma do Judiciário*. São Paulo, Editora Saraiva, vol. 1, pp. 272-291, 2005.

- SAMARA, E. M. (org.) *Trabalho Feminino e Cidadania*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, vol. 1, 2000.
- SANTOS, Enoque Ribeiro dos. *O Papel dos Direitos Humanos na Valorização do Direito Coletivo do Trabalho*. Teresina-PI, Jus Navegandi, vol. 8, n. 157, 2003.
- . *Direitos Humanos na Negociação Coletiva*. São Paulo, LTr, 2004.
- SATO, L. “Direitos Humanos e a Atuação na Área do Trabalho”. In: CFP (org.). *Os Direitos Humanos na Prática Profissional dos Psicólogos*. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, vol. 1, pp. 16-18, 2003.
- SCHILLING, Flávia. “Um Olhar sobre a Violência da Perspectiva dos Direitos Humanos: a Questão da Vítima”. *Revista do Imesc*, São Paulo, vol. 1, 2000.
- .; KOERNER, Andrei; MELHEM, C. S. “A Garantia dos Direitos Fundamentais no Processo Penal: a Implementação do Controle do Inquérito Policial pelo Ministério Público do Estado de São Paulo”. *Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, São Paulo, vol. 28, 1999.
- . (org.) *Direitos Humanos e Educação: Outras Palavras, Outras Práticas*. São Paulo, Pró-Reitoria de Pesquisa USP/FEUSP/Ed. Cortez, 2005.
- . “Cidadão, Cidadã: o Direito à Vida. O Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)”. In: SCHILLING, F.; PAVEZ, G. A.; CASTANHO E OLIVEIRA, I. de M. (orgs.). *Reflexões sobre Justiça e Violência. O Atendimento a Familiares de Vítimas de Crimes Fatais*. São Paulo, EDUC/Imprensa Oficial, 2002.
- . “Da Declaração à Ação: Desafios para o Trabalho de Educação em Direitos Humanos”. In: Observatorio de Derechos Humanos del Mercosur (org.). *Políticas Públicas de Derechos Humanos en el Mercosur. Un Compromiso Regional*. Montevideo, Productora Editorial Michelini, pp. 173-185, 2004.
- SCHRAIBER, Lilia Blima; D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, Márcia Thereza *et alii*. *Violência Dói e Não é Direito: a Violência Contra a Mulher, a Saúde e os Direitos Humanos*. São Paulo, Editora Unesp, 2005.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARJIAN, Valéria. “Estupro, Direitos Humanos, Gênero e Justiça”. *Revista da USP*, São Paulo, vol. 37, pp. 58-61, 1998.
- SCHWARTZ, G. “Inclusão Digital”. Ministério das Comunicações, *Destaques do Governo Nacional*, 2004.
- SEGRE, M. “Direitos Humanos Atinentes à Sexualidade”. In: ARILHA, Margareth; CITELI,

- Maria Teresa (orgs.). *Políticas, Mercado, Ética – Demandas e Desafios no Campo da Saúde Reprodutiva*. São Paulo, Editora 34, pp. 81-96, 1998.
- SILVA, D. M. “Psicodrama Pedagógico: Linguagens Teatrais para Inclusão Social”. *Arte e Cultura da América Latina*, São Paulo, vol. XII, n. 1, pp. 76-81, 2004.
- . “Ponto de Mutação – Ponto de Inclusão”. In: MATOS, Caue (org.). *Ciência e Inclusão Social*. São Paulo, Terceira Margem, vol. 2000, pp. 133-138, 2002.
- SILVA, J. M. “A Consideração da Dignidade Humana como Critério de Formulação de Políticas Públicas”. In: PUSSOLI, Lafaiete (org.) *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, LTR, pp. 195-200, 1998.
- . “A Escola e sua Relação com o Processo de Inclusão e Exclusão”. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (org.). *Tecendo Diálogos, Construindo Pontes: a Educação como Artífice da Paz*. Vargem Grande Paulista, Ed. Cidade Nova, 2001.
- SILVA, Roberto da. “A Construção do Estatuto da Criança e do Adolescente”. *Revista NIFE*, São Paulo, vol. 6, n. 7, pp. 121-132, 2000.
- .; SILVA, E. R. A.; PELIANO, Ana Maria T. Medeiros; BEGHIN, Nathalie; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; GUERESI, Simone; OLIVEIRA, Siro Darlan de; CARREIRÃO, Úrsula Lehmakuhl. “A Construção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil”. In: Ipea; Unicef; Conanda; SEDH (orgs.). *Relatório do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes Cadastrados na Rede SAC*. Brasília, Ipea/Mpas, vol. 1, pp. 287-302, 2005.
- .; SCHYMANSK, Heloísa; ORG, Osmar dos Santos Cavalcanti Mota; GIOVANNETTI, Valéria Alves Escudeiro; SANTOS, Acácio Sidinei Almeida; SOUZA, Vera Cristina de; MIRA, Maria Lúcia Garcia; FERREIRA, Maria Amaro da Silva. “Família: Seus Desafios e Direitos”. In: Universidade de Santo Amaro; Prefeitura do Município de São Paulo; Sociedade Santos Mártires (orgs.). *Família: Reflexões e Possibilidades*. São Paulo, Unisa, vol. 1, pp. 20-30, 2005.
- SILVA, Virgílio Afonso da. *Efetivação dos Direitos Humanos no Brasil*. 1998. (Curso de curta duração ministrado/Extensão.)
- SOARES, I. O. *Educomunicação*. São Paulo, NCE (Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP), 2004.
- SPOSITO, M. P. “A Instituição Escolar e a Violência”. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, Vozes Editora, vol. 1, pp. 161-189, 2004.

- TELLES, V. S. *Cidadania e Pobreza*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- _____. *Direitos Sociais: Afinal, do que se Trata?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- TOGNOLLI, C. J. “Grito de Liberdade: Direitos das Mulheres”. *Revista Flash News*, São Paulo, pp. 42-45, 2007.
- VEIGA, J. P. C. *A Questão do Trabalho Infantil*. São Paulo, Abet, vol. 10, 1998.
- VIANA, Ana Luiza D’ávila; ELIAS, P. E.; IBAÑEZ, Nelson (orgs.). *Proteção Social. Dilemas e Desafios*. São Paulo, Hucitec, vol. 1, 2005.
- VIANNA, C. P. “Sexo e Gênero: Masculino e Feminino na Qualidade da Educação Escolar”. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). *Sexualidade na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo, Summus, vol. 1, pp. 119-130, 1997.
- _____. & RIDENTI, S. G. U. “Relações de Gênero e Escola: das Diferenças ao Preconceito”. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). *Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo, Summus, vol. 1, pp. 93-106, 1998.
- WESTPHAL, M. F. *Violência e Criança*. São Paulo, Edusp, 2002.

<i>Título</i>	<i>Dez Anos da Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo</i>
<i>Produção</i>	Edusp
<i>Projeto Gráfico</i>	Adriana Garcia
<i>Capa</i>	Negrito Produção Editorial
<i>Editoração Eletrônica</i>	Adriana Garcia
<i>Revisão de Provas</i>	Andrea Limberto Leite Ediméa Neiva Thaís Burani
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Edilena Colombo Cinzia de Araujo
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane dos Santos
<i>Formato</i>	20 x 25 cm
<i>Tipologia</i>	Gatineau 10/15
<i>Papel</i>	Cartão Supremo 250 g/m ² (capa) Pólen Soft 80 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	216
<i>Tiragem</i>	1000
<i>CTP, Impressão e Acabamento</i>	Vida & Consciência Gráfica e Editora



USP

ESTA OBRA FOI ELABORADA PARA MOSTRAR A RELEVÂNCIA DE UMA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,
NA DATA DE SEU 10º ANIVERSÁRIO.

ENQUANTO SER INTELIGENTE E LIVRE, OS DIREITOS DO SER HUMANO
SÃO A EXPRESSÃO DA DIGNIDADE ESPECÍFICA DE SEU SER. A PROTEÇÃO
E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SIGNIFICAM QUE OS SERES HUMANOS
ORIENTAM SUAS VIDAS A PARTIR DE PRINCÍPIOS ÉTICOS UNIVERSAIS, E
QUE TODOS, SEM DISTINÇÃO DE ESPÉCIE ALGUMA, TÊM DIREITO AOS
BENS NECESSÁRIOS À SUA VIDA.

ESTÃO EXPOSTOS NESTA EDIÇÃO: OS TESTEMUNHOS DAS AUTORIDADES
MAIORES DA UNIVERSIDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS; AS REALIZAÇÕES MAIS MARCANTES EM TODO O
PERÍODO; A PROMOÇÃO SOB DIFERENTES FORMAS E AÇÕES DA EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS; UMA BIBLIOGRAFIA DENTRO DO TEMA,
PRODUZIDA PELOS SEUS PROFESSORES NESTES ÚLTIMOS DEZ ANOS.



ISBN 978-85-314-1058-1



9 788531 410581